



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**JOSELI DO NASCIMENTO CORDEIRO**

**QUILOMBO DE BATOQUE:**  
**MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIAS AFROPINDORÂMICAS**

**FORTALEZA**

**2024**

JOSELI DO NASCIMENTO CORDEIRO

QUILOMBO DE BATOQUE:  
MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIAS AFROPINDORÂMICAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra. Área de concentração: História Social

Orientador Prof. Dr. Leandro Santos Bulhões de Jesus.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

---

C794

Cordeiro, Joseli do Nascimento.

Quilombo de Batoque: memórias de resistências afropindorâmicas / Joseli do Nascimento  
Cordeiro. - 2024.

118 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História,  
Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2024.

Área de Concentração: História Social.

Orientação: Prof. Dr. Leandro Santos Bulhões de Jesus.

1. Quilombo de Batoque. 2. Território 3. Memória. 4. Afropindorâmico. I. Título

CDD 900

---

JOSELI DO NASCIMENTO CORDEIRO

QUILOMBO DE BATOQUE:  
MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIAS AFROPINDORÂMICAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 29/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Leandro Santos Bulhões de Jesus. (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Mariléa de Almeida  
Universidade de Brasília (UNB)

---

Prof. Dra Ana Rita Fonteles Duarte  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Itacir Marques da Luz.  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho a todos/as os/as quilombolas de Batoque, os que me antecederam, aqueles com quem convivo e todos os outros que estão por vir. Afinal, somos começo, meio e começo.

## AGRADECIMENTOS

Provavelmente, não conseguirei dar conta de agradecer a todos os que me auxiliaram nesta jornada, porém, disponho-me a tal tarefa com a certeza de que, mesmo aqueles que, por ventura, não apareçam neste texto, receberão, por outras formas, meu carinho, estima e a certeza de minha gratidão.

Abro os agradecimentos por minha mãe, Cerli, meu pai, José, minhas irmãs, Janayna e Joely, e meu irmão, Jonas. Nem sempre vocês entenderam o que eu estava fazendo, mas isso nunca foi empecilho para que me apoiassem e se dispusessem a me ajudar de todas as formas. Tenho muita sorte de ser filha e irmã de vocês!

Continuado em família, estendo minha gratidão a todo o quilombo de Batoque, meus incontáveis avós, tios, tias, primos e primas, essa pesquisa existe por e para vocês. Obrigado por sempre deixarem a porta aberta e o coração cheio de saudade por mim, cada conversa foi essencial, ser parte de vocês é algo indescritível.

Durante esses anos de mestrado, muita coisa aconteceu, e a melhor delas foram as pessoas que tive a chance de conhecer. Destaco Cícera, Yasmim e Marcelle: obrigado por criarem um quilombo em Fortaleza para me acolher, ter vocês fez toda a diferença. Também fui muito feliz em participar da turma de Mestrado 2021. Mesmo sem conhecer a todos pessoalmente, demos um jeito de ser apoio uns dos outros e comemoramos com entusiasmo cada vez que um de nós, finalmente, defendia sua pesquisa.

Aquilombar em outros espaços foi essencial para me manter bem e confiante, então muito obrigado ao Grupo de Estudo Caldeirão: Confluências Anticolonias (UFC) e ao Grupo Lelia Gonzales (UNILAB). Todos os momentos com vocês foram de partilha, desejo que nossos caminhos continuem a se cruzar.

Para que esta pesquisa se concretizasse, foram necessários muitos esforços, inclusive financeiros, por isso deixo aqui também o reconhecimento à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu uma bolsa via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), possibilitando minha permanência no mestrado. Ainda nessa linha, agradeço ao Programa de Pós-graduação em História Social da UFC, por lançar o edital com vagas específicas para quilombolas e indígenas. Essas duas oportunidades (edital específico e bolsa) são essenciais para que mais pessoas como eu adentrem os portões da academia, são ações que precisam ser ampliadas, melhoradas, incentivadas.

Agradeço também ao meu orientador, professor Doutor Leandro Santos Bulhões de Jesus. Você, talvez, não tenha a dimensão da importância do seu trabalho, mas eu, como testemunha, a asseguro. Obrigada por incansavelmente ter acreditado em minha intelectualidade, no meu modo de fazer pesquisa. Sua motivação serviu-me de combustível em dias tortuosos, gostaria que todos tivessem um orientador como você

Por fim agradeço a Nêgo Bispo e a tia Raimunda Leão. Quando essa pesquisa começou, vocês estavam comigo neste plano, não imaginei que, antes de concluí-la, ambos iriam se ancestralizar. Isso foi inesperado e dolorido, porém, vocês continuam sendo parte de tudo aqui realizado, o que também me deixa feliz. Minha geração avó irá cuidar de mim, não importa onde esteja.

## RESUMO

Há muito, a existência dos quilombos foi, e ainda é tratada na História como um fenômeno do passado, caracterizado, segundo uma visão colonialista, apenas como local de fuga do escravismo, negando-se o protagonismo dos quilombolas e ignorando seu modo de vida e soberania de saberes. No sentido de construir uma narrativa contracolonizadora que extrapole essa visão reducionista, a presente pesquisa propõe discorrer a respeito das memórias e processos de resistência da comunidade quilombola de Batoque, localizada no município de Pacujá, interior do estado do Ceará. A comunidade é atualmente formada por 99 famílias, que, em sua maioria, praticam a agricultura. Segundo as mais velhas e mais velhos, Batoque possui mais de 250 anos de existência. Este trabalho, intitulado *Quilombo de Batoque: memórias de resistências afropindorâmicas*, visa discorrer e problematizar sobre as resistências dessa comunidade, compreendendo-se resistência no seu sentido mais amplo, que inclui: as narrativas de formação; as memórias do passado que o presentificam dia a dia; as ações que visam a continuidade do modo de vida e a manutenção de sua ligação com a ancestralidade; as lutas cotidianas de permanência e proteção do território; e a soberania de saberes que foram repassados e, muitas vezes, encobertos ou ressignificados, como forma estratégica para que não se perdessem. Dessa forma, esta pesquisa objetiva analisar as relações entre memória, narrativas e as articulações de sentido do quilombo de Batoque no exercício de suas soberanias. Para Tanto, utilizamos, no nosso corpo de fontes, diálogos com os quilombolas de Batoque, imagens fornecidas pela associação local e bibliografia pertinente ao tema.

**Palavras-chave:** Quilombo de Batoque; território; memória; afropindorâmico.

## ABSTRACT

The existence of quilombos for a long time was described in History as something referring to the past, characterized by a colonialist vision as a place of escape from slavery. Denying and making the protagonism of the people who form it impossible. Ignoring their way of life and sovereign knowledge. In order to construct a narrative against colonization that aims to think about quilombos beyond the way described above, this research proposes to discuss the memories and processes of resistance of the quilombola community of Batoque, located in the municipality of Pacujá, in the interior of the State. from Ceará. The community is currently made up of 99 families, most of whom practice agriculture, and according to the oldest, it has been in existence for over 250 years. This work, entitled Quilombo de Batoque: Memories of Afropindorâmic Resistances, aims to discuss and problematize the resistance of this community. The term resistance is understood here in its broadest sense, from the analysis of the narratives that tell about its formation; the memories about a past that becomes present every day; actions that seek to continue their way of life and maintain the connection with their ancestry; the daily struggles to stay and protect the territory; of the sovereignty of knowledge that was passed on and often covered up or given new meanings as a strategic way so that it would not be lost. In this way, the present work aims to analyze the relationships between memory, narratives and the articulations of meaning of the Batoque quilombo in the exercise of its sovereignty. For this purpose, we used in our body of sources, dialogues with the quilombolas of Batoque, Images provided by the association and bibliography relevant to the topic.

**Keywords:** Batoque Quilombo; territory; memory; afropindoramic.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Símbolo da Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo Rural de Batoque (ARCQUILOMB), criado em 2019 .....	26
Figura 02 – Encontro com Nêgo Bispo em Fortaleza.....	34
Figura 03 – Mapa georreferenciado de parte do território quilombola conhecido como Batoque Novo ou Batoque de Cima (2019).....	40
Figura 04 – Quilombola de Batoque, Gerardo Erasmo do Nascimento, mostrando o seu roçado durante o mapeamento participativo, em 2019 .....	42
Figura 05 – Representação do Batoque Antigo feita pelo quilombola Lucas Cordeiro do Nascimento (2022).....	61
Figura 07 – Mãe Vó .....	71
Figura 08 – Raimunda Sousa Leão, filha de mãe Vó .....	71
Figura 08 – Filhos de Maria Rodrigues de Nazaré, netos de mãe Paz: da esquerda para direita, Nonato Raimundo do Nascimento, Inácio Raimundo do Nascimento, Antônio do Nascimento, Maria de Fatima do Nascimento Cordeiro, Conceição Nascimento .....	72
Figura 09 – Documento de Identificação de Maria Rodrigues de Nazaré.....	78
Figura 10 – Mutirão no roçado .....	91
Figura 11 – Mutirão para construir casa .....	91
Figura 12 – Botafogo de Batoque, década de 1990 .....	101
Figura 13 – Time Feminino de Batoque (2023).....	102
Figura 14 – Roda de escravos .....	105

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 POR ONDE ANDA UMA BATOQUEIRA? MEUS/NOSSOS PASSOS DENTRO E EM OUTROS TERRITÓRIOS.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 Vamos confluenciando! Um encontro com Nêgo Bispo.....</b>	<b>32</b>
<b>2.2 Vamos caminhar pelo Batoque: mapeando um território de afetos, sentidos e lembranças .....</b>	<b>36</b>
<b>3 QUILOMBOS: A PARTE DA HISTÓRIA QUE A ESCOLA NÃO ME ENSINOU!..</b>	<b>62</b>
<b>3.1 Mãe Paz e mãe Vó: diálogos sobre memória no contexto de comunidades e povos tradicionais.....</b>	<b>68</b>
<b>3.2 Somos afropindorâmicos? Narrativas fundacionais do quilombo de Batoque. ....</b>	<b>74</b>
<b>4 BATOQUEIROS/AS: SOBERANIAS E RESISTÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>
<b>4.1 Contracolonizar é preciso: permanências, vestígios e ressignificações no quilombo de Batoque.....</b>	<b>97</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES CONTÍNUAS .....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>111</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Dandara do meu quilombo,  
 Me faz livre voar,  
 Rainha do meu congo,  
 Me dá forças para lutar  
 Ê Dandara!  
 (Dandara, 2016)

Abro esta escrita com o trecho de uma canção intitulada Dandara, que ganhou visibilidade ao ser interpretada pela voz suave de Nina Oliveira<sup>1</sup>. Escolho essas palavras no intuito de reverenciar todas as dandaras que me possibilitaram permanecer firme ao longo do processo da dissertação. Pesquisar, escrever é algo desafiador, é necessário se munir de toda a força que a ancestralidade traz para que essas travessias possam ser feitas.

Um dos pontos convergentes entre a letra da música e este texto é o fato de ambos terem o quilombo como elemento central. No que se refere à pesquisa, o quilombo ao qual me refiro é o de Batoque, localizado geograficamente em duas cidades cearenses, Pacujá e Mucambo, e cuja formação, segundo a história repassada pelas mais velhas e mais velhos da comunidade, conta com mais de 250 anos<sup>2</sup>. Seus atuais moradores descendem de um patriarca e duas matriarcas, conhecidos respectivamente como Joaquim Rodrigues Cordeiro, Mariana e Maria do Espírito Santo. Joaquim e Marina eram escravizados, e Maria era livre, pois nasceu após a promulgação da Lei do Ventre Livre<sup>3</sup>.

Atualmente, a comunidade quilombola de Batoque é formada por 99 famílias, que, em sua maioria, praticam atividades como a agricultura, a criação de pequenos animais, a pesca, a caça e o artesanato com a palha de carnaúba. São também beneficiárias de programas sociais do governo, tais como Renda Brasil, Mais Infância, Cozinhas Solidárias, aposentadorias rurais etc. É necessário que se diga que, mesmo em face ao acesso às políticas públicas mencionadas, o Estado brasileiro como um todo, através de seus sucessivos representantes, foi extremamente negligente/descompromissado com as pautas quilombolas, principalmente no que se refere ao nosso território, levando-se em conta a dívida histórica do Brasil para com os povos tradicionais. Segundo o portal da Agência Brasil, até 2018 menos de 7% dos territórios

---

<sup>1</sup> Mulher negra, cantora, atriz e compositora paulista. As letras de suas composições estão disponíveis no *site* Letras (Letras, s.d.).

<sup>2</sup> Essa temporalidade está documentada no histórico feito pela comunidade junto aos mais velhos e que foi enviado, no ano de 2014, à Fundação Cultural Palmares para o processo de Certificação da Comunidade Quilombola.

<sup>3</sup> Lei nº 2.040 de 1871, que declarava livre todos os filhos de negros escravizados que nasceram após a sua promulgação.

quilombolas brasileiros haviam sido titulados (Brito, 2018). No que se refere ao estado do Ceará, os números são ainda mais alarmantes, pois, segundo o acompanhamento da Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará (CERQUICE), entre as 86 comunidades quilombolas do Ceará, apenas duas têm seus territórios demarcados, e, ainda assim, são titulações parciais.

Diante desse contexto, propus-me a discorrer, nesta pesquisa, a respeito das memórias e processos de resistência da Comunidade Quilombola de Batoque, em suas variadas facetas. Compreende-se, aqui, resistência em um sentido amplo, que inclui as narrativas sobre a formação da comunidade, as memórias sobre um passado que se torna presente todos os dias, as ações que buscam dar continuidade ao modo de vida local e manter a ligação com a ancestralidade, as lutas passadas e cotidianas pela permanência e proteção do território, a soberania de saberes que foram repassados e, muitas vezes, encobertos ou ressignificados a fim de que não se perdessem. O conceito de resistência que buscamos não pode ser apartado das práticas que lhe materializam. Ele extrapola o limite teórico e constitui componente inseparável da própria dinâmica existencial da comunidade, como algo vivo, pulsante, cotidiano e também necessário em face às inúmeras formas de violência que sofremos na defesa do que chamarei, em diálogo com a historiadora Beatriz Nascimento (1974), *modo de vida quilombola*. A resistência existe na comunidade assim como a comunidade existe em resistência.

As motivações para escrita desta pesquisa baseiam-se em questões que foram apontadas em duas pesquisas anteriores, a saber: *Quilombo de Batoque: entre identidades e memória conta-se a História* (Cordeiro, 2016), e *Tradições que curam: remédios caseiros e práticas de cura do quilombo de Batoque* (Cordeiro, 2019). Cumprindo o que prometem os rituais científicos, ambas revelaram aspectos ainda desconhecidos até mesmo para mim, o que me incentivou a aprofundar o entendimento acerca de vários quilombos que existiam no meu quilombo. Também considero relevante problematizar o “que é o quilombo”, em sintonia com as recentes leituras que compreendem este fenômeno em sua pluralidade, não congelado numa visão unilateral que associa nossos corpos à escravidão ou que nos relega a uma discussão da exploração ininterrupta, ignorando nossas lutas, a construção de nossa história ou aquilo que Beatriz Nascimento chamou de “paz quilombola”. Como quilombola, sou categórica em afirmar que somos e sempre fomos muito mais do que isso.

É necessário construir uma História mais preta e não somente sobre pretos. É preciso, de um lado, superar a visão simplista segundo a qual os negros diaspóricos são tratados apenas como escravizados e descendentes, e, de outro, problematizar a existência de quilombos

para além da perspectiva de territórios de negros fujões. É preciso pensar os quilombos em sua pluralidade, seja no que compete ao território, seja no que compete aos seus habitantes.

Sendo assim, esta dissertação objetiva analisar as relações entre memória, narrativa e as articulações de sentido do quilombo de Batoque, no exercício de suas soberanias, com foco nos seguintes aspectos: as formas pelas quais os quilombolas de Batoque agenciam a questão do território, considerando educação, sustentabilidade e afetos; as narrativas fundacionais do quilombo de Batoque, evidenciando sua formação afropindorâmica; e as estratégias de elaboração, manutenção e atualização dos conhecimentos para suas soberanias e salvaguarda.

Metodologicamente, esta pesquisa está ancorada nas potencialidades da oralidade, pois seus elementos empíricos de análises resultam, majoritariamente, de entrevistas com quilombolas de Batoque, incluindo os mais idosos como o Senhor Inácio Raimundo do Nascimento (conhecido como Inácio Joana, 88 anos, poeta, agricultor), a Senhora Maria de Fátima do Nascimento Cordeiro (71 anos, agricultora, louceira), a Senhora Joaquina Maria de Jesus (conhecida como Quinora, 78 anos, agricultora, professora, rezadeira), o Senhor Francisco Alves de Sousa (62 anos, agricultor, pescador, artesão, rezador), a Senhora Maria Francisca de Sousa (conhecida como Amélia, 78 anos, artesã e agricultora), e o Senhor Inácio Luís de Sousa (78 anos, agricultor e artesão); e adultos e jovens como Teonília do Nascimento Cordeiro (38 anos, agricultora, sindicalista e assistente social), Maria Cerli do Nascimento (48 anos, agricultora e artesã), Maria Laís Cordeiro do Nascimento (25 anos, agricultora e graduanda em ciências sociais), Francisco Reginaldo Cordeiro (conhecido como Dado ou Bodó, 48 anos, agricultor e professor de capoeira), e Maria Stephany Christine Cordeiro (18 anos, estudante).

Para além da abordagem da oralidade enquanto lócus de memória/produção de conhecimentos, que exigiu métodos específicos de coleta e análise, outra fonte importante para este trabalho foi a revisão bibliográfica. No que toca à discussão sobre quilombo, destaco os escritos do pensador Antônio Bispo dos Santos (2015) e da pensadora Eleonice Sacramento (2019). Para o desenvolvimento do tema da memória, foram essenciais os textos Leda Maria Martins (2003), em especial seu conceito de “ambientes de memórias”, que seriam espaços onde há troca de saberes, transmissão e recriação através da oralidade ou corporeidade. Ou seja, lembrar, rememorar, transmitir e recriar dentro desse contexto é uma das maneiras de assegurar, inclusive, a ancestralidade.

É através do conjunto de práticas que Leda Maria Martins denomina como *performance* da oralitura (falas, gestos, hábitos, rituais etc.) que se dá este pensar/escrever sobre o quilombo de Batoque, ato que traz à tona mais de uma memória escrita ou narrada, e que também é diálogo no qual tudo conflui na territorialidade e na territorialização dos agentes.

Trata-se, ainda, de dialogar com autores e autoras que abordam o tema memória para além de uma veiculação consagrada na academia. É preciso identificar e reconhecer outras possibilidades de compreensão da memória, oralidade, narrativa, tempo, pertencimento, devir etc. Disputando abertamente cruzamentos epistêmicos na busca da escrita de outros modos de se fazer história, cá estou.

Entre materiais bibliográficos já produzidos sobre o quilombo de Batoque, ou que façam menção ao mesmo, destaco o de Patrícia Silva (2015), *Comunidade de Batoque: entre história, memória e identidade*, o de Eliomar Brito e Silva (2018), *Memória e educação informal na comunidade quilombola de Batoque*, e o de Maria Lucielma Oliveira Brito (2004), *Ocupação e povoamento de Pacujá: história e memória – 1833-1933*.

Outro material de que se fez uso na pesquisa foram imagens fotográficas cedidas pela Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo Rural de Batoque (ARCQUILOMB), que guarda, em seus arquivos, tanto imagens de eventos, como a Semana da Consciência Negra, quanto de atividades cotidianas, como os mutirões. Também há a utilização de acervos particulares de algumas das famílias de Batoque. A relevância desses materiais se manifesta no sentido de que eles foram criados a partir da necessidade dos quilombolas de projetar e afirmar sua posição e identidade política para o mundo.

Por fim, afirmo que de forma nenhuma me distancio do tema da pesquisa, nem me coloco com observadora externa às discussões que se elaboraram nesta escrita. Escolho trilhar a metodologia nomeada por Sacramento (2019) “De pés na lama e o corpo imerso nas Águas”, assim defendida:

Já ouvi falar de pesquisa pés no chão, de pesquisa militante, mas estou falando de algo de diferente, estou propondo a sistematização de algo no qual estamos profundamente imersos. Não estou me reportando a um contato momentâneo, a uma luta pontual. Falo de uma imersão ancestral. Trata-se de uma imersão que tem implicações, pois efetivamente me deixo ser afetada por ela e pelos seus desdobramentos (Sacramento, 2019, p. 38).

Compreendo a necessidade do distanciamento ético, no entanto, sinto-me convocada a ir ao encontro dos saberes e metodologias advindas dos meus e minhas, saberes esses tantas vezes ignorados pela academia, que, infelizmente, tende a privilegiar e universalizar uma visão eurocêntrica. Entendendo que tal visão não pode ser aplicada a todos os contextos, prefiro traçar novos caminhos que dialoguem de forma mais convergente com a pesquisa em questão.

Estruturalmente o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro deles é denominado *Por onde anda uma batoqueira? Meus/nossos passos dentro e em outros territórios*.

Aqui, a escrita conta, analisa e teoriza meus passos em consonância com os passos do meu povo dentro e fora do nosso território, pois é a dinâmica do ir e vir que faz com que outros territórios sejam alcançados. A discussão apresentada mostra como nossas vivências individuais/coletivas moldam quem somos ou quem podemos ser. Além disso, estar presente em múltiplos espaços é estratégico para a luta de nosso modo de vida e proteção da nossa história.

O capítulo 1 possui dois subtópicos, sendo o primeiro *1.1 Vamos confluenciando: um encontro com Nêgo*. Esse subtópico tem como ponto de partida um acontecimento específico (encontro com o pensador quilombola Nêgo Bispo) que serve como “gatilho” para se discorrer a respeito dos processos de confluência e transfluência, ambos desenvolvidos pelo autor em sua Obra *Colonização, quilombos, modos e significações* (2015). Usando como parâmetro esses dois mecanismos é que acontece a discussão sobre como um território quilombola pode ser conhecido e como os conhecimentos presentes dentro dele chegam a outros povos articulados entre si.

No subtópico *1.2 Vamos caminhar pelo Batoque: mapeando um território de afetos, sentidos e lembranças*, dialogo com o mapeamento da comunidade quilombola de Batoque a partir de duas experiências de levantamento cartográfico. A primeira ocorreu em 2019 com o apoio de entidades nacionais e internacionais; na ocasião, disponibilizaram-se tecnologias como GPS, *notebook* e *software* para realizar o mapeamento de pontos que os quilombolas de Batoque desejavam georreferenciar. O outro processo, que se deu no curso desta pesquisa, consistiu no desenho de um mapa a partir das memórias das mais velhas e mais velhos com o intuito de vislumbrar uma parte do território (Batoque Antigo) onde antes havia moradias e que foi gradualmente desabitado, mas que é compreendido como essencial para a existência dos demais espaços do quilombo justamente por fazer o diálogo com um passado que necessita ser rememorado. Afinal, cada espaço de um território quilombola tem significado para os que lá vivem; são significados atribuídos pelas memórias, pelas brincadeiras, pelo trabalho exercido, pelo legume colhido, pelas dores sofridas. Essa cartografia muitas vezes não está sistematizada em um formato digital ou físico, e, mesmo assim, sua existência e confiabilidade são atestadas pela experiência dos próprios quilombolas, já que são elas e eles que detêm o conhecimento sobre o que é ou não é mapeável.

O capítulo dois, nomeado *Quilombos: a parte da história que a escola não me ensinou!*, traz em seu bojo o debate sobre o ensino a respeito dos quilombos, principalmente nos anos conhecidos como iniciais, ou ensino fundamental (1º ao 9º ano), e no ensino médio (1º ao 3º ano). Problematiza-se a visão vaga e colonial desse ensino, que dissemina ideias equivocadas e muitas vezes racista sobre os quilombolas, incorrendo em pelo menos dois

desdobramentos graves: a desinformação da sociedade e a invisibilização (quando não, inferiorização) dos quilombolas que estudam nessas instituições. A partir dessa reflexão inicial, o tópico discorre a respeito de outras possibilidades de compreensão sobre o que foram e o que são os quilombos, através de lentes enegrecidas, destacando seus principais aspectos e sua diversidade, mostrando sua construção ao longo da história, percebendo-os enquanto espaço vivo e pulsante, e não como algo do passado, sinônimo de escravidão.

Neste capítulo há também dois subtópicos. No *2.1 Mãe Paz e mãe Vó: diálogos sobre memória no contexto de comunidades e povos tradicionais*, utilizo da figura de duas das primeiras ancestrais de Batoque (mãe Paz e mãe Vó) para conduzir e problematizar a respeito de como age a memória no seio de povos tradicionais. Refletindo sobre como as memórias de seus membros são acionadas, reproduzidas ou repassadas, discorro sobre o modo orgânico como as mesmas integram o cotidiano da comunidade, como são utilizadas para demarcar territórios e assegurar modos de vida, como os sujeitos lidam com os processos de esquecimento e de ressignificação de sentidos.

No subtópico *2.2 Somos afropindorâmicos? Narrativas fundacionais do quilombo de Batoque*, dialogo com a compreensão dos processos de constituição do quilombo de Batoque numa perspectiva afropindorâmica, conceito nomeado pelo pensador Mestre Antônio Bispo Santos (2015) em seu trabalho *Colonização, quilombos: modos e significações*. Nesse momento, analiso as narrativas fundacionais da comunidade desde a chegada ao território, bem como a integração dos negros escravizados, livres e indígenas. Interessa-me compreender as formas pelas quais esses sujeitos passaram a se integrar, formando a comunidade que é hoje o quilombo, quais eram e quais são as especificidades de cada grupo e seus pontos de confluência, e de que modo a identidade quilombola articula pertencimentos entre conflitos e negociações.

O terceiro e último capítulo chama-se *Batoqueiros/as: soberanias e resistências*. Nesse tópico, identifico, seleciono e problematizo algumas das diversas formas de soberanias dos quilombolas de Batoque, representadas pelas dimensões do *ser, fazer, cuidar e curar*. Essas soberanias ligam-se intimamente ao território, onde natureza e espiritualidade são elementos fortemente vinculados aos quilombolas e aos povos originários, especialmente nas esferas do cuidar e do curar. Também se discute aqui as autonomias representadas pelo trabalho feito em mutirão.

O capítulo 3 conta com o subtópico *3.1 Contracolonizar é preciso: permanências, vestígios e ressignificações no quilombo de Batoque*, onde elenco o que são os processos de colonização e contracolonização, tendo como referencial o estudioso Nêgo Bispo. Inicialmente, busco entender o que são tais acontecimentos, como surgem na historiografia e como se dá a busca de (re)qualificação dos debates sobre seus temas. Em seguida, a escrita se localiza no

quilombo de Batoque para pensar a contracolônização com base nas práticas da comunidade que permaneceram, bem como naquelas que supostamente desapareceram, mas que, na verdade, resignificaram-se.

Assim, por meio desta pesquisa, venho somar-me aos crescentes trabalhos e discussões atuais sobre os povos quilombolas, que servem de subsídio para a luta e que contribuem para mudar espaços acadêmicos historicamente fundamentados em uma visão unilateral – branca. Esta escrita é, para mim, uma forma de representação e defesa do meu povo, os quilombolas de Batoque. Por ser a primeira de minha comunidade a cursar uma pós-graduação, sinto-me compelida a afirmar nossa posição: somos pesquisadoras e pesquisadores, a despeito das expectativas que pretendem nos limitar a meros objetos de pesquisa.

## 2. POR ONDE ANDA UMA BATOQUEIRA? MEUS/NOSSOS PASSOS DENTRO E EM OUTROS TERRITÓRIOS

Minha História não é separada da história do meu povo. Minha caminhada dentro de nosso território quilombola (e fora) está entrelaçada com as vivências dos meus e das minhas. É o que a pensadora quilombola Eleonice Sacramento (2019) nomeou de “trajetividade”, que se caracteriza como “os atravessamentos da história nos modos de vida de minha gente, que são marcados por experiências geracionais, culturais e religiosas, que por vezes se aproximam e por outras se distanciam, mas que têm um elemento em comum” (Sacramento, 2019, p. 16). Ler o seu trabalho me forneceu mais do que inspiração, encorajou-me a fazer uma escrita nos tempos e nos ritmos que se estabelecem dentro do quilombo, mais especificamente, do Quilombo de Batoque.

Ser uma das negras de Batoque foi algo legado a mim antes mesmo de ser batizada com um nome. O *ser batoqueira* a que me refiro está envolto em muitas questões, e a principal delas é que eu viria a ser vista e classificada pelas pessoas da cidade como mais um dos “negos folgados”, “briguentos”, “aquele povo que parece dominó<sup>4</sup>”, “um carocinho de ata<sup>5</sup>”. Mas, para a minha comunidade, eu seria um membro da família a ser defendido por todos e que a todos defenderia, e eu viria a me orgulhar de quem sou e de onde nasci, compreendendo que “nossos passos vêm de longe”, que minha luta, nossa luta, era contínua e ancestral. Esse pertencimento de que falo e que sinto nunca foi “ensinado” dentro de uma sala de aula, não houve um lugar ou um momento específico, em minha infância, quando disseram a mim ou aos outros do quilombo. Ele foi incutido dentro da vivência diária do quilombo, através das histórias contadas pelas mais velhas e mais velhos sobre os que vieram antes. Nunca sequer fomos recriminadas por nos envolvermos em algum conflito na escola, na rua, no futebol ou em qualquer outro espaço, em nossa própria defesa e do território. Meus Pais e os demais de Batoque sabiam que a luta também era uma herança herdada.

O que sei sobre meus primeiros anos de vida, escutei a partir da narração de meus pais. Filha mais velha, uma das quatro que minha mãe, dona Maria Cerli do Nascimento, teve e criou junto com meu pai, José Francisco Cordeiro (Zé Dandão), fui trazida ao mundo pelas mãos negras de mãe Francisca, famosa parteira, na casa de chão batido de minha avó paterna (mãezinha Chicô). As mãos de mãe Francisca foram o primeiro toque conhecido por mim e meus irmãos

---

<sup>4</sup> Termo utilizado para zombar, principalmente, de momentos de luto da Comunidade, destacando que, quando acontece algo com algum dos membros, todos “caem”.

<sup>5</sup> Nome dado à comunidade de Batoque de forma racista, fazendo alusão à cor dos moradores, tendo em vista que os caroços da ata ou fruta-do-conde são pretos. Normalmente utilizado em contextos como “piadas”.

Joely, Janayna e Jonas, foram suas mãos que fizeram a nossa primeira apresentação ao mundo, ao colo de nossa mãe e aos braços de nossa comunidade. Antes de um ano de vida tive uma crise de epilepsia, condição cuja relativa incidência em membros do nosso quilombo ainda não foi estudada. À época em que manifestei os sintomas, pouco se sabia sobre epilepsia em nossa comunidade; até hoje, eu e os demais portadores dessa condição somos chamados “os que têm minhoca na cabeça”. Ressalto que essa expressão não foi criada como uma forma de xingamento, mas como uma maneira da comunidade entender o que estava acontecendo. Fui tratada com remédio do mato e da farmácia, minha mãe me levou, até meus doze anos de idade, à médica do posto de saúde local, que insistia para eu continuar tomando os remédios da farmácia, mesmo eu não sofrendo nenhuma crise e nada aparecendo nos meus exames. Sendo assim, minha mãe valeu-se da autônima materna e determinou minha alta. Sou feliz em confirmar seu diagnóstico, uma vez que, desde os meus cinco anos de idade, não voltei a ter crises.

Ser uma garota com “minhocas na cabeça” nunca foi impedimento para vivenciar o quilombo em sua plenitude, participando de suas dinâmicas, dentre elas, a “ciranda das casas”, como chamamos o movimento de ir e vir dentro do grande círculo que é nosso território. A vida dentro de um quilombo é composta também por esses movimentos, tanto no presente quanto no passado. Esse *ir e vir* dentro do território é regido por muitos motivos, entre os quais destaco: o aumento das famílias; a quantidade de chuvas anuais, que implica em maior ou menor proximidade do rio, e nos ensina o respeito aos seus limites; a construção de cercas pelos “patrões”, que insistem em tentar nos expulsar. A casa em que resido hoje com meus pais é a quarta. Nosso primeiro lar, depois de deixamos a casa de minha avó, antes havia sido um chiqueiro de cabras, transformado em uma moradia pelas mãos habilidosas de minha família. Esse movimento é presente e constante, meus tios, tias, primos e primas e os que vieram muito antes de eu nascer, ocuparam espaços múltiplos dentro de Batoque, tanto que o território é dividido pelos membros da comunidade como Batoque Antigo (que seria a parte mais baixa do território) e Batoque Novo (a parte mais alta do território). O Batoque Antigo é onde se localizaram as primeiras casas e o Batoque Novo é onde estão as casas mais recentes.

Para além desse movimento existem também os tempos da natureza que estão em confluência com a vida e as atividades dentro do quilombo: é preciso entender para viver, respeitar para não atropelar. Nossas vidas enquanto quilombolas “agricultores familiares” seguem dois grandes ciclos, o período das cheias e o período do descanso das chuvas.

O período das cheias é a época em que a chuva cai em abundância e o quilombo se tingem de variados tons de verde. É o tempo do plantar e do ver nascer, todos vamos ao roçado, mulheres, crianças, adultos, a atividade necessita da mão de cada um. O trabalho é coletivo,

feito em mutirão. É nesse período que compreendemos a magia que as águas possuem e aprendemos com ela, afinal um rio atravessa nosso território e também temos algumas barragens, e, mesmo durante as maiores chuvas, nossas casas nunca foram alagadas.

Tenho muitas memórias relacionadas ao período das águas, era nesse tempo que eu e meus primos fazíamos do rio nosso lugar de encontro, íamos para lá para lavar roupa, pular de ingaranas<sup>6</sup>, descer o rio nadando, e fazer nossos encontros embaixo das árvores próximas a seu leito. Para que nossos encontros embaixo das árvores acontecessem, seguíamos alguns passos: pegar as panelas de nossas mães, atravessar o rio com elas na cabeça, escolher uma árvore próxima e passar o dia na margem fazendo comida e tomando banho. Não havia pressa para voltar para casa e enquanto houvesse luz do dia nossas mães não viriam nos procurar. Elas também fizeram isso na sua juventude, todos os mais velhos já tinham feito esse movimento.

Era nessa época também que os aprendizados de pesca aconteciam. Saíamos todos com as ferramentas necessárias (varas, landuares, tarrafas, capangas etc.) rumo aos poços formados pela chuva, cheios de peixes. Os adultos mostravam como usar as tarrafas e landuares e ensinavam os nomes dos peixes que pegávamos: traíras, carás, tucunarés, suvelas, cumatã, entre outros. Sei que, pela lógica colonialista, esses peixes possuem nomes “científicos”, que devem ser escritos de forma igual, única em todo mundo, mas para a ciência do meu povo esses são os nomes que usamos/usaremos, pois advêm da matriz afropindorâmica da qual fazemos parte. Aliás, observemos a grafia e os fonemas dos nomes desses peixes. O que te faz pensar, o que te faz lembrar, leitor/a?

Durante a pescaria, as crianças menores ficavam na margem colhendo os peixes jogados para fora por quem estivesse na água. Tia Raimunda Leão, uma das mulheres mais antigas da comunidade, era quase sempre quem liderava as atividades de pesca. Ela tinha o que chamo de “olho sabido”, porque, antes mesmo de entrar na água, sabia onde estavam os peixes e apontava esses lugares para os demais. Quando eu ainda era inexperiente na pescaria, tia Raimunda pescava todos os tucunarés que conseguia e me presentava com eles, assim nasceu meu apreço por esse peixe que apelidei, carinhosamente, como “peixe com olho no rabo”. Ela é uma mulher de expressão firme e poucas palavras, uma mulher do fazer, de uma sabedoria silenciosa, que fornece afeto ao entregar peixes.

O outro grande período que se estabelece no território é o tempo do descanso das chuvas ou o de colher e aguardar. Em outros textos, é possível que se caracterize esse período como seca ou verão, mas, metodologicamente, escolho pelo não uso desses termos. Justamente

---

<sup>6</sup> Espécie de árvore de grande porte, com altura entre 10 e 20m (Dicionário Informal, c2006-2024).

por querer apresentar outra dimensão, uma que não o resuma a um período de sofrimento e sol escaldante, onde só há fome e miséria. Por pertencer a um estado do Nordeste brasileiro, sempre me incomodei com os diversos textos – sejam trabalhos científicos ou obras da literatura – em que essa é a visão predominante. Também não pretendo romantizar os problemas que outros lugares tiveram/tem durante a escassez de água e alimento, no entanto, o foco da crítica relacionada a esses problemas deveria se voltar para a falta de políticas públicas, principalmente de acesso à terra e à água, compreendidas como direitos universais e não propriedade privada ou moeda de troca da Federação.

Durante o “tempo de colher”, nós fazíamos cacimbas para beber água, para lavar roupa e tomar banho; lembro com afeição de minha mãe banhando a mim, minhas irmãs e meu irmão, passando areia com sabão em nossos corpos e depois penteando nossos cabelos. Como ela mesma costuma ainda dizer “tomar banho com água do rio é tomar banho bem banhado”. Essa era a época de pegar lenha para fazer fogo, de tirar madeira para fazer as casas, de guardar os alimentos colhidos, de aguardar as novas chuvas. Era o momento perfeito para as demais crianças e eu irmos aos poços restantes, com lama ainda fresca, para fazer nossas panelinhas de barro, bonecos e demais formas que o barro e nossa imaginação nos permitissem esculpir.

Eu tive, e ainda tenho, uma vida feliz, abundante de aprendizados e experiências. Afirmo isso porque, na maioria das vezes em que nossas histórias são contadas ou que nosso povo é representado (filmes, músicas, novelas, teatro etc.), a ótica é de dor e submissão, e isso não é o que somos agora, nem o que fomos no passado. Não pretendo sublimar ou esconder as dificuldades e lutas que enfrentamos desde o processo diaspórico do nosso seio ancestral até os dias atuais, elas existem, são diárias, mas elas não apagam os momentos de afeto, amor e festa que compõem nossa trajetória. Nem têm o poder unilateral de definir o que somos.

Cresci ouvindo histórias sobre nossos antepassados, de como era a vida antes de eu nascer. Embora durante as narrativas fossem apresentados os momentos de sofrimento ou dor, elas também contavam as alegrias, a coragem, orgulho dos negos de Batoque, as estratégias, as batalhas vencidas e perdidas. Mesmo quando as histórias não eram sobre nosso povo, havia encanto nelas: nas madrugadas, enquanto preparava o café-da-manhã de minha avó materna, Inácia Vitalina da Silva (Mãezinha), meu avô, Francisco Manuel do Nascimento (Paizinho), contava sobre seres mágicos e misteriosos com palavras cheias de entusiasmo.

Essa dinâmica de vida me remete ao que a historiadora Beatriz Nascimento (1988) denominou de “paz quilombola”: mesmo diante do conflito, da guerra, da luta, temos paz, sendo essa a capacidade de saber quem somos e porque o somos. Afinal, a vida dos povos negros, seja nas Américas ou em outras partes do mundo, não deve ser resumida à escravidão. Somos, acima

de tudo, um povo de liberdade, e o quilombo é um dos maiores símbolos disso, ele “é a força da insubmissão das ordens opressoras. Somos aqueles que não pedimos e nem pediremos libertação, nós construímos e construiremos liberdades existenciais” (Silva, 2019, p. 50).

Tive acesso a tudo que o quilombo ofereceu, mas meus pais sempre fizeram questão de que tanto eu quanto minhas irmãs e irmão tivéssemos a inserção no que é conhecido como ensino “formal”. Minha mãe e meu pai, por conta das dificuldades de acesso, só estudaram até o que era conhecido como 4ª série; conhecem as letras e sabem ler com um pouco de dificuldade o que de escrito for apresentado a eles. Sendo assim, desejavam que nós seguissemos com os estudos, alcançando o que, devido às circunstâncias (leia-se, negligência programada do Estado), lhes foi negado. Comecei a frequentar a escola desde pequena, inicialmente em algo que chamávamos de creche. O prédio da escola fica dentro do território de Batoque e possui o nome de Escola de Ensino Infantil Francisco Joaquim Cordeiro. Esse é o nome do meu avô paterno, que faleceu antes do meu nascimento, mas que, segundo a narrativa de meu pai e meus tios, era um homem respeitado e admirado e que, até os dias atuais, é reconhecido como uma das lideranças da comunidade.

A escola em questão foi criada na década de 1990. Apenas um de meus professores era da comunidade, os demais eram de fora e não sabiam do nosso modo de vida nem de nossa história. O ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, como preveem as leis nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) e 11.645/2008 (Brasil, 2008), bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola (Ministério da Educação, 2012), era uma realidade impensada para época. Mesmo agora, passados mais de vinte anos da criação dessas leis, a sua aplicabilidade nas escolas é mínima, tendo em vista a quantidade de quilombos no Brasil. Devo ressaltar, no entanto, que, mesmo com esse desamparo da escola e do sistema de ensino fornecido por ela, o território se inseria no cotidiano escolar, ela se moldava a ele, nós a moldávamos. No recreio, corríamos para brincar nas “vagens”, local na mata com vegetação baixa e muitas carnaubeiras, das quais tirávamos os talos e fazíamos cavalinhos, apostávamos corridas, brincávamos de queimado. Tínhamos aula de campo no rio e nos roçados.

Por isso, se faz tão necessária a criação das escolas dentro do território, porque, mesmo que todos os professores e professoras não sejam da comunidade e não estejam preparados para o que hoje denominamos como educação escolar quilombola, a criação dessas escolas dentro dos quilombos permite que a comunidade molde a escola e seu corpo docente, o viver do povo se insere dentro dos espaços. Essas premissas, aliás, têm sido conquistadas em marcos normativos que garantem que os quilombos exercitem efetivamente seus procedimentos educacionais com autonomia. Referente a isso o Estado do Ceará com a colaboração das

comunidades quilombolas, movimento negro e Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc) produziu e lançou em 2022 o *Projeto político-pedagógico das escolas quilombolas: princípios formativos orientadores*, que serve como subsídio principalmente para as secretarias de educação municipal entenderem e aplicar em suas cidades, sobre esse material destaco a afirmação que diz:

Desse modo, a escola quilombola não é uma ilha, mas um espaço socializador de conhecimentos. Na verdade, ela representa uma conquista da comunidade. As escolas situadas em comunidades quilombolas estão em um contexto marcado pela ancestralidade, oralidade, territorialidade, tecnologias, práticas corporais e de saúde que as acompanham desde sua origem (Santos, 2022, p. 52).

Cursei todo o ensino fundamental na escola dentro do quilombo, foram anos agradáveis e, de fato, aprendi e me aperfeiçoei em várias matérias. Porém, a chegada do ensino médio trouxe consigo muitas mudanças e conflitos. A primeira delas foi a ida para a cidade de Pacujá, onde ficava a escola estadual para onde eu e meus primos precisávamos nos transferir para concluir nossa educação básica. Lembro com exatidão do primeiro dia de aula, de como fomos levados não em um ônibus escolar, mas em um carro com uma cabine e carroceria, semelhante a veículos que servem para transporte de animais.

Esse foi o início de três anos em um ambiente que não estava preparado para nos receber e que não se esforçou para nos integrar. Encontrávamos quase que todos os dias em nossas carteiras escolares xingamentos como: “negas fedorentas do Batoque”, “negas do cabelo ruim do Batoque”, “sujas do Batoque”, entre outros. Embora também tivessem meninos do quilombo estudando na escola, as agressões eram, em sua maioria, direcionadas às meninas. Os recados eram deixados por outras meninas, algumas da nossa sala e de outras séries; elas tinham pele clara e, em comparação com a nossa cor, eram lidas como brancas. Não eram ricas, mas suas famílias possuíam moto, carro, animais ou comércio, o que lhes dava *status*, mesmo que algumas delas viessem de comunidades rurais que, em certa medida, fossem assemelhadas à nossa. Porém, elas nos enxergavam como um grupo estranho, ocupando um lugar que, segundo sua visão, não nos pertencia. Penso comigo: vai chegar um dia da minha vida em que essa sensação vai deixar de existir por onde passo, vivo, trabalho?

No primeiro momento, levamos a questão para a direção da escola, mas o diretor nos respondeu que não podia fazer nada, já que não tínhamos como provar quem havia escrito as ofensas. A escola, na figura dele e de todo corpo docente que a compunha, fechou os olhos para a situação. Com a omissão da escola/sociedade, decidimos resolver do nosso jeito, o que basicamente significava brigar na rua. Não tenho a pretensão de incentivar o uso de violência física para resolver conflitos, no entanto, quero enfatizar que, de onde venho, no contexto dos

saberes passados a mim pelo meu povo, ser passivo ou “baixar a cabeça” nunca foi uma opção. Fomos conscientizados de que defendermo-nos uns aos outros era regra fundamental. Durante as brigas na rua, muitos dos cidadãos e cidadãs pacujaenses ficavam assistindo de suas imponentes e sólidas varandas, eles seriam as pessoas que nos dias seguintes nos chamariam de negros briguentos e folgados. Era assim que eles chamavam os nossos pais, tios e avós quando também tiveram que entrar em embate para se defender das inúmeras opressões a eles infligidas, para lutar por suas casas, suas lavouras, seus animais, suas famílias, suas crenças, seu modo de vida, sua existência. Minha irmã está grávida enquanto escrevo estas linhas e desejo imenso que a vida que chega tenha um pouco mais de descanso.

Os processos para uma mudança no ensino na cidade de Pacujá seguem a passos lentos, as crianças e adolescentes quilombolas que vieram depois de mim ainda encontram situações de discriminação e racismo. Meus primos mais jovens já foram chamados para se “fantasiar de escravos” no desfile comemorativo ao aniversário do município. Uma das professoras, ao receber uma negativa dos alunos de capoeira do quilombo para se apresentarem na escola, ofereceu dinheiro, tentando comprá-los, sem entender que a rejeição deles era uma posição política da comunidade, que se recusava a servir de espetáculo para uma cidade que lembrava do quilombo somente no dia 20 de novembro. Uma das colegas de sala de uma das quilombolas de Batoque, que tinha menos de sete anos, disse a ela que não poderiam mais brincar juntas porque seu pai não permitia, por causa da cor da amiga. Ao longo da história do Brasil, o racismo tem sido uma máquina de destruição com sofisticado poder de adaptação geracional por seus agentes.

Durante a vida escolar fui sendo vista, dentro de Batoque, como uma pessoa que “sabia falar bem”, “com habilidades para escrever”, “de cabeça boa”. Esses comentários partiam, principalmente, dos mais velhos, e influenciaram para que eu participasse de outros espaços e movimentos, com o objetivo de fortalecer nossa luta. O primeiro deles foi o movimento sindical, mais especificamente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Pacujá. Meus tios, Inácio Raimundo do Nascimento e João Francisco Cordeiro, e minha prima, Teonila do Nascimento Cordeiro, já eram membros do sindicato, e essa era a instituição que mais entrava em conflito com os chamados “donos de terra” da cidade, para a garantia de plantio e em defesa dos direitos dos agricultores e agricultoras. Por levantar essas bandeiras, o sindicato também atendia nossos anseios.

Ingressei no sindicalismo, inicialmente atuando no movimento de juventude camponesa, fui para reuniões, festivais e manifestações nas ruas. Através desse movimento, conheci outras cidades, dentre elas, Brasília. A última vez que estive lá junto ao movimento

sindical foi para participar da Marcha das Margaridas, em 2019. O contexto político já estava caótico, o país tinha um dos governos mais autoritários e racistas dos anos recentes, porém isso não intimidou as milhares de mulheres que, vindas do campo, das águas, das florestas, dos quilombos, fizeram marcha na capital do Brasil exigindo seus direitos.

Estar em um ambiente sindical possibilita muitas interações, e, obviamente, pude identificar algumas falhas, ou, melhor dizendo, pontos que precisam de melhoria. Percebo que, embora o sindicalismo tenha muitas pautas convergentes com a luta da população negra, eles tendem a homogeneizar os povos, como se viver no “campo” fosse um aspeto que se sobrepusesse às singularidades e necessidades das populações. Eu sempre fui ouvida nesses espaços, mas nem sempre compreendida, porque, ainda que me fosse “dáda” a oportunidade de falar e ser escutada, quando eu o fazia, minhas palavras e a realidade de onde elas vinham não faziam sentido para muitos dos que ouviam minha voz. Consegui amigos fiéis nesse meio que estavam dispostos a ouvir, apoiar e reivindicar junto comigo, principalmente os da Rede de Educadores da Escola de Formação (ENFOC)<sup>7</sup> da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). Fez toda a diferença estar junto deles e saber que pelo menos essa parte do movimento estava disposta a ver e valorizar a diversidade.

Foi dentro do movimento sindical que conheci as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), em especial, a Escola Chico Antônio Bié, localizada na Serra da Ibiapaba. Lá fui apresentada ao termo “bem viver” e, depois que me foi explicado o seu significado, entendi que o que eles e elas buscavam era a mesma coisa que chamávamos de *Nosso modo de vida*. Decidi colaborar com essa construção a fim de pensar o ensino dentro de uma sala de aula diferente daquele que eu tive; a partir de então, passei a ser chamada por eles de educadora da EFA.

Em 2009, criamos em Batoque a Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo Rural de Batoque (ARCQUILOMB). Fui eleita/escolhida como secretaria geral por três mandatos, foram nove anos durante os quais tanto eu quanto a comunidade precisamos aprender sobre inúmeros processos, alguns deles extremamente burocráticos. Afinal, o Estado brasileiro e suas instituições só começaram a dialogar conosco mais recentemente. Para acessar políticas públicas do nosso interesse decidimos seguir o “ritual” imposto. O símbolo escolhido para nos representar enquanto associação foi o pilão, essa ferramenta usada por nós e por nossos

---

<sup>7</sup> A Escola Nacional de Formação da Contag nasceu em agosto de 2006 e tem por base os princípios Freirianos (Paulo Freire). As pessoas que passam pelo seu processo formativo são chamadas de educadores e educadoras. A escola promove espaços onde são discutidos temas como identidade, raça, gênero, sexualidade, entre outros. Todos os educadores e educadoras fazem parte de uma rede que tem por objetivo discutir o processo formativo em todos os lugares (ENFOC, 2022).

antepassados. Para transformar o alimento que vai dentro do pilão, você precisa de força, mas acima de tudo de ritmo, que é regido por duas mãos e se espalha para o restante do corpo; essa seria nossa associação, uma força ancestral conduzida por nossas mãos e corpos.

Figura 01 – Símbolo da Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo Rural de Batoque (ARCQUILOMB), criado em 2019



Fonte: Acervo pessoal.

Com a criação da associação, conhecemos a CERQUICE<sup>8</sup> e, através dela, outros quilombos. Ter contato com tantas pessoas com histórias semelhantes à nossa foi uma surpresa, pois, durante nossa caminhada, nunca tínhamos cruzados com outros, sempre pareceu que estávamos isolados. Aqui não me refiro ao isolamento geográfico tantas vezes atribuído aos quilombos, mas falo do sentimento de sermos o Quilombo de Batoque no e contra o mundo. A partir do momento em que começamos a ter contato outros grupos, ficamos cientes do cenário mais amplo, principalmente no que se refere à luta pela defesa dos nossos territórios. Afinal, os ditos “donos de terra” não estavam restritos à nossa realidade, também tentavam se impor em outros quilombos, por vezes mascarados na figura de grandes empreendimentos, mineradoras e do Estado brasileiro.

A minha comunidade chegou a sediar um dos Encontros Estaduais de Comunidades Quilombolas ocorridos em 2017. O evento foi um marco para os quilombolas de Batoque, pois tivemos a oportunidade de conversar e acolher outros irmãos e irmãs quilombolas em nossas casas, dividindo comidas e experiências. Foi nesse referido evento que um dos “donos de terra”, ao ver toda a nossa motivação, perguntou se aquele povo era para “tomar as terras dos outros”.

---

<sup>8</sup> CERQUICE é a organização que representa o movimento quilombola em nível estadual. É composta por um coordenador, o senhor Jose Renato Baiano, e pelas comunidades quilombolas. A organização visa identificar, orientar, reunir e lutar pela demarcação do território e acesso às políticas públicas.

Acredito que se colocar sempre em posição de inocente/vítima ainda continua sendo o discurso preferido dos colonizadores.

Continuando junto com outros membros do quilombo a fazer essa caminhada de estratégia de “ancestralmente direcionada” (Sacramento, 2019, p. 20), em busca de nos fortalecer, encontramos a Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à igreja católica, porém com uma visão voltada ao ecumenismo, aberta a todas as crenças e religiões, o que a faz ter uma relação mais próxima e harmoniosa com outros povos, dentre eles os quilombolas. Em 2014, a CPT<sup>9</sup> passou a conhecer e acompanhar nossa comunidade e auxiliou na organização de uma audiência pública que teve vários desdobramentos como, por exemplo, a vinda da Fundação Cultural Palmares (FCP)<sup>10</sup> a Batoque. Desde então, tornei-me uma agente CPT e passei a lutar não somente pelo meu quilombo, somando-me a todos os povos que estão na defesa do seu modo de vida e tudo que isso representa.

Como nossas estratégias de aquilombamento em outros territórios continuavam a funcionar, decidi fazer parte do Conselho Municipal do Direito da Mulher (CMDM). Enquanto mulher negra e quilombola, entendi a importância daquele espaço. Tendo como principal exemplo de liderança e coragem as mulheres quilombolas que me cercam, sei da necessidade de políticas e leis que assegurem a nossas vidas e dignidades. A experiência do ensino médio já me mostrara qual era a visão que a cidade tinha de mulheres como eu e minhas primas, então decidi que o conselho seria um lugar estratégico para agir. É necessário que se diga que os conselhos municipais, principalmente os que não administram recursos financeiros, são pouco valorizados, e são criados mais no sentido de cumprir protocolos.

Apesar do contexto pouco favorável, decidi aceitar a presidência do conselho. Uso o verbo aceitar porque, embora tenha havido votação, fui a única candidata ao cargo, justamente pelo já mencionado descrédito desse órgão público. Fui eleita a primeira presidenta do Conselho da Mulher que fazia parte dos representantes da sociedade civil, a única negra e quilombola a ocupar tal posição. A experiência de presidir o conselho se mostrou um desafio, eu uma jovem mulher negra representante de um quilombo, acostumada a ir ao enfrentamento, motivada ainda mais pelos

---

<sup>9</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, realizado em Goiânia (GO), convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, é presidida pela igreja católica e prega o ecumenismo (Comissão Pastoral da Terra, 2010).

<sup>10</sup> A Fundação Cultural Palmares (FCP) foi criada em 1988. É uma instituição que tem entre suas atribuições a certificação das comunidades quilombolas do Brasil. O processo para certificação consiste basicamente dos seguintes passos: autorreconhecimento da Comunidade, registrado em reunião com elaboração de uma ata, construção do histórico pela comunidade, envio da ata e histórico, visita dos representantes da FCP e emissão da certidão (Fundação Cultural Palmares, 2022).

recentes movimentos dos quais participava, cheguei ao grupo propondo ideias para criação de leis, manifestações nas ruas, levantamento sobre violências na delegacia, entre outras questões. O círculo das demais conselheiras me viu com uma mistura de estranhamento e desânimo.

Várias das reuniões do conselho não ocorreram por falta de quórum. Tentei, como dizem na minha terra, “desacelerar o passo” para que as outras mulheres pudessem compreender melhor e atuar enquanto conselheiras. Fizemos a leitura e o estudo do estatuto, conseguimos, em parceria com o Sindicato Rural, uma oficina sobre direitos humanos, da qual menos da metade das conselheiras participaram. É necessário que seja explicada a composição do conselho para que essas dificuldades sejam melhor compreendidas: entre as integrantes do colegiado, apenas eu, minha suplente e a representante do Sindicato Rural éramos mulheres negras; as demais eram mulheres lidas como brancas, com empregos ligados à prefeitura ou outras instituições. O conselho também tinha um homem indicado pela organização da qual fazia parte. Diante dessa configuração, minhas propostas e meus anseios muitas vezes não eram ouvidos. Embora majoritariamente representado por mulheres, embora essas mulheres compartilhassem a realidade de um país machista, patriarcal e capitalista, e que, em algum momento, todas sofressem as opressões que esse sistema impõe, faltava ao conselho a noção de intencionalidade que, como nos explica Carla Akotirene, é:

o termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. Conforme dissemos, é o padrão colonial moderno o responsável pela promoção dos racismos e sexismos institucionais contra identidades produzidas durante a interação das estruturas, que seguem atravessando os expedientes do Direito moderno, discriminadas à dignidade humana e às leis antidiscriminação (Akotirene, 2019, p. 35).

A ausência do entendimento desses cruzamentos, em especial, o de raça e gênero, foi determinante para o não avanço dentro do conselho. Eu, enquanto presidenta, tinha a cor das meninas que limpavam as casas de muitas daquelas mulheres, vinha de um lugar conhecido na cidade como o de pessoas briguentas, eu era aquela que sabia falar, mas tinha ideias trabalhosas demais para serem executadas e que, em certa medida, atrapalhavam a rotina já estabelecida das pessoas. A criação do conselho era para ser somente mais um protocolo, mesmo diante de casos de violência doméstica e feminicídio como o da Senhora Iracema Julia de Abreu<sup>11</sup>, morta a pauladas pelo companheiro dentro de sua casa, em 2019.

---

<sup>11</sup> Mais informações sobre o caso nas seguintes reportagens:

Apesar de tudo, foi possível realizar algumas ações, das quais me orgulho, como por exemplo, manifestações nas ruas da cidade. A primeira delas teve como tema a celebre frase da escritora Audre Lorde “*Não serei livre enquanto outra mulher for prisioneira mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas*”: *pela democracia, na luta pela igualdade e no combate ao feminicídio*. Foram feitas diversas mobilizações para que a atividade acontecesse, fomos às escolas municipais e estadual, enviamos ofícios para as secretarias e demais grupos, e aqui destaco o trabalho das representantes do Sindicato Rural e dos servidores públicos que apoiaram a ideia e fizeram de tudo para que se concretizasse. As mulheres do meu quilombo estavam lá, somaram-se a mim, fizeram cartazes, pintaram os corpos, marcharam, cantaram e gritaram. Como nos demais momentos da minha vida, elas se fizeram presentes em mais uma batalha. Aquilombamos as ruas.

Em paralelo à minha inserção nos movimentos sociais, alimentei o sonho e a necessidade de cursar o ensino superior. Quando contei a decisão para a minha família, lembro que todos, com exceção de minha mãe, ficaram felizes e me apoiaram. Sobre a reação de minha mãe, ela tinha medo, queria que eu realizasse meus desejos, mas temia minha ida para um local onde não seria possível me proteger. Eu sairia do quilombo sozinha, para uma cidade até então pouco conhecida por nós. Na época, devido à pouca maturidade, fiquei triste com seu posicionamento, mas os anos trouxeram mais sabedoria para ela e para mim. Hoje ela é uma das maiores incentivadoras de meus estudos.

O acesso à Universidade e minha permanência nela não foram travessias fáceis de fazer. Eu escolhi cursar a graduação em história da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), localizada em Sobral, cidade que fica a aproximadamente 54km de Pacujá. A universalidade não adotava a política de cotas, o que resultava em uma concorrência desigual. Não tive como fazer cursinhos pré-vestibulares e estudei sozinha em casa. A seleção consistia em uma prova objetiva no turno da manhã, e uma redação à tarde.

Era hábito entre os estudantes quando saíam dos seus locais de prova comentar sobre o que tinham escrito nas redações. Lembro que, quando falei sobre a minha, os colegas que estavam em volta falaram que eu seria reprovada, pois, segundo as “dicas” dadas em seus cursos, na redação você não deveria falar mal do governo e nem da universidade e, obviamente, isso tinha

---

MULHER É MORTA A PAULADAS EM PACUJÁ. **CETV 2ª Edição**, Fortaleza: TV Verdes Mares, 14 de dezembro de 2019. Programa de TV. Disponível em <[CETV 2ª Edição | Mulher é morta a pauladas em Pacujá | Globoplay](#)>

COMPANHEIRO É SUSPEITO DE MATAR MULHER A PAULADAS EM PACUJÁ, NO CEARÁ. **G1**, 14 de dezembro de 2019. Disponível em <[Companheiro é suspeito de matar mulher a pauladas em Pacujá, no Ceará | Ceará | G1 \(globo.com\)](#)>

sido pautado na minha escrita. Depois de ouvir esse “júri” inicial, voltei para casa sem muitas expectativas, sequer lembrei de, nos meses seguintes, verificar quando sairia a lista dos aprovados.

Em uma tarde, junto a minha família, recebi a ligação de minha prima para me parabenizar pela aprovação. Depois do choque inicial contei a notícia para o restante da família e todos começamos a gritar comemorando. Em seguida saí correndo dentro do quilombo entrando nas casas e contando para todos, fui abraçada, parabenizada, gritamos, pulamos de felicidade, eles, assim como eu, sabiam que essa era uma vitória nossa. Era uma nova jornada que abriria portas para outros jovens iguais a mim passarem, se assim desejassem.

O curso escolhido por mim era no turno da noite, no Campus de Ciências Humanas (CCH), localizado no bairro do Junco, um dos mais afastados do Centro e, por isso mesmo, criminalizado pela população de Sobral. Os condutores de ônibus encarregados de levar os estudantes, muitas vezes, recusavam-se a fazer o trajeto para lá, o que causou transtornos e desentendimentos durante a graduação entre mim e o motorista que nos “obrigava” a pegar carona. Ainda sobre o transporte, eu era a última aluna a ser pega no trajeto, e como a quantidade de alunos era maior do que a de assentos, quase sempre fui sentada nos degraus do ônibus, era cansativo e desconfortável.

A vida acadêmica em si foi permeada de boas e más surpresas, e minha permanência somente foi possível devido à bolsa oferecida pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)<sup>12</sup>, ao qual ingressei no 4º período, e em cujo âmbito desempenhei atividades, junto com outras colegas, na Escola de Ensino Médio Monsenhor José Gerardo. Durante esse período pude sentir a alegria do trabalho em ambiente escolar, mas também me foi apresentado um panorama de violência causada, principalmente, pela marginalização de comunidades tidas como periféricas pelo Estado.

Em um de nossos encontros, tivemos de nos esconder na biblioteca depois de uma aluna nos informar que havia uma pessoa armada na escola. Em outra ocasião, um colega que havia chegado mais cedo nos avisou que não devíamos ir até lá naquele dia, pois um jovem havia entrado em uma sala de aula e esfaqueado um dos alunos; ainda teria ocorrido troca tiros com os seguranças, o que provocou pânico dos alunos e funcionários.

É evidente que toda essa situação causou receio e temor de voltar às atividades. No entanto, para além da bolsa que auxiliava a mim e meus colegas, a escola, apesar de tudo, configurava-se como um ambiente de possibilidades, e nos sentíamos à vontade junto daqueles

---

<sup>12</sup> Programa de oferecimento de bolsas para alunos de graduação que devem atuar na realização de atividades em escolas públicas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O programa visa incentivar os graduandos de licenciatura a se inserirem no magistério, principalmente nas áreas da educação básica.

e daquelas estudantes que já sofriam com a ausência das políticas públicas, somada a um plano de segurança baseado no armamento e na repressão violenta.

O Auxílio Alimentação foi o outro programa que possibilitou minha graduação. A UEVA não possuía restaurante universitário e eu tampouco tinha dinheiro para comer. Lembro que eu e minhas amigas dividíamos um salgadinho quando não tínhamos mais dinheiro para comprar nada. O Auxílio Alimentação foi o que nos permitiu comer de forma mais digna. É importante que se diga e lutemos para que as bolsas, auxílios e incentivos na educação continuem, pois eles são as ferramentas que garantem a nossa manutenção nos espaços que historicamente nos foram e que continuam sendo negados.

Frequentar a academia me possibilitou firmar amizades verdadeiras com pessoas que continuam a estar presentes em minha vida, dentre as quais destaco Roberta e Rivâna. Elas se tornaram minhas companheiras desde o primeiro dia, ambas meninas negras da cidade de Sobral, que vinham de uma vivência periférica e que enfrentaram, junto comigo, a adaptação que uma graduação exige. Fomos a força uma da outra e ainda hoje dividimos os caminhos aos quais a vida nos tem levado.

Sobre o corpo docente, tenho um sentimento ambíguo. Nunca fui “diretamente” maltratada pelas professoras e professores, no entanto, não existia nenhuma representatividade referente ao quilombo ou a qualquer outro povo que não fosse o branco. Mesmo a disciplina de História da África não atendia minhas expectativas, uma vez que os autores escolhidos para estudar sequer eram africanos. Quando me apresentava enquanto pertencente a um quilombo, a principal reação era de curiosidade e algumas perguntas ou deduções eram expressas tais como: O que vocês comem lá? O que vocês vestem? Nos meus estudos eu nunca ouvi falar, onde fica? Devo dizer que minhas repostas variavam de acordo com a pessoa e com meu humor. Eu pensava: estou em um ambiente dito formado por intelectuais, então como eles podem não saber sobre isso? Por que eu e os iguais a mim precisamos continuar “ensinando” sobre povos e nações que estão neste território há gerações?

A escritora Grada Kilomda (2019), em seu texto “Quem pode falar? Falando do Centro, descolonizando o pensamento”, exprime sua visão da academia e como ela enxerga corpos pretos lá inseridos; em suas muitas linhas diz que:

o centro ao qual me refiro aqui, isto é, o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “Outras/os” inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco. Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os,

desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os. Esse não é um espaço neutro. Dentro dessas salas fomos feitas/os objetos (Kilomba, 2019, p. 35).

A autora me contempla em suas palavras, mas, felizmente, estamos dispostos a mudar esse cenário de hegemonia branca, tanto nas universidades quanto nos textos. Os povos pretos, indígenas e tantos outros grupos estão alcançando o território da universidade, e embora seja ainda um processo lento e muito aquém da real necessidade de reparação deste país, seguimos em frente. Vale ressaltar que existimos muito antes da instituição universidade e continuamos existindo depois e apesar dela. E que adentrar esses lugares como estudantes, técnicos ou professoras/es é um direito com o qual precisamos lidar com autonomia e não obrigação ou deslumbramento. No fundo, essa instituição precisa mais de nós do que ela tem reconhecido.

Trago experiências, nesse sentido, do Quilombo de Batoque que atualmente conta com diversos jovens cursando universidades estaduais e federais e institutos, nas mais diversas áreas. Esta escrita é também um exemplo que se soma aos exemplos anteriormente mencionados: sou a primeira quilombola de Batoque a cursar um mestrado, através do primeiro edital específico da Universidade Federal do Ceará com vagas destinadas para indígenas e quilombolas.

Venho de uma tradição segundo a qual ser parte de um todo, de um grupo, de uma família é o que nos torna fortes, resistentes, autênticos. Sendo assim, sou a primeira, mas jamais serei a única, meu corpo que também é território (Nascimento, 1988) continuará a ir em busca de lugares, ocupando-os, abrindo portas ou derrubando muros, assim como meus antepassados fizeram e como nós seguiremos fazendo.

## **2.1 Vamos confluenciando! Um encontro com Nêgo Bispo**

Nós extraímos os frutos nas árvores...  
 Eles expropriam as árvores dos frutos!  
 Nós extraímos os animais na mata...  
 Eles expropriam a mata dos animais!  
 Nós extraímos os peixes nos rios...  
 Eles expropriam os rios dos peixes!  
 Nós extraímos a brisa no vento...  
 Eles expropriam o vento da brisa!  
 Nós extraímos o calor no fogo...  
 Eles expropriam o fogo do calor!  
 Nós extraímos a vida na terra...  
 Eles expropriam a terra da vida!"

(Santos, 2015, p. 17).

O poema acima é da obra do mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos e está em seu livro *Colonização, quilombos: modos e significações* (Santos, 2015). Nêgo Bispo, como é mais conhecido, é filho do Quilombo Saco do Curtume, localizado no município de São João do Piauí. Conheci as palavras plantadas no papel por ele através de meu orientador, Leandro Santos Bulhões de Jesus, que tem, entre suas qualidades, o dom de proporcionar encontros memoráveis.

Quando li a obra de Bispo fiquei encantada, ele consegue criar/discutir palavras como pindorâma, transfluência, confluência, saber sintético e saber orgânico, contracolonial<sup>13</sup>, que dialogam com a realidade não somente dos quilombos, mas de vários povos, principalmente no sentido de argumentar referenciando as nossas matrizes. Por isso, ele será um autor presente nesta escrita, que compartilha com o seu pensamento o propósito contracolonizador.

Meu encontro com Bispo se deu, inicialmente, pela escrita, mas é com alegria que registro poder tê-lo conhecido pessoalmente, durante evento em Fortaleza do qual ambos participamos, em abril de 2022. O reencontrei no dia 8 de abril, em um almoço com bolsistas que estavam realizando a transcrição de suas *lives*<sup>14</sup> e membros do Grupo de Estudo Caldeirão: Confluências Anticoloniais<sup>15</sup>. Bispo é uma pessoa alegre e sábia, e meu diálogo com ele foi de partilha e confluências. Ambos falamos sobre os nossos lugares, eu falava do quilombo de onde vinha, ele falava do dele, falamos de pesca, de plantas, de lutas, falamos de nós e dos nossos. No final dessa prosa, Bispo disse que, dali por diante, eu poderia me considerar uma de suas netas, e eu muito feliz o aceitei como um avô. Nós partilhamos o significado de ser geração avó e geração neta, que é um compromisso sagrado, existencial, é a representação viva da circularidade da nossa história.

Após o almoço, fui convidada por ele para continuar conversando e ir ao evento que o havia trazido à cidade e que ainda estava acontecendo. Dois forasteiros nas ruas de Fortaleza em dia de jogo de futebol, enfrentando o desafio das ruas desconhecidas e do caos no trânsito. Nenhum motorista atendeu nosso chamado pelos aplicativos. Mas, acredito que alguns encontros e momentos são regidos por uma magia ancestral inquestionável. Já havíamos desistido de chegar ao evento e pensávamos apenas em uma maneira de voltar para casa quando

---

<sup>13</sup> Palavras criadas e discutidas por Antônio Bispo dos Santos, estudioso quilombola em sua obra *Colonização, quilombos: modos e significações* (2015), que serão retomadas no decorrer deste trabalho.

<sup>14</sup> Projeto coordenado pelo prof. Leandro Bulhões.

<sup>15</sup> Grupo de Pesquisa da UFC coordenado pelos professores Leandro Santos Bulhões e Franck Ribard, atualmente possui 29 membros. A finalidade do grupo é qualificar os debates antirraciais na produção do conhecimento nas ciências sociais e humanas. O grupo se organiza a partir das seguintes linhas de Pesquisa: a) História e educação para as relações étnico raciais; b) Povos originários, diáspora e comunidades tradicionais; c) Sistemas memórias em torno da escravidão e do tráfico no Brasil e na França; d) África: história, memória e produção do conhecimento.

fomos vistos por uma dupla de capoeiristas, que reconheceram Nêgo Bispo e nos levaram para sua casa, deram-nos água e acolhimento.

Depois, pedimos que nos deixassem em algum lugar até que o amigo que hospedava Bispo em Fortaleza viesse ao nosso encontro para nos levar para casa. Fomos direcionados para o espaço conhecido como Casa de Cultura Preta Simoa<sup>16</sup>, lugar que, em seu nome, homenageia uma das mulheres pretas de grande importância na luta pela libertação dos escravizados no estado do Ceará, e que continua a ser um símbolo de resistência. Nós dois visitamos a Casa pela primeira vez juntos, observando pessoas, fotos, comidas, música, comentando o que víamos até que, por fim, chegou a hora de nossa despedida.

Figura 02 – Encontro com Nêgo Bispo em Fortaleza



Fonte: Acervo pessoal.

Ao narrar meu encontro com Bispo dentro desta pesquisa pretendo, para além de registrar um acontecimento, trazer a discussão de território, nos termos que considero relevantes para minha escrita. O Quilombo de Batoque já foi objeto de pesquisa de diversos trabalhos, poucos dos quais a comunidade veio a ler ou conhecer os resultados. Alguns pesquisadores se beneficiaram de nossas histórias para assegurar títulos, porém jamais retomaram o contato

---

<sup>16</sup> A Casa de Cultura e Restaurante Preta Simoa, está localizada na Avenida da Universidade nº 2407, Benfica, Fortaleza/CE. Funciona de segunda a quinta-feira e promove atividades de dança afro e capoeira (Preta Simoa, 2021).

conosco. Um clássico! Só nos últimos anos a comunidade veio a ter acesso aos trabalhos realizados sobre ela, pois passamos a solicitar/exigir aos pesquisadores o envio do trabalho concluído para o arquivo de nossa associação.

Ao ler alguns desses trabalhos percebi ausências. A principal delas diz respeito ao território, que é normalmente tratado de forma simplista ou abstrata: simplista quando é reduzido à localização e números, por exemplo, onde fica e qual a sua distância até outro lugar; abstrata na medida em que se fala da importância do território, mas não se caracteriza essa importância. E o que tudo isso tem a ver com meu encontro com Bispo? Meu encontro com ele diz como um quilombo é conhecido, como quilombolas se fazem conhecer através de seus territórios, das especificidades e significados que atribuem a eles e da vivência com e dentro deles. Meu encontro com Bispo nos possibilitou apresentar um ao outro nossos quilombos, através da transfluência que, nas palavras do mestre, é exemplificada da seguinte forma:

Como compreendemos a transfluência? Nós compreendemos a transfluência pelas forças das águas em superar os obstáculos. Ninguém consegue parar as águas. Mas a coisa mais bela que nos mostra a transfluência é como as águas de um rio aqui neste lugar que chamaram de Brasil, se misturam com as águas de um rio na África, se tem um oceano de águas salgadas no meio. Ou seja, através da evaporação as águas transfluem nos oceanos, ou através do subsolo, por baixo dos próprios oceanos. (Santos, 2021, p. 17).

A possibilidade de transfluir permitiu que quilombos (Batoque e Saco do Curtume), Nêgo Bispo e Josi do Nascimento, situados em estados diferentes pudessem compartilhar suas territorialidades, que são, como o mestre também denomina, baseadas na *Confluência*, que se configura como a forma dos seres vivos se relacionarem harmoniosamente com os elementos da natureza “uma confluência é um encontro entre seres, entre vidas que se movimentam dentro do mesmo cosmo. Que se movimentam com energias parecidas, e que, quando se encontram ou até mesmo se não se encontrarem, se misturam.” (Santos, 2021, p. 20).

Enquanto geração neta, agora na fronteira da academia, decido por contar sobre nós e nossa história tendo como base a apresentação do território do Quilombo de Batoque e as confluências lá exercidas, seja da comunidade com a natureza, seja entre os membros da comunidade. Começar com o território não significa dizer que ele não estará no meio ou no fim dessa escrita, ele estará sempre presente, pois, partindo de uma construção que pretende ser contracoloniaalista, a escrita segue o movimento circular início, meio e início.

## 2.2 Vamos caminhar pelo Batoque: mapeando um território de afetos, sentidos e lembranças

Para conhecer um território de forma profunda é preciso morar nele, senti-lo. Informar que o Quilombo de Batoque se localiza nos municípios de Pacujá<sup>17</sup> e Mucambo<sup>18</sup>, no interior do estado do Ceará, não é suficiente. Nosso território é entendido a partir das relações estabelecidas dentro dele. Nossas práticas cotidianas são os parâmetros que nos direcionam, sendo assim:

Território quilombola é compreendido como o espaço necessário à reprodução cultural, religiosa, social, ancestral e econômica, sendo a base da organização social e da identidade cultural dos grupos negros em diáspora. Atualmente existem alguns instrumentos jurídicos e técnicos para a regularização desses territórios (Cordeiro, 2018 *apud* Sacramento, 2019, p. 89).

Infelizmente, os instrumentos jurídicos responsáveis pela regularização dos territórios quilombolas passam por uma política de execução lenta e, por vezes, ineficaz, ainda que se trate de um direito assegurado constitucionalmente, conforme o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, segundo o qual: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (Brasil, 1988). O atraso/negligência na aplicação da legislação pode ser percebido inclusive no estado do Ceará, que possui apenas dois territórios parcialmente demarcados (Quilombo Sítio Arruda e Encantados do Bom Jardim) em um universo de oitenta e seis comunidades, segundo levantamento feito pela CERQUICE.

A intelectual Mariléa de Almeida em seu trabalho *Territórios de Afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro*, cunha e desenvolve um termo que acredito dar conta dessa relação entre Governo e comunidades quilombolas, nomeada pela autora como “governamentalidade racista”, que entre as suas muitas facetas é descrita como:

A fim de tornar visíveis as formas de governo singulares que incidem sobre as comunidades quilombolas, chamarei de governamentalidade racista o conjunto de procedimentos, técnicas e saberes que, operando por meio de mecanismos de exclusão, englobam: burocratização do acesso ao direito territorial, folclorização das práticas e dos corpos quilombolas e o desamparo social a que essas populações estão submetidas, causado pelo insipiente alcance das políticas públicas nos territórios quilombolas (Almeida, 2018, p. 67).

---

<sup>17</sup> Município do interior cearense. Segundo o Censo 2022, Pacujá tem uma população de 6.175 pessoas (IBGE, c2023c). Seu nome tem origem tupi e significa fruto da pacova e, também, folha de enrolar (IBGE, c2023b).

<sup>18</sup> Município vizinha a Pacujá, tem uma população de 13.666 pessoas, segundo o Censo 2022 (IBGE, c2023a).

A bem da verdade, os mecanismos criados pelo Estado brasileiro, ancorados na percepção da governamentalidade racista são, em seu íntimo, uma ferramenta criada para nos dominar, para nos fazer nadar na lógica determinada por seus agentes, utilizando-se da implementação de etapas como a elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), relatórios antropológicos, laudos técnicos, fases de julgamento, contestação, entre outros. Gera-se uma “excessiva burocratização do processo jurídico, dificultando o acesso efetivo ao direito territorial. Aqui, o corpo é afetado pelo cansaço de espera” (Almeida, 2018, p. 29).

Mesmo os mecanismos que decidimos utilizar em nosso favor trazem consigo umas das marcas principais do colonialismo: o desejo de decidir sobre a vida de outros povos. Penso na emissão de certificado para nossa permanência no território: nós habitamos, protegemos e amamos nosso território há várias gerações, e, ainda assim, o Estado se dá a prerrogativa de decidir se poderemos ou não continuar habitando esse espaço. Eis outra característica colonialista: a prepotência sem medida.

Independente da negligência/perseguição/ausência/interferência do Estado, as comunidades quilombolas estão em constante movimento para a demarcação de seus territórios, realizando seus próprios mapeamentos, seja de forma autônoma, seja com suporte de secretarias e outras instituições. Os mapeamentos não são para os quilombolas saberem sobre seu território, afinal nós já o conhecemos, mas são, principalmente, uma ferramenta que servirá de suporte para nossa luta. Joviano Mayer em seu trabalho intitulado *De pé na encruzilhada: por uma cartografia anticolonialista*, fala da utilização desse instrumento:

Em resumo, o método cartográfico me parece muito importante nas lutas, na atualidade, especialmente quando consideramos essa dimensão da produção de subjetividades. Na verdade, o colonizador não teria chegado nessas terras não fossem os mapas. Começa por aí. Desde a invasão europeia nas Américas, os mapas foram e são objeto de controle, de domínio necrocolonial, domínio sobre os territórios, sobre os bens comuns, sobre a vida das populações, e isso cada vez mais (Mayer, 2020, p. 37).

Pensar uma cartografia feita pelos quilombolas, a partir dos elementos indicados por eles, possibilita que a informação produzida não seja algo sintético, sem vida. Pensar uma cartografia com nossas palavras e sentidos gera uma visualização concreta do território. Essa cartografia irá considerar as relações existentes e as que já existiram, ao reconhecer que trata de um território ancestral, que as memórias lhe dão significado e que elas não se limitam ao hoje: o quilombo é formado pelo que a estudiosa Leda Maria Martins (2003) chama de “ambientes de memória”. Os espaços que o formam são permeados de simbologias que podem

ou não ser ressignificadas, são lugares que possuem uma cartografia de existência própria da dinâmica dos elementos que o compõem.

Pensar, entender o território é ter também como dimensão a diversidade dos indivíduos que o compõem. Para dar continuidade à luta e proteger nossos ambientes de memória, foram e ainda são necessárias estratégias e alianças poderosas. O sequestro do povo preto de África e as condições impostas pela escravidão não representaram barreiras suficientes para impedir que se construísse uma relação entre povos originários e povos pretos; eles e elas tinham elementos em comum que iam muito além da condição do escravismo que os colonizadores tentavam imputar-lhes.

Nêgo Bispo criou o termo afropindorâmico para descrever as interações, confluências de povos indígenas e africanos e seus descendentes em território brasileiro, seja em quilombos, favelas ou demais formas de organizações contracoloniais. Batoque é um território afropindorâmico com mais de 250 anos de história, segundo as memórias contadas pelas mais velhas e mais velhos. Por ser um lugar vivo e pulsante, sua paisagem se configurou de diferentes maneiras ao longo dos anos, porém o modo de vida e história das batoqueiras e batoqueiros permanece sendo repassado a cada geração. A discussão sobre o território que será feita adiante incluirá desde a sua descrição atual até memórias de tempos distantes. Para tanto, usaremos dois procedimentos cartográficos: o *mapeamento participativo* e o *desenho do território a partir de relatos dos moradores mais velhos*.

O *mapeamento participativo* foi realizado maio de 2019, em uma ação organizada pelo Intercâmbios de Saberes dos Semiáridos da América Latina, que contava com a participação de representantes indígenas e comunidades quilombolas dos estados da Bahia, Sergipe, Paraíba, Ceará, Pernambuco, Piauí e Brasília, e cujo objetivo era realizar a troca de experiências e compartilhamento de conhecimentos práticos sobre a metodologia de mapeamento participativo entre diferentes instituições, organizações e comunidades do semiárido brasileiro.

A metodologia consistia em ensinar aos participantes a utilização de ferramentas como *notebook*, GPS, planilhas e programas, capacitando-os para realizarem o mapeamento por si mesmos junto às suas comunidades, segundo suas necessidades e interesses. Batoque foi a comunidade escolhida pela organização do evento – composta por Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Programa Semear Internacional, Plataforma Semiáridos da América Latina, Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá e Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA) – para ter seu território mapeado, seguindo um cronograma de dois dias

de trabalho: coleta dos pontos geográficos no dia 9 de maio e junção dos pontos para gerar o mapa no dia 10 de maio.

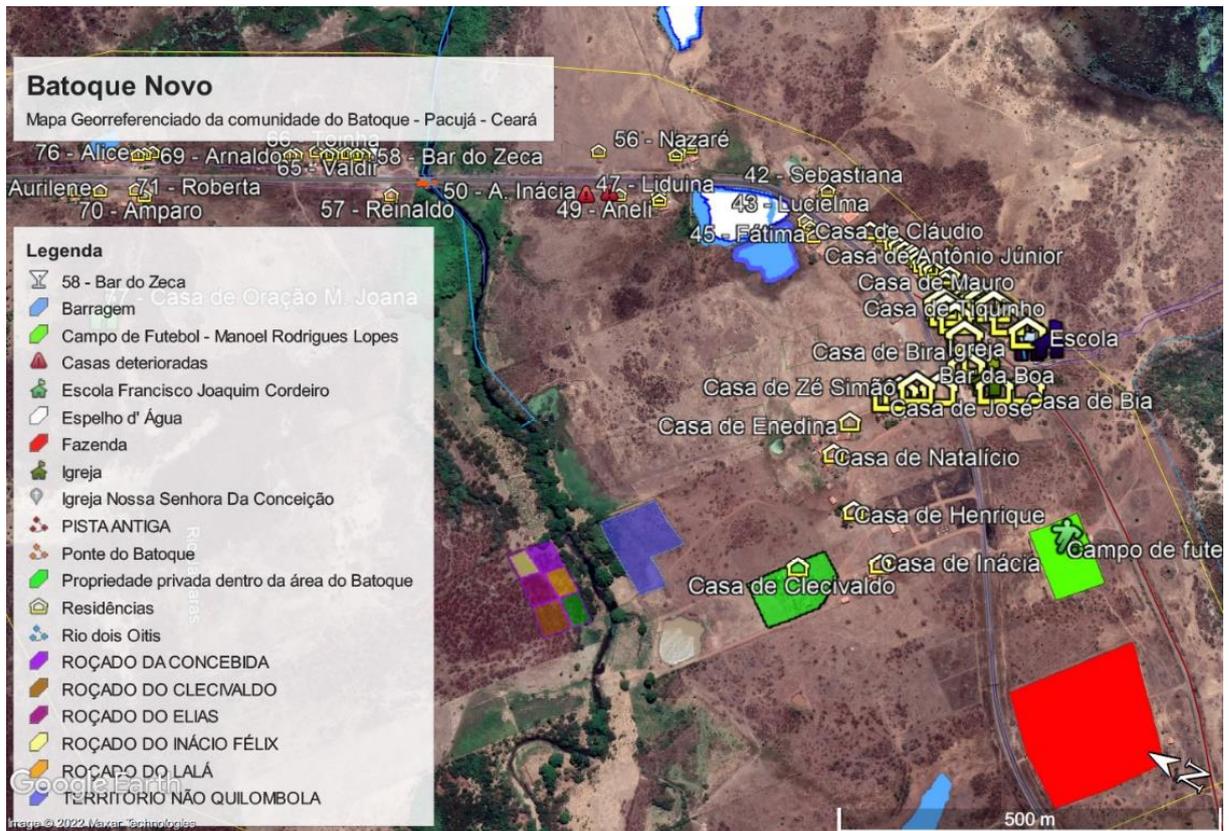
O primeiro passo foi decidir, junto à comunidade, o que deveria ser mapeado, e ela fez a escolha dos seguintes pontos de seu território: Batoque Novo (casas, escolas, casa de semente, capelas, campo de futebol), áreas de plantação, águas e Batoque Antigo. Em seguida, os participantes foram divididos em cinco equipes compostas de participantes da capacitação e quilombolas de Batoque. Adiante, dialogarei sobre os pontos escolhidos pelos batoqueiros, sobre elementos presentes nesses espaços e alguns dos significados que lhes são atribuídos pela comunidade.

O lugar conhecido como Batoque Novo, ou Batoque de Cima, é onde estão localizadas as casas, a escola, a casa de sementes, os bares, capelas, algumas das barragens e parte do rio. Foram necessárias duas equipes para fazer o mapeamento de toda essa área. As casas de Batoque seguem três formatos de distribuição espacial: formato linear, circular e em encruzilhada (o meio da comunidade é atravessado pela rodovia CE-445). As construções são de taipa e alvenaria e nelas moram 99 famílias. Atrás das moradias, no espaço que chamamos de terreiro, está a maior parte da mata do Batoque Novo. Ali também são plantadas as árvores frutíferas e ervas para fazer remédios caseiros. Os animais que as famílias criam para complementação da alimentação são galinhas, porcos, cabras e ovelhas, que vivem em regime semipreso<sup>19</sup>. Por estarmos próximos à Serra da Ibiapaba, do quilombo é possível visualizar uma enorme cadeia de montanhas e serrotes. Os espaços mais fechados da mata são a moradia dos animais não domésticos como cobras, lagartos, soins, tatus, gatos-do-mato, entre outros.

---

<sup>19</sup> Esse tipo de regime se configura quando os animais ficam livres durante o dia e presos durante a noite, principalmente porcos, cabras e ovelhas, pois, devido ao seus tamanhos, podem fugir, causar acidentes ou serem roubados. As galinhas e aves dentro desse tipo de manejo ficam presas principalmente para o período de choco. Durante a postura de ovos ficam livres.

Figura 03 – Mapa georreferenciado de parte do território quilombola conhecido como Batoque Novo ou Batoque de Cima (2019)



Fonte: Acervo da ARCQUILOMB.

Durante a execução do mapeamento, a comunidade destacou o nome e a história de cada morador, e, ao serem visitados pelas equipes, os quilombolas mostravam suas casas, suas plantas e quaisquer outros aspectos que desejassem que aparecesse no mapa. Cada casa mapeada possui o nome de alguém da família, e não somente a indicação genérica de residência. Colocar o nome no mapa significa atribuir uma identidade. É como olhar e dizer “ali é a casa da quilombola Nazaré Leão de Batoque, aquela que é ótima fazendo chapéu de palha e pescando”. É reafirmar uma identidade a partir de quem somos e de onde somos.

No ano de 2017, a Prefeitura Municipal de Pacujá lançou um projeto para substituir as casas de taipa por casas de alvenaria dentro do quilombo. Um dos grandes pontos de discussão foi a proposta do gestor de mudar a localização das casas, o que não foi aceito pelos moradores. As novas construções ficaram nos lugares determinados pelos quilombolas. Mas, devido a especulações e denúncias de desvio de verba pública, somente 17 casas foram erguidas, muitas delas sendo terminadas pelos próprios moradores. Quase todas têm alpendres, esse lugar de encontro para fazer chapéu, das brincadeiras, das observações, de tomar o café, do balançar da rede.

Para além das casas, destaco alguns dos espaços que foram mapeados e que, para os quilombolas de Batoque, são carregados de sentimento e identificação.

Começo pelos roçados. A agricultura familiar é a principal atividade da comunidade. As plantações são um lugar essencial tanto para a obtenção de alimentos quanto para a manutenção da relação com o território e, por conseguinte, por alimentar também as nossas relações interpessoais e comunitárias. A maioria das áreas de plantio localizam-se na parte do quilombo pertencente à cidade de Mucambo, e o acesso até esses locais é feito por moto, bicicleta ou a pé. Nesses espaços, os cultivos são principalmente de milho, arroz, feijão, jerimum, melancia e mandioca.

Nosso território sofre uma sistemática invasão/usurpação por pessoas não quilombolas, muitas delas descendentes dos povos que escravizaram os antepassados do povo de Batoque<sup>20</sup> e que se autodeclaram como “proprietários, patrões e donos de terra”, denominações que refletem exatamente sua relação, ou ausência de, com a terra: a de posse, de propriedade. Em consequência dessas ações, as batoqueiras e os batoqueiros são obrigados a pagar renda, ou seja, devem dar parte da colheita para ter direito a plantar. Ao longo dos anos, essa situação foi, e ainda é, um dos principais motivos de conflito na comunidade, pois os quilombolas se veem como filhos e parte do território, e os proprietários os enxergam como invasores de terra.

A presença dos ditos proprietários é uma ameaça ao modo de vida quilombola não somente no que se refere a pagamento de renda, mas, principalmente, em face ao seu efeito letal sobre tudo que compõe o território; suas ações têm consequências devastadoras, como nos conta o mestre quilombola Inácio Raimundo do Nascimento:

na beira do rio como era, os paus era madeira grossa, tudo coberto, aquelas margens do rio era uma beleza, que a gente olhava daqui no rumo do rio numa distância dessa, só se via aquele mundo de arvore que tinha lá Angelim, espécie de jatobazeiro e tudo e tudo isso acabaram [...] o rio tá se acabando, devido a exploração nas margens do rio [...] a terra tá sendo devorada, o que a terra criou que é as madeiras, as matas tá sendo acabada numa violência tão braba, tão forte que a terra não tem condição de repor o prejuízo (Nascimento IR, 2023).

Essa relação colonizadora que parte de um princípio de exploração e usurpação da natureza vai na contramão do entendimento do povo quilombola sobre vivência e permanência

---

<sup>20</sup> De acordo com o que contam os mais velhos, inicialmente o território quilombola de Batoque era de “propriedade” unicamente da família Alcantara. Porém, com o decorrer das décadas, outras famílias passaram a comprar e ocupar parte da sua área, como, por exemplo, a família Tudes. Nos últimos anos, os descendentes da família Tudes (geração neta, mais especificamente) vêm loteando o território e vendendo-o para qualquer comprador que possa pagar o montante exigido. Isso ocasiona a entrada de não quilombolas que não possuem relação com o território nem com ancestralidade à qual o mesmo se vincula.

em um território. A nossa perspectiva é ancorada no conceito de biointeração criado por Bispo (2015), que, em linhas gerais, representa o conjunto de ações que ocorre dentro do território de forma orgânica, sem que necessariamente haja uma comunicação verbal ou oficial. Para melhor exemplificar tal dimensão, descreverei a seguir o processo de plantio de Batoque, pois acredito ser um dos momentos quando a biointeração acontece de forma mais explícita.

O plantio é feito em regime de mutirão, um dia, todos os membros da comunidade vão para a lavoura de um dos quilombolas, e, no dia seguinte, o processo se repete com outro morador. No plantio todos são permitidos, os homens adultos ou de mais idade vão abrindo os buracos, as mulheres, com suas vasilhas, os seguem depositando a semente, e, por último, vêm as crianças cobrindo os buracos com terra. Ao meio-dia (normalmente medido pela altura do sol), todos se sentam para comer e beber. Caso haja árvores próximas, as crianças saem para buscar frutos, para que todos possam se alimentar. Meu objetivo com tal exemplo não é meramente descritivo, quero pontuar que a interação entre os quilombolas e a natureza não é regida por um manual de conduta, ela acontece de forma orgânica, a partir de um modo de vida que respeita todas as vidas, cuja dinâmica é transmitida por nossos antepassados e que, de acordo com a natureza, respeita e acredita que existe um tempo para tudo.

Figura 04 – Quilombola de Batoque, Gerardo Erasmo do Nascimento, mostrando o seu roçado durante o mapeamento participativo, em 2019



Fonte: Acervo da ARCQUILOMB.

Dando continuidade à apresentação desse território, irei falar de outro espaço que também representa para os quilombolas um local de plantio e colheita: a escola Francisco Joaquim Cordeiro. Ela existe há mais de 50 anos e, por estar dentro do quilombo, tornou-se parte dele, onde as famílias podem acompanhar, intervir e participar do processo de formação

de seus filhos e filhas. Uma vez inserida dentro do território, a escola absorve a dinâmica de vida dele, pois, mesmo que o corpo docente não seja da comunidade (cenário ideal), os alunos e tudo que os rodeia são quilombo, e a soberania de nossos saberes adentra a sala de aula. Givânia Maria da Silva (2016), quilombola da comunidade Conceição das Crioulas (Pernambuco), em seu livro *Educação e luta política no quilombo de Conceição das Crioulas*, destaca essa questão, ressaltando que:

A comunidade, ao se envolverem todo o processo de construção da educação, está ao mesmo tempo interferindo no destino dela. Assim, a educação passa a ter uma territorialidade desenhada e gestada pelos próprios quilombolas, por meio da participação, que é entendida como direito, ligado ou não à educação. O ponto central é o território. Sob ele, as demais questões vão se aglutinando na busca de manter as relações existentes na comunidade dentro dela própria e no seu entorno, de maneira especial (quilombolas e indígenas e outros grupos tradicionais) (Silva, 2016, p. 134).

Desde sua criação, a escola está presente na mente de muitas gerações de batoqueiros e batoqueiras. Maria Lais Cordeiro do Nascimento (25 anos), jovem quilombola de Batoque, pertence à 5ª geração neta de nossos antepassados que aqui chegaram e formaram o quilombo. Conhecida na comunidade por ser uma habilidosa trancista, a hoje graduanda em Ciências Sociais fala de suas memórias da escola:

Acho que as lembranças mais significativas são o estar junto com os meus, então é o sentimento de família, pois até hoje parece que aqui no Batoque as mulheres ficam grávidas nos mesmos períodos e assim vai formando uma nova turminha de possíveis amigadas e acho que foi o que aconteceu no meu tempo de escola, estudar rodeada de primos me deu segurança para ser quem eu era o que foi diferente quando passamos a estudar na cidade e tivemos os confrontos cidade/interior. As lembranças mais vividas da escola são os momentos de brincadeiras, banhos em um chuveiro que tinha lá, as músicas na hora da merenda e da saída, e a alegria de vir embora sozinha, uma sensação de ser uma criança adulta, mal sabia eu que só vinha sozinha porque a casa era perto. E no mais o prédio escola me invoca comunidade, pois como não temos um prédio oficial para reuniões, festas e tais, a escola passou a ser esse ambiente que sempre nos unia para festejar por poder abrigar muitas pessoas (Sousa LC, 2022).

Como Lais diz em sua fala, a escola aglutina várias atividades dentro do quilombo, sendo utilizada para reuniões da associação, celebrações, encontro dos idosos, encontro das mulheres, treino dos jovens. É também onde são acolhidos os visitantes. Outro aspecto interessante no depoimento de Lais diz respeito a estudar entre os seus como característica necessária para a afirmação e o fortalecimento de uma identidade. Não se trata de não se relacionar com outros grupos, mas de compreender que, em se tratando de determinados espaços, como a cidade de Pacujá, o que podemos fazer é dialogar a partir das fronteiras, que por vezes se “movem, avançam, recuam, mas elas nunca devem ser ultrapassadas. Porque se a gente ultrapassar deixa de ser fronteira e passa a ser limite. E limite é uma coisa colonialista. Limite é uma coisa da linearidade, da verticalidade...” (Santos, 2021, p. 25).

As águas são outro elemento primordial para a vida no quilombo, que possui vários sentidos confluentes com os mais diversos saberes dentro do território. A própria comunidade selecionou a água como uma das prioridades no mapeamento, afinal ela é um dos símbolos máximos do pulsar da vida. As águas de Batoque estão, principalmente, nas barragens e no rio. Elas têm seu momento de cheias durante o período das grandes chuvas, quando o quilombo quase vira uma ilha, e são de uso dos moradores e de animais domésticos e selvagens. No mapeamento de 2019, foram georreferenciadas três barragens, duas delas na parte central, onde ficam as casas, e a terceira mais próxima do Batoque de Baixo/Antigo. O rio que atravessa o território é o Jaibaras, sobre o qual se estende a ponte que marca a divisa entre os municípios de Pacujá e Mucambo. O Quilombo de Batoque tem sua área atravessando essa divisa.

É nessas águas que acontecem as pescas, muitas vezes noturnas: “tem muito peixe, graças a Deus, todo mundo pegou muito peixe, e ainda tem, né? Se o pessoal pescar, dá pra tirar muita alimentação da água” (Nascimento MC, 2022). Além disso, nesses espaços os jovens da comunidade se divertem com seus banhos e brincadeiras embaixo das árvores. Em Batoque é comum crescer ouvindo que “só água do rio limpa de verdade”. Ela interfere no bem-estar do corpo, a receita para curar resfriado é se banhar no rio todas as manhãs, mas, se o banho for à tarde, em águas quentes, piora a condição. As águas são sagradas. Elas “tem capacidade de penetrar e de criar fissuras; de se misturar ou não; contornar; sufocar; encobrir, saciar; unir, separar. Toda água do mundo é velha” (Cruz; Lemos; Jesus, 2020, p. 255).

O acesso às águas sempre foi livre para mim, meus primos e as outras crianças do quilombo. E quando digo livre, não me refiro a descaso dos meus pais ou dos mais velhos de nossa comunidade. Eles e elas compreendem que ser parte de um território significa vivenciá-lo desde sempre, o que lhes cabe é permitir experiências e orientar os jovens através de seus ensinamentos, muitas vezes valendo-se de ditos como “se lembrem que água não tem cabelo”, um alerta sobre os limites que a água impõe aos que nela se banham.

Acredito que, entre todos os quilombolas de Batoque, as mulheres possuam a relação mais profunda com as águas, pois suas rotinas diárias estão entrelaçadas com o ir e vir das barragens e do rio. Apesar de haver água encanada na comunidade, advinda de um poço profundo, as batoqueiras mantêm seu costume de ir ao rio ou às barragens buscar água para o consumo, lavar louça, banho etc. Destaco aqui a lavagem de roupa, momento do qual, desde pequenas, eu e minhas irmãs participamos, levadas por nossa mãe. No rio se aprende muito mais do que esfregar, enxaguar e estender a roupa. Lá é também o contar dos problemas cotidianos, das gargalhadas, do dividir a merenda, do café, do banho demorado. É o observar a natureza: se

tiver chovido muito nas cabeceiras<sup>21</sup> do rio na noite anterior, a água vai estar barrenta, águas turvas, não será possível lavar roupa naquele dia. É o compromisso certo no calendário, “às quartas e sábados estarei no rio”, diz sempre dona Maria Cerli, já Helena prefere as terças e quintas. Tal é o ritual que conduz a esse “território de afetos” (Almeida, Mariléa, 2018).

A vivência no rio a partir de momentos como esses me impulsionou a escrever de uma forma que muitos nomeariam poética, rimada. Porém nomear, como diria Bispo (2015), é uma estratégia colonialista, sendo assim, os seguintes versos são uma forma de invocar minha ancestralidade, inspirados por todas as mulheres fortes e sábias que são quilombo, para elas e com elas declamo o seguinte:

#### DIA DE LAVAR ROUPA

Acorda menina, tua mãe vem chamar  
 É dia de roupa limpa, na beira do rio tem que estar  
 O sol vai nascer contigo e a água teus pés tocar  
 O som da roupa batendo na pedra,  
 O quilombo vai acordar.  
 São as mulheres, as meninas, as orixás que fazem o quilombo pulsar.  
 As águas do rio recebem,  
 Suas conversas, suas histórias, seu cantar.  
 Avós, mães, tias e primas,  
 Penteiam seus cabelos, um ato de amar e cuidar.  
 Oh, Rio de Batoque, a Senhora Oxum,  
 Veio nos abençoar!  
 Estando presente neste ritual, saúdo minha herança ancestral  
 Me banhando de todo e qualquer mal, O canto da correnteza, afinal,  
 Nossa trajetória vive nesse lugar.

(Joseli do Nascimento Cordeiro, 2024)

O último espaço do território que desejo destacar nesta escrita é o lugar conhecido como Batoque Antigo/Baixo. Embora tenha sido levantado com pontos de GPS no mapeamento de 2019, o procedimento que adotamos para falar do Batoque Antigo é outro; um que, como outras partes deste trabalho, conta com a colaboração, melhor dizendo, a coautoria dos

---

<sup>21</sup> Cabeceira é o primeiro trecho da nascente de um curso de água. Cabeceira é também denominada fonte, minadouro, mina, lacrimal, manancial (Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso Do Sul, s.d.).

quilombolas de Batoque. Apresento, a seguir, os passos metodológicos utilizados para conhecer/sentir essa parte do território.

O Batoque Antigo/Baixo foi onde surgiram as primeiras casas do quilombo. Ele está localizado mais dentro da mata, e, nos meses de chuvas intensas, tem áreas alagadas, até pequenos poços se formam. No período quente, as águas evaporam e escoam e é possível andar livremente. Não existem mais construções erguidas no Batoque Antigo, a única demarcação visível é a dos “anjinhos”, espaço onde as crianças eram enterradas e que, todos os anos, recebe visitas, que limpam o lugar e deixam flores. Com o intuito de transmitir nossa história, os mais velhos passaram a ir junto com os jovens para o Batoque Antigo e contar sobre onde ficavam as casas e como era quando a maioria das/dos batoqueiras/os lá viviam. Na caminhada, os mais velhos se orientavam pela natureza para lembrar como tudo era, antigamente: é a árvore grande que foi plantada perto da casa do Dandão, é o conjunto de pedras colocadas pelo Paizim para não alagar, é a lagozinha onde as mulheres tingiam roupa etc. No entanto, após a construção do açude Taquara, na cidade de Cariré, que fica na região circunvizinha de Pacujá e Mucambo, o acesso ao Batoque Antigo ficou inviabilizado. O volume desse açude se elevou com as fortes chuvas dos anos de 2021 e 2022, e, conseqüentemente, o nível do rio Jaibaras, em cujo leito está o açude, também subiu, alterando o ambiente em Batoque e impedindo o acesso dos moradores às partes mais baixas do quilombo.

Nesse contexto, optou-se por falar sobre o território do Batoque Antigo a partir da memória de algumas das mais velhas e mais velhos. Em vez de caminhar em seu espaço físico, o trajeto foi feito através de palavras, em conversas com ex-moradores em suas casas atuais, a fim de criar uma representação daquele lugar onde viveram. Nessa atividade, esteve comigo o quilombola Lucas Cordeiro do Nascimento, 27 anos, mais conhecido em Batoque como Luquinha, um jovem muito habilidoso, em especial no canto, tocando instrumentos musicais, e no desenho. Ele, assim como os demais membros do quilombo, sabe que é parte deste trabalho e que o estamos construindo juntos.

Andar no quilombo aciona os sentidos. As texturas, as pedras, mato e concreto nos levaram à primeira casa, o lar da mestra Maria Francisca de Sousa, mais conhecida em Batoque como tia Amélia, 72 anos, e de seu esposo, mestre Inácio Luís de Sousa, 77 anos, também conhecido como tio Inacinho Luís. Ela, como muitas das mulheres de Batoque, para além do trabalho com a agricultura é uma artesã na fabricação de chapéus de palha de carnaúba. E de palha também são as vassouras que tio Inacinho faz. Sua casa fica próxima à capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição. O casal teve nove filhos: Helena, Maria José, Maria Desterro,

Marcilene, Davi, Francisco, Mauro, Arimatéia e Luís. Apenas um deles não mora mais no quilombo. Sua geração neta conta, atualmente, com quatorze membros.

Encontramos ambos deitados em suas redes, aproveitando o balaço que traz consigo descanso e aconchego. Durante nossa conversa, a filha do casal, Helena, veio pisar urucum para fazer o corante usado em alimentos, costume ainda vivo na comunidade. Assim, nossas palavras foram marcadas pelo batuque do pilão. Antes que algo fosse contado por deles, primeiro falei de mim, melhor dizendo, falei como iam meus passos em Fortaleza. Só depois de saberem que eu estava bem, deu-se início à conversa sobre o Batuque Antigo.

O registro de tais detalhes busca expressar, da maneira mais aproximada, como vivi essa experiência: uma partilha! Não se trata de um momento estéril, seco. O ato de ouvir e falar com os mais velhos em um quilombo é um dos símbolos máximos do nosso modo de ser. Jamais se resumirá a uma coleta de dados. Tal como nos ensinou a professora Nancy Alessio Magalhães (2001), todo narrador é um pensador. Se para a universidade isso é uma novidade recente, para nós do quilombo sempre foi um princípio, um valor assegurado.

A respeito da figura do narrador, a professora Kênia Rios (2016), em seu trabalho *Os usos da narrativa: escrita e oralidade*, dialoga sobre esse momento de ouvir as histórias contadas, afirmando que:

A oralidade reserva uma intimidade com a memória, que não é como um gravador ou receptáculo de informação, por isso não existe a preocupação em memorizar tudo do jeitinho que foi visto ou escutado. As histórias contadas ganham força na medida em que são reinventadas pela intensidade do vivido (Rios, 2016, p. 28)

Tal afirmação sustenta pensar as narrativas como algo “vivo”, feito por pessoas que carregam as marcas de seus “ritmos dissonantes, movimentos corporais, seus altos e baixos, seus silêncios” (Rios, 2016, p. 7). Embora a conversa seja iniciada por perguntas orientadoras, a sua base de direcionamento será aquilo que a/o narradora/or entender como necessário a ser contado, performando, junto com os demais interlocutores, os fatos acontecidos.

Colaborando com as reflexões anteriores, Hampâté Bá (2010) chama o ato de ouvir, principalmente relacionado aos mais velhos, de “cadeia de transmissão”. Essa cadeia garante que as memórias não desapareçam e, principalmente, que sejam repassadas a todos do grupo. É um processo que visa ser circular e contínuo. Em suas palavras: “Em todos os ramos do conhecimento tradicional, a cadeia de transmissão se reverte de uma importância primordial. Não existindo transmissão regular, não existe ‘magia’, mas somente conversa ou histórias” (Hampâté, 2010, p. 181).

Tio Inácio não nasceu no território de Batoque. Sua família, seus pais sim, porém eles haviam se mudado para a comunidade conhecida como Pedra de Fogo, localizada no município de Mucambo. Como as famílias ainda mantinham contato, ele conheceu Amélia e regressou para onde sua família era originalmente. Essa é uma situação que acontece com relativa frequência em se tratando de relacionamento entre os batoqueiros: muitos dos casais foram formados por membros que nasceram no território, ou que eram filhos de ex-moradores, que em algum momento da vida tinham ido morar em outras localidades, e que, por motivo de casamento, regressaram ao quilombo. Inácio, mesmo não nascendo no quilombo faz questão de ressaltar sua identidade de batoqueiro contando que “eu nasci numa família só, quando eu nasci que foi para me registrar, foi meu avô aqui, morando aqui, me registrou como filho daqui” (Sousa, IL, 2022). Tal assertiva nos faz pensar na questão identitária, para ele inegociável.

Já tia Amélia, por ter passado a vida inteira no quilombo, conta com mais detalhes sobre o Batoque Antigo, pois ficou naquela área do território até seu matrimônio. Em suas memórias estão presentes:

eu me lembro do tempo das oiticica<sup>22</sup>, que nós né, apanhava muita oiticica, mas hoje num tem mais nem os pé [...] as casas eram mais longe né, Joseli, como a casa do seu avô, a casa do tio Pedro, era mais embaixo, mais para cá era a da tia Cunhã, para a banda dos alto era da Dona Chicuta. De lá para cá vinha do papai, a do Tomtoin, da finada Mariquinha, da finada Luísa, da finada Antônia [...] as oiticica era mais arredada para banda da beira do rio, a gente apanhava oiticica demais (Sousa MF, 2022).

O relato acima possibilita entender um pouco da paisagem dessa parte do território, bem como conhecer os nomes de alguns dos moradores que lá viviam. As casas, ao contrário do que são hoje, eram mais afastadas umas das outras, devido inclusive ao número menor de pessoas, no entanto isso não era barreira para que as famílias convivessem e se comunicassem.

Outro ponto que merece uma análise sobre a fala de mestra Amélia diz respeito à presença da árvore oiticica, cujo fruto servia tanto para consumo das famílias quanto para a venda (do excedente), o que gerava renda para comprar materiais que não tinham no quilombo. Apesar da presença abundante nas memórias dos mais antigos, a oiticica quase desapareceu do território, uma vez que os ditos “proprietários” cortavam as árvores afim de agredir as famílias, na tentativa de expulsá-las.

Embora a prática de ataque ambiental a territórios não seja algo recente, nos debates mais atuais ela vem sendo caracterizada a partir do fator racial, segundo o conceito de Racismo Ambiental, caracterizado como:

---

<sup>22</sup> Árvore típica do Nordeste, responsável por proteger os rios e os riachos (Alves, 2019).

o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população. Afetados - negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores/as, trabalhadores/as pobres, dentre outros, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais (Herculano, 2006 *apud* Nascimento, 2012, p. 2).

A escolha desses territórios não é aleatória, menos ainda o seu sacrifício em prol do (des)envolvimento. Os grupos atingidos estão, em sua maioria, à margem das políticas públicas que deveriam ser ofertadas pelo Estado. Este, por sua vez, também financia e aprova iniciativas do sistema colonizador, atividades socioeconômicas predatórias, como a carcinicultura e os parques eólicos instalados no quilombo do Cumbe<sup>23</sup>, ou o avanço do sistema horteleiro e de complexos turísticos no território indígena Tremembé da Barra do Mundaú<sup>24</sup>, ambos exemplos do estado do Ceará. Exposto isso, é inegável que o racismo ambiental<sup>25</sup> “que encontramos nos países e regiões periféricas neste século XXI, reafirma vocação etnocida das práticas racistas de assimilação e extermínio [...] que expressamente cultua o desaparecimento de minorias étnicas” (Morais; Silva, 2019, p. 43).

A última questão que desejo pontuar a respeito da narrativa de tia Amelia é a expressão “o tempo das Oiticica”, que mostra como nosso povo pensa o tempo, a partir de quais elementos ele é medido, sentido, lembrado. Ouçamos: “entre os nossos a cronologia não nos importa, nunca nos importamos tanto com datas e sim para os acontecimentos e as passagens” (Silva, 2019, p. 50). Durante a conversa também nos foi dito sobre os momentos de divertimento, em especial nas águas do rio “lá para o lado que nós morava era que era bom, quando ia lavar roupa, a gente entrava no rio toda hora que a gente queria” (Sousa MF, 2022).

Depois da Conversa com Inácio e Amélia, e os devidos agradecimentos, abraços e convites para o almoço, seguimos (Lucas e eu) para nosso próximo destino: a casa da Senhora

---

<sup>23</sup> Comunidade quilombola localizada em Aracati, a 148km de Fortaleza. Seu território é formado por área de mar e mangue, e os quilombolas que lá residem, para além das atividades nesses dois ecossistemas, também produzem agricultura familiar. Em 2014, eles receberam a certificação da Fundação Cultural Palmares e desde então lutam pela demarcação do quilombo junto ao INCRA. Apesar dos conflitos envolvendo o racismo ambiental, temos alguns trabalhos e reportagens sobre a comunidade, entre eles *Processos educativos: as lutas das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental*, de autoria do Professor mestre João Luís Joventino do Nascimento.

<sup>24</sup> Há, aproximadamente, quatorze etnias indígenas identificadas no estado do Ceará. O território indígena Tremembé da Barra do Mundaú está localizado no município de Itapipoca, a 136km da capital Fortaleza. Entre suas principais celebrações estão a festa do Murici e do Batiputá, a dança Torém e os rituais de cura. Ainda não possuem seu território demarcado, permanecendo em constante luta contra empreendimentos nacionais e internacionais pela defesa de seu modo de vida (Terras Indígenas do Brasil, s.d.).

<sup>25</sup> A respeito de casos de racismo ambiental no Estado do Ceará, consultar: SAMPAIO, Amanda; VIDAL, Joana. **Comunidades tradicionais no Ceará sofrem perseguição em conflito pela terra**. Fortaleza: Brasil de Fato, 26 de dez. 2016. Disponível em <[Comunidades tradicionais no Ceará sofrem | Direitos Humanos \(brasildefato.com.br\)](http://Comunidades%20tradicionais%20no%20Cear%C3%A1%20sofrem%20Direitos%20Humanos%20(brasildefato.com.br))>.

Joaquina Maria de Jesus, 77 anos, conhecida em Batoque como tia Quinora. Em sua morada próxima à escola, ela nos recebeu na cozinha, em meio aos seus afazeres e preparo do almoço. Nossa conversa seguiu ao som das panelas e com o aroma dos alimentos. Tia Quinora também já faz parte de uma geração avó, com uma família numerosa de filhos e netos. Ela é mestra na arte das rezas, principalmente para os ossos e partes do corpo *desmentidas* (partes do corpo que sofreram alguma torção ou desarticulação). Ela é também conhecida na comunidade por ser a primeira pessoa a ter saído para fazer cursos. para que pudesse dar aulas para os outros no quilombo. Sobre isso ela nos conta:

aí eu fui fazer uns cursos pra professora né, eu comecei a ensinar na casa do papai, depois passei a ensinar no compade Inácio, não tinha ainda o colégio né, e era assim, não era desabitado porque tinham seis casas, seis ou era sete que eu contei né, só tinha essas casinhas perto, a mais distante da nossa casa era a da Dona Chicôta, que ficava ali perto dos anjinhos (Jesus JM, 2022).

Através de sua fala é possível saber como muitos membros do quilombo conseguiram aprender a ler e a escrever em uma época em que a educação dita oficial era uma realidade dificilmente alcançada, principalmente por aquelas que viviam em áreas rurais<sup>26</sup>. As casas dos moradores se tonavam salas de aula. Sem nenhuma das muitas ferramentas que hoje, em menor ou maior grau, o Estado fornece às Escolas (livros, cadeiras, giz, lousa, projetores, cadernos), tia Quinora fez com que várias gerações aprendessem uma nova linguagem, que deveria se somar as que já possuíam.

É interessante problematizar o processo de aprendizado no que se concebe como ensino formal, tomando como base o caso das/dos batoqueiras/os exemplificados acima. A historiografia tende a invisibilizar as estratégias estabelecidas, organizadas e implementadas pelo povo preto, neste caso específico, referente às formas encontradas para a atualfabetização.

Afirmo isso apoiada em trabalhos mais recentes que se dedicam a analisar e identificar tais processos, a fim de desfazer a ideia de que, por não haver “fontes históricas solidas” (leia-se fonte no sentido positivista do termo), esses povos pretos, indígenas, quilombolas, não teriam história sobre suas trajetórias educacionais. Na verdade, “não são os

---

<sup>26</sup> A respeito do processo de alfabetização durante o período que corresponde à infância/juventude dos entrevistados (décadas de 1950 e 1960), consultando os resultados da pesquisa *Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940-2000*, que analisa dados censitários da população brasileira, é possível chegar ao seguinte panorama referente às taxas de alfabetização: a maior taxa de alfabetização se dá para homens amarelos e brancos, cuja média está acima da nacional. Homens pretos e pardos tem média abaixo da nacional. Entre as mulheres o quadro é semelhante, ressaltando-se que mulheres pretas têm o menor índice de alfabetização (Beltrão; Novellino, 2002).

povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação” (Cruz, 2005 p 23).

O trabalho *Uma abordagem sobre a história da educação dos negros*, de autoria de Mariléia dos Santos Cruz (2005), permite-nos compreender e identificar as estratégias utilizadas pelo povo preto, revelando que

A necessidade de ser liberto ou de usufruir a cidadania quando livre, tanto durante os períodos do Império, quanto nos primeiros anos da República, aproximou as camadas negras da apropriação do saber escolar, nos moldes das exigências oficiais. Sendo assim, embora não de forma massiva, camadas populacionais negras atingiram níveis de instrução quando criavam suas próprias escolas; recebiam instrução de pessoas escolarizadas; ou adentravam a rede pública, os asilos de órfãos e escolas particulares (Cruz, 2005, p. 27).

A despeito das mazelas proporcionadas pelo sistema escravista e pela remoção forçada do povo negro de seu território africano ancestral, é necessário visibilizarmos o que as negras e negros trazidos ao solo brasileiro foram capazes de fazer: “Noutras palavras, estamos falamos também das estratégias de expressar e/ou de elaborar as soberanias intelectuais dos sujeitos que foram subalternizados” (Jesus; Marques, 2005, p. 253).

Retornando às falas de tia Quinora, ela prosseguiu contando sobre o período em que dava aulas, sobre momentos de alegria e diversão que eram parte da aprendizagem. Com um sorriso no rosto, lembra:

Naquele tempo o divertimento que meus alunos tinham era... eu ensinava na casa do papai nesse tempo, aí os meninos, ninguém tinha celular, ninguém tinha televisão, ninguém tinha nada, aí quando eu ia encerrar a escola, eu começava de uma até as quatro da tarde né, aí eles dizia assim, “tia Quinoura, vamos pra casa do padrim, pra nós brincar lá hoje” ou então eles ficavam mesmo na casa do papai, a gente brincava de esquerda, ramim de ouro, naquele tempo era essas brincadeiras [...] aí sentava aquela turma lá tudo a gente com galhinho batia na cabeça, “ramim de ouro”, aí era na turma toda, minino que friviava de noite na casa desse padrim Chico Vaquim, tinha um bancão grande que eu não sei quem ficou com aquele bancão, aí ele se deitava em cima, aí eu perguntava, padrim os meninos não tão lhe incomodando não? Eu acho é bom minha fia, essa zuada deles eu durmo é mais, e esses meninos correndo, e eles corriam pra todo lado e jogavam bola, brincavam de quatro canto né, naquele tempo brincavam muito de quatro canto (Jesus JM, 2022).

As brincadeiras mencionadas acima ainda acontecem nos momentos de lazer em Batoque, mas menos frequentemente do que antes. Para que não sejam esquecidas, a associação realiza uma semana de atividades com brincadeiras tradicionais, visando fortalecer o vínculo das crianças e adolescentes com elas. Outra questão que trago a partir das memórias de tia Quinora é a relação dos mais velhos com as crianças. Essa relação afetuosa é um dos traços marcantes para quem nasce dentro de Batoque, os mais velhos nutrem uma relação de cuidado e amor aos mais novos, e estes, por sua vez, seguem admirando e escutando os mais velhos.

Sendo assim, vai “A geração avó inspirando a geração neta. E a geração neta carinhando a geração avó” (Santos, 2021, p. 24).

O aprender dentro do quilombo é permeado de subjetividades e sentimentos, as brincadeiras e o convívio com as mais velhas e mais velhos são componentes indissociáveis para o processo educativo. Embora na atualidade muito se discuta sobre os processos educativos de modo a separá-los binariamente entre uma linha Freiriana<sup>27</sup>, que comporta a denominada “*pedagogia da amorosidade*”, e uma linha funcionalista, de aprendizagem “bancária”, robótica, nas sociedades chamadas tradicionais a junção entre cotidiano/subjetividades, humanidades/produção e circulação de conhecimentos não são dissociadas.

Voltando à nossa conversa com tia Quinora sobre o Batoque Antigo, outro elemento se desenrola em sua narrativa: as lembranças da natureza que, devido aos conflitos com os não quilombolas, foi dizimada, abalando e prejudicando o modo de vida dos moradores. Ela descreve o que aconteceu com algumas das árvores:

Pois é, o pessoal cortaram. Lá embaixo no Batoque onde nós morava, se você visse ali onde falavam os tanques, você nem conhece ainda né. Os tanques era onde tinha uns pedreiros muito grande, onde a gente lavava roupa, lá quando nós morava no Batoque, do outro lado do rio, tinha uma distância de cajueiro talvez como daqui na Concebida ou mais longe, só cajueiro, na época dos cajueiro, era caju pra se estruir mesmo, os porcos era quem comia debaixo. Quando foi com um tempo mais, não sei se o dono das terras era Seu Rafael, não sei se quando mudou de dono, eles mandaram cortar os cajueiros tudim. Isso num é uma desumanidade criatura!? Pra num juntarem castanha, pra num tirarem caju, é tudo ruim, pois é. Ah era muito bom naquele tempo, a mamãe quando casou, ela morou foi tempo debaixo pastorando os cajueiro, uma latadona grande, do tamanho desse galpão, todo arrudiada de folha, compade Inácio nasceu lá (Jesus JM, 2022).

A frase “Num é uma desumanidade criatura?!” define com precisão o que representa a presença dos invasores dentro do território quilombola, uma presença que causa consequências letais ao nosso modo de vida, pois não compreende, não reconhece e tenta exterminar nossa relação com o território. Essa desumanização está atrelada ao que Césaire (2020) também nomeia como “coisificação”, ou seja, na perspectiva colonial de exploração, domínio e escravização, os povos são vistos como coisas, o colonizador não nos enxerga como equivalente/semelhante, justificando, assim, suas ações abomináveis. Colaborando com as discussões de Césaire, temos também Fanon, em suas palavras:

A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados; procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas

---

<sup>27</sup> Pedagogia de ensino baseada nas obras e preceitos desenvolvidos por Paulo Freire, educador e intelectual pernambucano. Para Freire, a educação é uma ferramenta política de emancipação dos povos, ela deve ser libertadora. Prega que a educação precisa dialogar com a realidade dos sujeitos e ter a amorosidade com base. Sua obra mais conhecida é *Pedagogia do Oprimido* (1987).

tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa; é preciso embrutecê-los pela fadiga (Fanon, 1968, p. 9)

Já nos momentos finais de nossa conversa com mestra Quinora, ela nos conta sobre um espaço do Batoque Antigo muito simbólico, que, ao contrário das casas e das árvores acima mencionadas, ainda permaneceu existindo e recebia visitas dos moradores a fim de limpar e de cuidar do local: o cemitério dos anjinhos. Lá eram sepultadas as crianças da comunidade que morriam, e, no decorrer dos anos, tornou-se um lugar sagrado que deveria ser cuidado por todos. O cemitério foi criado devido a uma tragédia, que aconteceu da seguinte maneira:

Tinha a casa do Chico Preto, que era o Pai dos anjim né, [...] o Chico tinha três filhos, que era Gerardo, Terezinha e Joana. A Joana era pequenininha que só fazia engatinhar nessa época, o comércio que tinha nesse tempo lá era o Chico que tinha uma vendinha de rapadura, de casa, de fumo e acho que tinha umas biritinhas também que ele vendia naquele tempo, uma birosquinha, pois é, e a gente quando precisava de alguma coisa corria no Chico Preto [...]. A casa era de barro batido ao redor, parede de barro e em cima era palha, né, casinha bem arrumadinha, como às vezes a gente vê hoje. A Maria que era a mãe deles tava grávida ainda do quarto filho, aí esse mais velho que era o Gerardo era muito medonho, vadí que não tinha mais pra onde, aí quando ela saía de casa, ela escondia a caixa de fósforo, ela foi pra casa do padrim que ela tinha. O padrim morando lá no Batoque, lá distante da dela. E ela lá conversando, tomou o café e tudo né, aí o padrim saiu fora, aí viu fumaça, justamente no giro da casa dela, disse assim, “Maria, tô vendo uma fumacinha ali no rumo dali, parece que é no giro da tua casa, num deixou fogo fácil lá não?” Deixei não Seu Chico, o fogo tava apagado e até a caixa de fósforo eu escondi. E aí a fumaça começou e a casa de palha em cima né. Ele disse aquele fogo é numa casa, aí já foi se assulorando todo mundo, ela com uma barrigona, correndo todo mundo pra lá e começou chegar gente lá, não teve mais condição de entrar ninguém que já tava arruado de fogo, e os meninos dentro. Aí esse Gerardo como era o mais velho, talvez uns cinco anos por aí, parece que ele ainda saiu lá [...] não sei se na Dona Chicuta, a Suzana disse que viu assim que ele começou o fogo ele correu pra fora, mas entrou pra dentro de novo, aí encostou - se na primeira parede que tinha na sala, aí quando a casa queimou toda, caiu o carvãozinho certim, do jeito do corpo dele, em cima da parede, queimou todos três. Pra tirar foi o tio Raimundo Joaquim, irmão da Mamãe, tirava com um cambito os carvãozinhos dos meninos, aí no mesmo lugar da casa eles enterraram os menininhos, os primeiros anjim. Aí nas sepulturas botaram o Gerardo que era o mais velho e as meninas uma do lado e a outra do outro, a sepulturazinha. Uma só fazia engatinhar, a mais novinha tava até deitada ainda, [...] a Maria que é mãe dos meninos, ela caiu lá, ela veio rolando até chegar perto do fogo, com a barriga desse tamanho com o outro menino. [...], aí o Chico disse, pois no lugar que eles morreram eu vou enterrar no mesmo lugar, aí eles fizeram a casa perto de novo, pertim das cruzinha, aí eles começaram a zelar, ele cercou com um cercadim, ele fez um cercadim de toda flor tinha dentro, as cruz ninguém via com tempo de tanta fita que o pessoal botava, levando mais criança, aí quando morreu um, a próxima criança que morreu foi enterrado lá, aí começaram a chamar a Cruz dos Anjim (Jesus JM, 2022).

Com afeto se vive e com afeto também podem ser cuidados aqueles que se foram. Ao acompanharmos a narrativa da dor imensa que marcou uma geração, percebemos que as batoqueiras e batoqueiros ressignificaram a tragédia e fundaram, ali, o lugar para receber os próximos anjinhos.

Após esse último relato, nos despedimos de tia Quinora e continuamos. Nossa próxima parada foi na casa do mestre Inácio Raimundo do Nascimento, 88 anos, que atende pelo nome de Inácio Joana e que, entre os mais novos, também é chamado de tio ou papai Inácio. Irmão de Quinora, atualmente é um dos mais velhos da comunidade. Ele se define como um agricultor que ama o que faz e, apesar da idade avançada, está sempre se dedicando a suas plantações, no terreiro atrás de sua casa plantou várias árvores frutíferas. Tio Inácio é mestre das palavras, cria poemas, poesias e cordéis desde muito cedo, e, devido a suas capacidades físicas não serem as mesmas do tempo de juventude, cria seus versos e pede para um dos netos ou netas escrever no papel para que seus pensamentos fiquem registrados.

É importante destacar que, a despeito de um imaginário segundo o qual as chamadas comunidades tradicionais estariam restritas à oralidade, ao longo do tempo, na medida em que as pessoas se apropriam de outras linguagens, elas fazem uso da escrita, da fotografia, do vídeo, da pintura etc. Dizer que mestre Inácio pede que escrevam suas criações no papel não significa necessariamente dizer que ele não confia na oralidade, mas que faz uso de diferentes caminhos de registro e que agencia sua noção de salvaguarda como melhor lhe parece.

Ele é uma presença muito forte no quilombo, não somente por sua sabedoria e memória aguçada (traços essenciais para o repasse da história de como nossos antepassados chegaram a esse território), mas, também, por ter participado de outros movimentos e espaços fora do quilombo, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pacujá, do qual foi presidente. Vale ressaltar que, nessa época, sofreu diversas ameaças por parte de proprietários, devido ao fato de lutar contra a exploração da terra e dos que nela vivem, sendo preciso os membros da comunidade ficarem de tocaia<sup>28</sup> nas matas próximas à sua casa, para garantir sua segurança. Tio Inácio também exerceu o cargo de vereador, porém seus projetos, que tinham propostas para beneficiar as comunidades, não recebiam o apoio dos demais legisladores.

Embora tal trajetória possa causar estranhamento em algumas pessoas, quero chamar atenção para o fato de que o povo negro, ao longo de séculos de diáspora em território brasileiro, fez uso de múltiplas estratégias de sobrevivência, entre as quais precisamos considerar as disputas dentro da máquina pública. Lembremos dos debates registrados na imprensa negra do século XIX, sobre república e participação do povo negro. Ou, a construção das irmandades, sociedades, associações e clubes negros, formação de partidos e articulações políticas, como a Frente Negra Brasileira. E o caso de Abdias Nascimento, que lançou a

---

<sup>28</sup> Ato de ficar escondido, aguardando algo, ocultar-se.

campanha “Não vote em branco, vote no preto” (Pereira, 2018), conseguindo se eleger, no ano de 1962, com primeiro deputado estadual negro, afim de representar os seus na arena política.

Portanto, a presença de mestre Inácio no sindicato ou na câmara municipal nos informa sobre as múltiplas frentes de luta dos quilombolas, bem como as também múltiplas formas de adentrar os espaços de poder e de gestão historicamente ocupados por pessoas brancas.

Encontramos tio Inácio para nossa conversa deitado em sua tucum<sup>29</sup>, no alpendre, de modo que todo nosso diálogo foi embalado pelo som e ritmo do balançar de sua rede. Ele nos contou sobre suas malinações<sup>30</sup> enquanto criança como, por exemplo, encher acidentalmente seu nariz com tinta de tingir roupas, se perder na serra, colocar uma caixa usada de fogos no fogão de lenha de sua mãe, causando uma mini explosão. Suas histórias nos fizeram dar boas gargalhadas, ele conta que, por isso mesmo, gosta de estar sempre com as crianças: “Eu vejo uma criança eu lembro do tempo que eu fui criança, mesmo sendo danadinho, eu sinto nas crianças uma energia que vem sobrando, faz as coisas sem saber o que tá fazendo” (Nascimento IR, 2022).

Ele Guarda muitas lembranças de quando morou no Batoque Antigo, lembra com saudade de muitos momentos, tais como:

Tinha muito mato, num tava esse estrago que ta hoje, devastação aí [...] As casas eram longe, longe uma da outra, ninguém via uma casa, era coberto de mato, ninguém via, era tudo distante, num era como hoje, [...]. Era um tempo bom e ninguém nem sabia, passava necessidade, nudez e tudo no mundo [...] mas não tinha vagabundo, podia dormir no mato. Se curando a maior parte com remédio do mato, nem tinha doutor. Era difícil essa palavra doutor, Sobral era no fim do mundo, ninguém nem sabia onde ficava, e a maioria do pessoal, os conhecimento que tinha só era com o povo da comunidade (Nascimento IR, 2022).

As questões levantadas por tio Inácio e os que o antecederam em relação ao desmantelamento e outros tipos de agressões ao território são uma preocupação constante. Muito da paisagem descrita pelos mais velhos e mais velhas já desapareceu, fazendo com que vários da minha geração sequer a conhecessem. Isso é consequência do que aconteceu no passado da minha geração avó, dos ataques feitos pelos colonizadores que agora se revertem em denominação de “proprietários”, são os mesmos, usando da mesma estratégia que de matriz linear: invadir- apropriar- escravizar- explorar, muito aproximado de um modelo histórico que se atualiza ao longo do tempo, como nos ensina Aimé Césaire.

Eles tinham (e ainda têm) por finalidade a nossa expulsão, embora não possuam uma relação de pertencimento com a terra, as águas, as árvores, com a natureza, eles sabem que

<sup>29</sup> Rede feita com fibras de plantas entrelaçadas.

<sup>30</sup> Termo utilizado para falar de traquinagem, ato de aprontar algo,

nós possuímos, não entendem, mas sabem, e é por isso que seus ataques não são somente direcionados aos corpos feitos de carne e sangue, mas também e principalmente ao corpo território, aquele que sustenta nossa existência e resistência, que aglutina nossos saberes, que guarda nossas memórias, que dá continuidade ao nosso modo de vida. Esse *modus operandi* retrata o que o antropólogo indígena Felipe Sotó Maior Cruz (2021) denomina em sua pesquisa de “letalidade branca”, conceito que agrega as diferentes formas de matar operadas pelo branco, formas que ultrapassam o limite do corpo, adentram o território, destroem a natureza, negam os direitos, ou seja, as “formas de atacar as bases essenciais para a vida de determinados grupos” (Cruz, 2021, p. 185). Ainda sobre isso, o autor afirma que:

Nesse sentido, indagar sobre a letalidade branca é compreender os mecanismos pelos quais as vidas são hierarquizadas e valorizadas no discurso ocidental hegemônico baseado em esquemas graduais de humanidade. Nesse sistema classificatório, a indianidade, aquela alteridade definida pela qualidade do vínculo estabelecido com a terra é, nas sociedades coloniais, tida como composta dos seres mais dispensáveis (Cruz, 2021, p. 190).

No entanto, nossa história não existe a partir da história “deles” ou da violência contínua de seus descendentes, somos um povo de vivências e experiências não resumidas ao colonialismo e seus desdobramentos, temos dificuldades, mas temos sobretudo fartura: “Na beira do rio, o papai tinha um plantio de cana de bananeira, de roça de tudo, nunca faltava, sempre dava” (Nascimento IR, 2022). Também realizamos atividades do cotidiano, tais como:

A mamãe comprava pano, tingia, fazia de saco de linha de açúcar e aí tingia pra fazer roupa pra gente vestir, até as próprias mulheres mesmo faziam o vestido pra vestir. Ela comprava tinta, tinta em pó. Ela ia fazer um projeto desse... fervia a água e depois da água fervendo, botava a tinta pra dissolver e depois tirava para esfriar pra colocar o objeto que a gente queria uma roupa... pra fazer tingir (Nascimento IR, 2022).

Em suma, a história de Batoque e dos demais povos contracoloniais não deve ser apagada nem resumida à experiência da escravização. O relato acima é mais do que a descrição de uma atividade no Batoque Antigo, é também o “testemunho” de nossas vivências enquanto povo. Tio Inácio, por ser um dos mais velhos, guardou em sua memória o que foi contado por sua mãe sobre nosso primeiro antepassado a pisar em Batoque, e como, nesse território, a interação entre negros e indígenas formou as famílias que vivem hoje na comunidade. Em nossa conversa ele falou sobre a ausência dos povos negros e indígenas nas narrativas correntes sobre a criação das cidades de Pacujá e Mucambo, que, não obstante, até em seus nomes têm influência desses dois povos. Ele explica essa situação a partir da seguinte lógica:

A razão da gente não saber, de não ter a coisa na mão mesmo, concreta sobre a história é porque os historiadores vão mudando as coisas, por que? e qual é uma das razões? uma das razões é porque, quando foi criado a história do Brasil, que tem o livro a

história do Brasil, mas eles só escreveram a história do Brasil, o que passou de bom, o ruim que eles fizeram, eles não escreveram (Nascimento IR, 2022).

É importante salientar que quando tio Inácio fala que escreveram “o que passou de bom” é no sentido de contar a história da perspectiva de um único povo, ignorando todos os outros. O “bom” não é atribuído de forma literal, afinal, o bom para o colonialismo e os seus agentes é o desenvolvimento, a separação de tudo, a expropriação acima de tudo, já as comunidades e povos tradicionais prezam pelo envolvimento com tudo que os cerca. A presença dos portugueses e outros povos europeus no Brasil é um bom exemplo disso: na visão colonialista, representou o progresso para uma terra cheia de “selvagens”, que mais tarde receberia uma população escravizada para servir de mão de obra, configurando o que Mbembe (2019) chama de “empresa colonial”. Na perspectiva contracolonialista, esse evento, que, ao contrário do que alguns livros contam, não foi obra do acaso, representou a invasão de um território, o extermínio de um povo dotado de saberes e o posterior sequestro de uma nação, com a finalidade de aniquilar sua relação com seu lar ancestral.

Depois de tantas reflexões na companhia de tio Inácio, seguimos para o último ponto de nossa jornada, fomos para casa da mestra Maria de Fatima do Nascimento Cordeiro, 70 anos. Sua casa fica próxima à barragem, ela é irmã de Inácio Joana e Quinora, todos filhos e filhas de mãezinha Cunhã, famosa parteira e rezadeira do quilombo. Tia Fatima é mestra principalmente nos ofícios de fazer boneca de pano e na produção de louça de barro, embora este último já não pratique como antes. Ela e seu esposo, João Francisco Cordeiro, tiveram sete filhos, cinco deles ainda vivos: Reginaldo, Sandra, Alice, Teonilia e Fagner.

Tia Fatima nos recebeu no fim da tarde, em sua sala, deitada na rede enquanto assistia novelas antigas na tevê e acompanhava a chegada de parte dos seus quinze netos da escola. Nossa conversa teve a sonoridade das histórias que passavam na televisão e das risadas e muitos pedidos de bênçãos das crianças, que, por vezes, participavam de nossa conversa.

Tia Fátima sente-se bem ao lembrar e falar sobre suas memórias, lembra que no Batoque Antigo “todo mundo criava porco, muita galinha, *é muito bom a vida passada, eu gosto*. Hoje quando eu recordo o passado eu não me sinto triste, sinto saudade do tempo passado” (Cordeiro, 2022, grifo meu). No decorrer de suas palavras podemos entender como eram, por exemplo, alguns de seus momentos de divertimento, principalmente ligados ao rio, como nos narra abaixo:

Homens e mulheres, rapaz e moças tomando banho no rio cheio, descendo o rio cheio, ninguém vestia um biquini, eu acho que eu nem sei o que era, eu sempre tomava banho com uma bermutinha curta e blusa, que a mamãe não deixava a gente tomar banho de vestido não, porque podia ficar afogada com o vestido, aí vestia uma bermutinha. Ela

não se importava de nós tomar banho quando o rio tava desse jeito aí, a vida era tomar banho, não tinha medo de nada [...] quando nós descia tinha cobra que caía em cima de nós, nós empurrava, rebolava ela lá longe e ia nadando. Era bom, pescava, só vivia pescando, nós pescava de anzol... eu brincava muito! eu era feiteira de boneca, eu fazia, eu tinha 20 bonecas de pano, eu fazia pra mim e pra as amigas (Cordeiro MFN, 2022).

“É muito bom a vida passada, eu gosto”. Com essas palavras, tia Fátima nos apresenta uma noção de passado vivo, tensionando noções tripartidas de tempo calcadas na ideia de que o passado passou. Nessa frase, a “vida passada” parece se apresentar mais como uma perspectiva, um modelo, algo a ser observado, cuidado, lembrado – como um projeto de sociedade. A prática de descer o rio cheio ainda acontece em Batoque, como forma de divertimento, entre as gerações mais jovens. O rio continua a ser um local de encontro, mesmo agora sendo em outra parte de seu leito onde a comunidade se faz mais presente.

Acerca do que nos diz tia Fátima, vale ressaltar também a menção à produção de bonecas, que faz parte da vivência de uma infância alegre. Atualmente, as bonecas têm se tornado um fenômeno nas comunidades, não somente como brinquedo para as crianças, mas como um veículo de fortalecimento de identidade das e dos quilombolas que as produzem. Por se tratar de quilombos diferentes, cada boneca traz suas especificidades, seja na utilização de materiais, seja na técnica empregada – crochê, tecido, palha de bananeira, fuxico, argila, algodão, fibra de caroá etc. –, seja pelo nome que recebem, como no quilombo Sítio Veiga, localizado no Ceará, onde as bonecas são chamadas Abayome; ou no quilombo Conceição das Crioulas, em Pernambuco, onde as bonecas recebem os nomes das mulheres da comunidade, como forma de homenageá-las.

Tia Fatima conta ainda que, entre os momentos de diversão, tinha os compromissos ligados ao cuidado da casa. Desde pequena, junto a sua mãe, as atividades dentro de casa funcionavam da seguinte forma:

Nós tinha a lição de casa, a semana minha e da comadre Concebida, quando era só nós duas, uma semana uma limpava a casa, lavava as coisas, fazia tudo na casa, menos a comida e a outra semana era a minha, mas a hora de botar água nós botava água nós duas, quando era de tarde nós botava três camim d’água (Cordeiro MFN, 2022).

Trabalhar em casa faz parte do processo de viver e aprender. Não se trata de uma romantização da exploração do trabalho infantil. As tarefas dentro de casa ou no roçado por parte das crianças no quilombo são uma das maneiras de estarem no seio familiar, apreendendo e corroborando como o modo de vida dos seus e das suas.

Para além das memórias de divertimento e atividades ligadas à casa, outras lembranças acompanham sua narrativa, como as histórias sobre embates com os “patrões da terra”, que insistiam em cobrar renda sobre a colheita dos batoqueiros, e que, como forma de

repressão, muitas vezes soltavam seu gado dentro dos roçados já plantados ou ameaçavam derrubar as casas com uso de máquinas. Tia Fátima conta que, apesar de não entender toda a situação, ficava junto aos demais, observando o que os mais velhos diziam e como se preparavam para defender o território dessas investidas, afinal “Aqui no Batoque nunca ninguém foi mole, era bateu levou, não tinha ninguém se rebaixando, tinha aqueles patrões que não prestava pra nada, aí queria pisar em cima dos nego, aí os nego não deixa” (Cordeiro MFN, 2022). Em um dos momentos em que estava atenta ao que os adultos diziam, escutou o seguinte diálogo:

A gente via os mais velhos conversando assim, a gente não entrava na conversa, [...] o padrim, o tio Raimundo Joaquim, tio Pedro, tio Vicente Joaquim, tio Manuel Joaquim, tudo eu conheci, conhecia tudim. Aí se juntando, contando conversando assim [...] lá em casa, não tinha alpendre, numa cozinha... eles iam, a gente observava, a gente não era surdo, e lá eles conversavam assim “olha eles disseram que vinham tal dia, e num era de faca nem de nada não, só no cacete manso de jucá, aí o tio Pedro dizia assim “meu jucá ta em casa” o outro também dizia “o meu também ta” e o padrim dizia assim “negrada vamo fazer assim, eu vou lá” “e se te prenderem lá? Aí é pior que nós vamos te buscar” (Cordeiro MFN, 2022)

Uma vez que observemos atentamente as palavras acima será possível identificar uma das táticas mais utilizadas pelo povo preto em sua complexa “relação” com os brancos: a “arte” de fazê-los negociar, pois, ao contrário dos discursos que pintam as negras e negros como sujeitos passivos, estes tiveram papel ativo na construção de sua liberdade, de forma definitiva ou em doses negociadas dentro do contexto que estavam inseridos. Os autores Reis e Silva (1989), em sua obra *Negociações e conflitos: a resistência negra no Brasil escravista*, apresentam inúmeros enfrentamentos, que incluíam roubo de gado, queima de roças, denúncias contra os senhores, falsificação de documentos etc. Portanto, “Os proprietários, e a sociedade como um todo foram sempre obrigados a reconhecer um certo espaço de autonomia para os cativos” (Reis; Silva, 1989, p. 21).

Muitos dos batoqueiros ainda guardam em suas casas cacetes de jucá. Ele ainda é um objeto de defesa, e será usado caso seja necessário. O Jucá é uma das árvores nativas da mata de Batoque. Suas *bajas* (sementes e cascas) são utilizadas no preparo de remédios para o combate de inflamação e infecção; pode-se tomar a água da baja, fazer o cozimento e lavar ferimento.

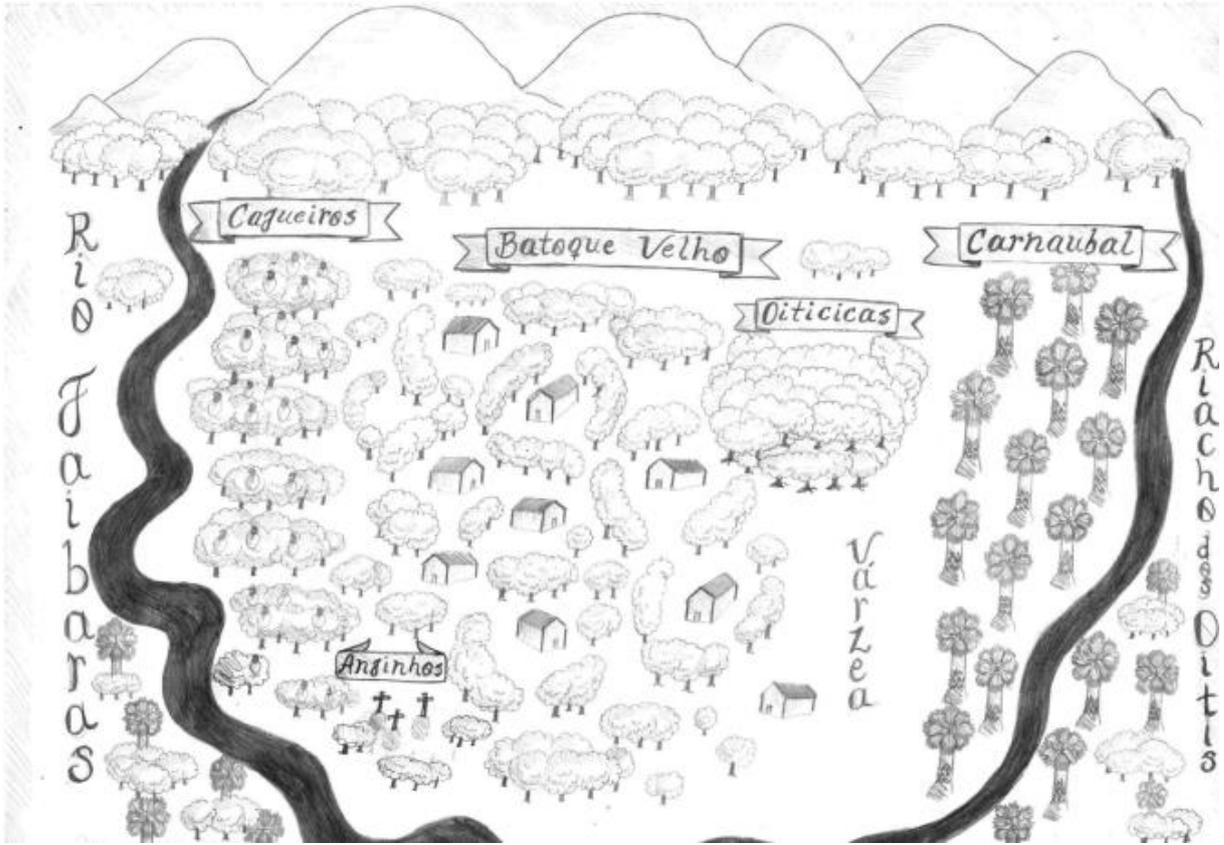
Com o passar dos anos, as famílias do Batoque Baixo foram migrando para parte do território conhecida como Batoque Novo, tanto para saírem de dentro das cercas que os patrões insistiam em colocar, como também por casarem e, conseqüentemente, precisarem construir novas casas. Esse foi o caso de Fátima e João Chico: “Eu vim para cá eu já tava casada, eu tava com 21 anos, eu me casei lá embaixo, quando eu vim pra cá eu já trazia o Reginaldo [...] nós tudo casou por lá, eu a comadre Concebida (Cordeiro MFN, 2022).

Há quase cinquenta anos não existem casas no Batoque Antigo, o que não significa dizer que ele não é habitado. Ele é o lugar onde se concentra a maioria das memórias sobre o nosso passado. Foi lá onde nossos ancestrais chegaram primeiro e as gerações presentes e futuras andarão em suas terras, para não esquecer os que vieram antes e continuar a luta pelos que virão. É nesse espaço do território que existe boa parte das carnaúbas, árvores essenciais para produção de artesanato de palha do quilombo; são nessas matas que alguns de nossos caçadores e pescadores se aventuram durante noites e madrugadas; é por suas veredas que anualmente mães e familiares fazem cortejo para visitar o cemitério dos anjinhos, onde estão enterradas muitas das crianças quilombolas do passado. Nosso ser quilombola acontece (é) a partir da existência de espaços como o Batoque Antigo.

Nos despedimos de tia Fatima com abraços e gratidão por tudo o que nos foi contado, confluenciado. Estar com ela e como os outros mais velhos nos proporcionou, como sempre, momentos únicos. Mais do que aprendizado ou ensinamento, nossas conversas foram motivo de inspiração, no sentido mais profundo que essa palavra invoca.

A partir das informações obtidas nesses encontros com os mestres e mestras de Batoque, Lucas, que fez toda a caminhada junto comigo, elaborou uma imagem de como seria o Batoque Antigo na época em que havia moradores lá. Este é o resultado:

Figura 05 – Representação do Batoque Antigo feita pelo quilombola Lucas Cordeiro do Nascimento (2022)



Fonte: Acervo pessoal.

O Batoque Antigo e o Batoque Novo fazem parte do mesmo território, ambos são parte da história e da vida dos quilombolas que lá vivem. Para os batoqueiros “tanto as suas raízes quanto as dos antepassados estão fincadas com firmeza no chão/terra deste Território, fora deste espaço às famílias seriam como peixe fora d’água, vulneráveis a dominação ocidental hegemónica” (Silva, 2021, p. 73). Diante de tudo visto, lido e contado, afirmo que continuaremos a defender nosso território, continuaremos existindo, nossas vozes ecoarão por cima e por dentro de pedras, no fluxo das águas, no canto dos pássaros, no barulho da chuva, em todos aqueles e aquelas onde o quilombo pulsa, reside e resiste.

### 3. QUILOMBOS: A PARTE DA HISTÓRIA QUE A ESCOLA NÃO ME ENSINOU!

Nós quilombolas não somos um. Cada quilombo é um. Podemos até contribuir com os quilombos dos outros, mas cada quilombo é um. É por isso que os colonialistas nunca nos venceram. Eles precisariam de uma arma para cada quilombo, uma metodologia para cada quilombo, uma estratégia para cada quilombo. E eles não deram conta de pensar em tudo isso. Nós temos a nosso favor um saber ancestral que nos ensina. Os colonialistas não. Eles têm um pensamento quadrado (Santos, 2019, p. 32).

As palavras acima, ditas por Nêgo Bispo a respeito dos quilombos enquanto espaços únicos, constituídos por indivíduos diversos, chegaram a mim de forma tardia. Tive acesso a seu livro em 2021 e, ao ler sua obra, visualizei muitas das experiências vividas em Batoque também materializadas no território Saco do Curtume. Foi uma confluência feliz, mas carrego o desejo de que pudesse ter sido antes; muito tempo passou até que nossas escritas se encontrassem. Do ensino fundamental à graduação, somam-se quinze anos de minha vida dedicados à chamada educação formal. Durante todo esse tempo, referências de intelectuais e estudos que se propusessem pensar o quilombo para além do “lugar de negros fujões” foram quase inexistentes. Nas poucas vezes em que essa temática foi abordada em sala de aula, a explicação durou menos de dez minutos. Cabia ao professor de História lidar com a questão, mas, nos livros didáticos que utilizava, o termo quilombo ocupava menos de uma página na sessão que tratava do período escravocrata do Brasil. O único quilombo que merecia alguma menção era o de Palmares: havia Palmares e havia Zumbi, um de seus líderes, além disso, nada mais. No passado, destruído, com herói assassinado. Fim.

A situação se torna ainda mais problemática se trago para a “soma” o fato de ter terminado o ensino médio no ano de 2009, ou seja, a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório em todas as escolas dos sistemas público e privado o ensino de História e Cultura afro-brasileira, já estava em vigor havia seis anos. A legislação previa não somente o ensino sobre quilombos, mas sobre todo o contexto histórico dos povos pretos, no entanto, como exemplificado no relato acima, a realidade do chão da escola não acompanhou a letra da lei.

Durante o processo de graduação não houve melhora significativa quanto a isso. A disciplina de *História da África* era componente obrigatório do curso, porém, as leituras realizadas em seu âmbito abordavam o continente de forma animalésca, sem que fosse aberta qualquer perspectiva positiva ou agregadora. Isso me afastou ainda mais da possibilidade de contato com textos e pesquisas sobre outros quilombos. Até então, Batoque era a minha única referência, e ele em nada condizia com a imagem de “lugar afastado”, de “negros fujões”, tão fortemente disseminada. Essa “divulgação” baseava-se em:

Ao lado de poucas informações descritivas sobre a repressão das autoridades, se encontra uma interpretação estereotipada de como se constituíam os “quilombos”. Nessas descrições reforçam-se as noções dos negros como seres primitivos, malfeitores e irresponsáveis e dos quilombos como bandos destituídos de caráter político. Por outro lado, essa literatura identifica os quilombos como refúgios ou “valhacoutos” de negros, num sentido deveras depreciativo (Nascimento, 1981, p. 105).

Essa interpretação sobre o quilombo acaba por gerar um ambiente educacional inóspito para os quilombolas, principalmente nos anos iniciais de formação, pois cria um imaginário do que é ser quilombolas no qual não podemos e nem queremos nos enquadrar. Tal disseminação de uma narrativa baseada em “documentos falando do tempo da guerra, que é descrita por documentos portugueses ou repressores brasileiros, não nos dando conta da verdadeira amplitude desse sistema que acompanhou todos os séculos escravistas em nosso país” (Nascimento, 1981, p. 231), continua presente, em toda a sua *amplitude*, e impactando os quilombos atuais.

No intuito de descolonização da escrita é que proponho discorrer sobre um quilombo cheio de pluralidades, que foi esquecido/omitido/violentado dentro das narrativas “colonialista euro-cristã-monoteísta” (Santos, 2015, p. 26). Escrevo a partir dos meus e das minhas, de autores e autoras negros e negras que, em sua temporalidade, dedicaram-se a pensar o quilombo. Chamo-lhes meus e minhas, pois, embora nem todos sejam quilombolas com raízes em um território ancestral, ainda me sinto ligada a eles e elas, e é certo que o processo diaspórico ao qual nossos antepassados foram submetidos deixou-nos, como alternativa de luta, o aquilombamento. Sendo assim, nos passos seguintes me dedicarei a explicar sobre esse quilombo em uma perspectiva diversa, embasada pelas pesquisas da autora e autores escolhidos, e sobre como se dá essa relação que se estabelece a partir de uma origem afrodiaspórica. Por fim, eu decido “falar de nós ganhando. Porque pra falar de nós perdendo, eles já falam” (Santos, 2020).

Para dar início, destaco o intelectual Abdias Nascimento<sup>31</sup>. Segundo o próprio autor, ele escrevia de dentro, ou seja, enquanto homem negro, ele não tinha somente a pesquisa sobre a temática, mas era parte da mesma. Abdias acreditava que a sociedade quilombola representava um modelo de progresso humano e político, devido ao seu viés econômico igualitário. O autor também ficou conhecido por elaborar o termo Quilombismo que, em linhas gerais, seria a vivência segundo os princípios da cultura africana, de forma fraterna e livre, ou, em suas próprias palavras:

---

<sup>31</sup> Abdias Nascimento é um intelectual negro que nasceu em março de 1914, em Franca, estado de São Paulo. Neto de africanos escravizados, foi fundador do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO). Entre seus escritos se destacam *O Quilombism, Documentos de uma Militância Pan-Africanista e O Genocídio do Negro Brasileiro* (IPEAFRO, s.d.).

O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, freqüentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo [...] desempenhando um papel relevante na sustentação da comunidade africana (Nascimento, 1980 *apud* Santos, 2020, p. 463)

Colaborando com as reflexões de Abdias, temos também Clóvis Moura<sup>32</sup> que, em suas obras *Rebeliões da Senzala* (1959) e *As injustiças de Clio* (1990) destaca o negro enquanto ser pensante, dono de sua própria história, diferentemente da narrativa comumente veiculada do negro como omissos, inferior e passivo. Ele acredita que a história do Brasil é baseada, justamente, na contradição entre senhores e escravizados. Apesar de Moura refletir a partir de um ponto de vista marxista, difere de seus colegas desse campo por acrescentar a questão racial às interpretações do nosso passado. O autor percebe os quilombos como processos contínuos da história brasileira, e não como formas isoladas de rebelião negra:

O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava (Moura, 1959, p. 87).

O ato de aquilombar se configurava, assim, como a negação do sistema escravista, proporcionando um espaço de autonomia onde os membros poderiam exercitar sua humanidade. Moura destaca em seus escritos o papel dos negros como protagonistas de sua própria libertação, que não resultou de uma “benevolente” assinatura monárquica, embora essa narrativa continue sendo reproduzida nas escolas, desde o ensino fundamental, onde crianças quilombolas são submetidas, constantemente, à negação das lutas de seus ancestrais.

A autora Beatriz Nascimento<sup>33</sup> é também uma das pessoas que amplia o debate sobre quilombo. Aliás, uma das teóricas mais expressivas sobre o tema, conhecida exatamente por apostar em perspectivas polissêmicas do termo. Em sua pesquisa, ela relaciona o quilombo brasileiro com o que seriam os quilombos angolanos, traçando não uma comparação, mas uma

---

<sup>32</sup> Clóvis Steiger de Assis Moura foi um intelectual piauiense nascido em 1925, na cidade de Amarante. Atuou como sociólogo, jornalista, historiador e escritor. Entre suas principais obras, estão: *Rebeliões da Senzala* (1959) e *As Injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira* (1990) (LETERAFRO, s.d.).

<sup>33</sup> Maria Beatriz Nascimento é uma intelectual negra, poeta, professora, ativista sergipana nascida em 1942. A autora escreveu sobre os negros no Brasil, desde as mulheres aos quilombos, também escreveu poemas e foi elemento central do documentário *Óri* (1989) (LETERAFRO, s.d.).

reflexão sobre o que negros diaspóricos incorporaram de sua cultura africana dentro do território brasileiro. Beatriz percebe também o quilombo de forma mais abrangente:

O quilombo não é como a historiografia tem tentado traduzir, simplesmente um reduto de negros fugidos, simplesmente a fuga pelo fato dos castigos corporais, pelo fato de os negros existirem a tentativa dentro de uma sociedade opressora, mas também a tentativa de independência de homens que procuram por si só estabelecer uma vida para si, uma organização social para si. (Nascimento, 1977, p. 129)

O quilombo seria um lugar de autonomia onde negros nascidos no Brasil, indígenas, africanos, poderiam viver segundo seus antepassados, seus hábitos e costumes. Vale ressaltar que, para além de escrever sobre o quilombo enquanto forma de resistência cultural da população afrodiaspórica, a autora também crítica os estudos sobre os negros ou sobre o próprio quilombo que tendem a buscar uma “pureza” desses grupos, ignorando o fato de que a chegada dos europeus no continente africano, bem como nas Américas, representou justamente a “quebra” da identidade dos povos locais e de seus descendentes. Sendo assim:

Não existem mais “bons selvagens” como não existem mais “negros puros” que saibam seu ramo africano no Brasil. Depois de nos explorar e tirar as melhores coisas, depois de nos reprimir, a ideologia dominante quer nos “descobrir” (como costumam dizer alguns dos paladinos em favor do negro) “puros”, “ricos culturalmente”, “conscientes de nossa raça”. Não entendem que esses ideais de pureza, beleza, virilidade, fortaleza que querem nos inculcar, são conceitos seus, impregnados de sua cultura; quanto à nossa consciência de nós só pode sair de nós mesmos e a partir de uma consciência do dominador (Nascimento, 1974 *apud* Ratts, 2006, p. 100).

Esses ideais de pureza ainda hoje são utilizados por povos brancos como ferramenta de uma auto legitimação de superioridade. Criam categorias, institucionalizam-nas (vejam-se alguns manuais para identificação de comunidades e povos tradicionais) para determinar os povos, na tentativa de reger suas vidas. Proliferam ideias como “índio de celular não é índio”, “quilombola só existe se for escravo fugido”, “ciganos são ladrões”. Em sua suposta superioridade, “esquecem” de racializar a si próprios e, ao manter seu pacto narcísico da Branquitude (Bento, 2022), basta-lhes somente ser eles mesmos.

Embora Beatriz tenha tido sua pesquisa e a própria vida interrompidas de maneira brutal por um feminicídio, suas contribuições para se pensar o quilombo são inquestionáveis. Ela não acreditou no fim dos quilombos, trouxe-os para a contemporaneidade, resignificando o conceito de territorialidade e vendo o próprio corpo negro como sinônimo de quilombo e potência ideológica. Ao fazer uma ponte entre os quilombos antigos, recentes e as favelas, seus escritos encontram uma relação de continuidade histórica desses processos, ampliando o repertório de referências de autonomia, independência e soberania dos gestos negros por liberdade, em múltiplos tempos e espaços

Interessam-nos, portanto, articular as ideias das e dos autores que nos permitem pensar o quilombo em uma dimensão teórica, como base de pensamento e de exercício de autodeterminação dos povos africanos e de seus descendentes em diáspora. Além disso, ensinam a não abordar o quilombo como algo do passado, a não o interpretar como um fenômeno datado, restrito a determinadas conjunturas históricas, uma vez que ele se mantém e se atualiza em múltiplos contextos de perseguição aos povos negros desde a colônia até a atualidade, e em distintos territórios marcados pelo racismo estrutural da sociedade brasileira.

O último autor que trago para dialogar sobre o significado de quilombo é Antônio Bispo dos Santos<sup>34</sup>. Já narrei o nosso encontro e as inúmeras confluências que dele surgiram, desejo agora apresentar outras “plantações” que esse lavrador/avô quilombola cultivou, ao falar de nós enquanto quilombo para o mundo. A primeira delas é o conceito de povos afropindorâmicos. Esse termo cunhado por ele serve para identificar os povos indígenas e africanos e seus descendentes que, de forma conjunta, passaram a fazer a luta contra o colonialismo. Em seu livro *A terra dá, a terra quer* (2023) ele nos conta mais a respeito:

Não fizemos os quilombos sozinhos. Para que fizéssemos os quilombos, foi preciso trazer os nossos saberes de África, mas os povos indígenas daqui nos disseram o que lá funcionava de um jeito, aqui funcionava de outro. Nessa confluência de saberes, formamos os quilombos inventados pelos povos afroconfluentes, em conversa com os povos indígenas (Santos, 2023, p. 45).

Bispo considera esse quilombo afropindorâmico um dos elementos cruciais para nosso êxito contra o colonialismo, afinal “nós não somos perdedores. Não trabalho dentro dessa lógica da “vitimologia”. Eu não tenho o direito de ser vítima. Sou vencedor, meu povo venceu” (Santos, 2023, p. 15). Tal afirmação é sustentada no fato de que:

A surpresa para os colonialistas e a felicidade para nós é que, quando chegamos ao território dos indígenas, encontramos modos parecidos com os nossos. Encontramos relações com a natureza parecidas com as nossas. Houve uma grande confluência nos modos e pensamentos. E isso nos fortaleceu. E aí fizemos uma grande aliança cosmológica, mesmo falando línguas diferentes. Pelos nossos comportamentos, a gente se entendeu. E isso aconteceu durante todo período histórico colonialista e ainda acontece (Santos, 2023, p. 10).

Essa “aliança cosmológica” permanece, haja vista o próprio quilombo de Batoque, formado por povos negros e indígenas, sobre o que discorrerei de forma mais precisa nos tópicos seguintes. Bispo ancestralizou recentemente, de forma mais precisa no dia 03 de

---

<sup>34</sup> Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo) nasceu em 10/12/1959, no Vale do Rio Berlangas, antigo povoado Papagaio, hoje município de Francinópolis/PI. Ele é quilombola, poeta, escritor, professor, lavrador, ativista político e militante do movimento social quilombola e de direitos pelo uso da terra. No ano de 2024 foi anunciado o primeiro curso de licenciatura intercultural quilombola promovido pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) que terá o nome de Antonio Bispo dos Santos.

dezembro de 2023. Sua passagem por esse plano foi permeada de confluências com outros povos, de negociações com as fronteiras universitária e de lutas contracoloniais, por exemplo, diante do governo em suas mais diferentes configurações.

Executou com maestria sua incumbência de tradutor da oralidade do povo quilombola em muitos espaços e lugares, em especial nas obras *Colonizações, quilombos, modos e significações* (2015), *As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético* (2019), *A terra dá, a terra quer* (2023) e *Somos da terra* (2023). Bispo não desapareceu com sua partida, ele tornou-se ancestral, meu e de todas as outras gerações netas formadas e cuidadas por ele, porque na nossa trajetória existencial o fim não existe, somos povos da circularidade, somos início, meio e início.

A autora e os autores acima dialogados são extremamente importantes para se discutir sobre uma história mais enegrecida, como nos convidou a fazer a historiadora Beatriz Nascimento, principalmente no que se refere ao quilombo, afinal, desde a colônia até a república, nós nos configuramos como espaços repletos de luta e resistência na defesa do nosso território e de tudo o que ele representa. As obras de Abdias Nascimento, Clovis Moura, Beatriz Nascimento, Givânia Maria da Silva e Antônio Bispo dos Santos enfatizam de forma assertiva como é possível pensar os quilombos, bem como a trajetória dos afrodiáspóricos, em uma perspectiva que vai além da escravidão, pois a nossa história não começa dentro de um navio negreiro e nem termina com a abolição.

Os frutos das sementes plantadas por essas pessoas e por toda luta do movimento negro ao longo dessas décadas já podem ser colhidos, embora haja muito a ser feito, podemos citar como exemplo os trabalhos do Professor Eurípedes Funes<sup>35</sup> do departamento de História da Universidade Federal do Ceará, que tem suas pesquisas sobre quilombos ancoradas em outras metodologias que ajudaram no processo de demarcação dos territórios das comunidade por ele pesquisadas.

Nosso modo de ser e de viver continuará a ser contado e repassado pelas gerações futuras, continuaremos a ser tradutores dos nossos quilombos, o trabalho que as mais velhas e os mais velhos iniciaram continua em curso, prova disso são os trabalhos de Ana Eugênio<sup>36</sup>,

---

<sup>35</sup> Professor Dr associado da Universidade Federal do Ceará, dentre seus principais trabalhos destaco “Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas”

<sup>36</sup> Quilombola Ana Maria Eugênio da Silva, quilombo Sitio Veiga, Ceará, atualmente doutoranda do programa de História Social da UFC. Entre suas principais obras está *As quilombolas do Sitio Veiga e a dança de São Gonçalo em Quixadá*.

João do Cumbe<sup>37</sup>, Tainara Eugênio<sup>38</sup>, Marleide Nascimento<sup>39</sup>, Givania Maria Silva<sup>40</sup>, Eleonice Sacramento<sup>41</sup> e tantas outras e outros quilombolas, exemplos concretos do que o nosso povo pode/sabe/quer falar sobre sua própria história.

### 3.1 Mãe Paz e mãe Vó: diálogos sobre memória no contexto de comunidades e povos tradicionais

#### CANTO PARA OXUM (ORO MI MAIÓ)

Quando eu era criança  
 Minha mãe cantava pra mim  
 Uma canção em yorubá  
 Cantava pra eu dormir  
 Uma canção muito linda  
 Que o seu pai te ensinou  
 Trazida da escravidão  
 Cantada por seu avô  
 Era assim

Oro mi má  
 Oro mi maió  
 Oro mi maió  
 Yabado oyeyeo  
 Oro mi má  
 Oro mi maió  
 Oro mi maió  
 Yabado oyeyeo [...]

(Grupo Bantos Iguape)

---

<sup>37</sup> Quilombola João Luís Joventino do Nascimento, quilombo do Cumbe, Ceará, atualmente doutorando em História Social pela UFC. Entre seus principais trabalhos está *Processos Educativos: A luta das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental*.

<sup>38</sup> Quilombola Francisca Tainara Eugenio da Silva, quilombo Sitio Veiga, Ceará, atualmente mestranda pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Entre seus trabalhos está *Território e educação escolar quilombola: contribuições do contexto histórico, social, econômico e cultural do quilombo Sitio Veiga do Município de Quixadá/CE*.

<sup>39</sup> Quilombola Francisca Marleide do Nascimento, quilombo Alto Alegre, Ceará. Mestre, entre seus principais trabalhos cito *Quilombo das Mulheres: organização e luta na comunidade de Alto Alegre*.

<sup>40</sup> Quilombola Givânia Maria da Silva, quilombo Conceição das Criolas, Pernambuco. Doutora em Sociologia, entre seus principais trabalhos cito *Educação e luta política no quilombo Conceição das Criolas*.

<sup>41</sup> Quilombola Eleonice Sacramento, quilombo Conceição de Salinas, Bahia. Mestre, entre seus principais trabalhos cito *Da Diáspora Negra ao Território das Águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola de Conceição de Salinas*.

O trecho acima é de uma música que tive o prazer de ouvir pela primeira vez em 2022, quando fazia o curso de mediação de leitura promovido pela Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE). As palavras da canção alcançaram meus ouvidos através da voz melodiosa de Patrícia Adjokè<sup>42</sup>, uma mulher de Axé que estava coordenando um dos módulos do curso. Provavelmente ela não tem dimensão do que, naquele momento, sua apresentação musical causou em mim. Essa letra, de autoria do grupo Bantos Iguape, resume de forma muito certa e poética como funciona um dos elementos fundamentais das comunidades e povos tradicionais, a Memória.

A Memória é o primeiro elemento constituinte de quem nós somos, nossa identidade é expressivamente formada por ela. Por ser esse elemento tão essencial de quem e do que somos, foi um dos alvos da sociedade colonizadora. Francisco Phelipe Cunha Paz (2019) conta um pouco sobre essas estratégias de ataque à Memória, dizendo que:

Sabe-se que em alguns lugares do território africano os escravizados eram obrigados a participarem de pequenos “rituais” de morte da memória, como a “árvore do esquecimento”. Eram obrigados a dar sucessivas voltas em torno da árvore e esquecer os nomes [muitos eram batizados com nomes cristãos], suas famílias [muitas famílias mesmo que capturadas juntas eram separadas antes de serem embarcadas], lembranças de quem eram. Aos africanos esquecer era a única coisa que deveriam lembrar (Cunha Paz, 2019, p. 152).

As estratégias de nos fazer esquecer totalmente quem somos foram diversas, desde a travessia transatlântica, prova disso é a pouca documentação sobre as origens dos povos negros trazidos para o Brasil. Fomos atingidos de muitas formas, a desumanização de nossos corpos, tratados com desdém e ignorados por muito tempo, inclusive pela historiografia brasileira, foi e, em certa medida, ainda é um recurso para sustentar a narrativa do corpo negro sem Memória, e, conseqüentemente, sem história (Cunha Paz, 2019).

No entanto, o “esquema” adotado pelos colonialistas não obteve êxito, pelo menos não de forma completa, pois, mesmo diante das condições a que os povos afrodiaspóricos foram submetidos, a memória dos nossos antepassados, mesmo a dos que ficaram do outro lado do oceano, em África, acompanhou os que foram trazidos para o Brasil. Aqui, ela foi repassada, editada e ressignificada por gerações, não se deixando cristalizar ou esquecer, tornando-se dinâmica e estratégica para a luta.

O repasse dessa memória nas comunidades e povos tradicionais tem por base o respeito aos conhecimentos adquiridos pelas mais velhas e mais velhos. Por memória, estamos aqui nos referindo aos atos teimosos de não esquecer; aos atos celebrativos de bem lembrar São

---

<sup>42</sup> Patrícia Pereira de Matos, mulher de Axé, pedagoga, escritora de literatura infantojuvenil, percussionista, cantora de ritmos afro-brasileiros (Mapa Cultural do Ceará, 2023).

as mestras e mestres de ofício (Hampâté-Bâ, 2010), que trazem consigo o conhecimento que lhes foi contado por gerações anteriores. Em Batoque, temos um exemplo desse processo de repasse na mestra mãe Paz, uma das matriarcas fundadoras das famílias de Batoque, habilidosa no ofício de produzir louças e detentora dos saberes de cura. Uma mulher conhecida exatamente por dominar artes da repetição, da rememoração. É possível imaginar um pouco de sua fisionomia a partir dos relatos de seus netos:

ela era assim, a altura, tipicamente a altura da Joseli, que ela era baixinha, só que tinha o nariz igual a ela era a madrinha Marinha, **achatado**, mas, fora isso, ela tinha uma característica de gente bonita [...] Franzinhina de corpo, o cabelo não era muito curto não” (Nascimento IR, 2023, grifo meu).

Porque, quando eu nasci, já todo mundo chamava ela mãe Paz. Os mais velhos chamavam ela mãe Paz, porque os filhos da primeira família chamavam ela mãe Paz. Ela era assim, não era muito alta, era como a mamãe. Só que era mais magra que a mamãe. Eu me lembro, assim, a fisionomia dela, eu não me lembro bem como era a fisionomia dela. Eu me lembro das carreiras dela, que ela não me pegava na carreira. Me lembro da pragata dela, a pragata dela não tinha pneu. Só era a pragata de sola [...] ela gostava de chamar os outros de culuminha. Mas eu não lembro bem como ela era. Eu lembro bem o cabelo dela era branco e preto, ao mesmo tempo, era grisado [...] usava a grampa também (Cordeiro MFN, 2023).

A outra mestra que trago como referência no repasse das memórias sobre Batoque é mãe Vó, também conhecida como Maria Raimunda ou Maria Rosa, outra matriarca, mestra do ofício da caça, pesca e reza: “D. Maria rezava como ninguém. E aí a parte física dela era uma velhinha baixinha, grossa e muito, com muita vontade de viver, que viveu até mais de 100. Não estava caducando ainda. Quando eu conheci, ela não estava caducando, ia falar direitinho.” (Cordeiro FR, 2023).

Figura 07 – Mãe Vó



Fonte: Acervo da ARCQUILOMB

Figura 08 – Raimunda Sousa Leão, filha de mãe Vó



Fonte: Acervo da Família Leão

As figuras de mãe Paz e mãe Vó são as representações reais de nossas memórias afropindorâmicas, já que mãe Paz representa diretamente nossa ascendência afro e mãe Vó é a personificação de nossa ascendência indígena. E sinto-me à vontade de dizer isso, considerando o que nos lembrou Beatriz Nascimento: o corpo é um documento. Precisamos repetir: o corpo

é um documento. As memórias que hoje conheço e sobre as quais escrevo só existem porque elas fizeram o repasse a seus filhos (Maria Rodrigues de Nazaré, Raimunda Sousa) e aos seus Netos (Inácio Raimundo do Nascimento, Maria de Fátima do Nascimento, Francisco Alves de Sousa, entre outros). Todas elas e eles continuam a dar sequência à narração da nossa história.

Figura 08 – Filhos de Maria Rodrigues de Nazaré, netos de mãe Paz:  
da esquerda para direita, Raimundo Nonato do Nascimento,  
Inácio Raimundo do Nascimento, Antônio Francisco do Nascimento,  
Maria de Fatima do Nascimento, Maria da Conceição Sousa



Fonte: Acervo da Família Nascimento

Esse ato de contar/narrar que, através dessas pessoas, chegou a mim e a tantos membros do quilombo não pode ser entendido como uma mera vocalização. O relato sobre os que nos antecederam vem cercado de profundidade, de emoções, de movimento, de lugares, de lembranças boas e ruins. Acredito que o conceito que melhor o represente seja o elaborado por Leda Maria Martins (1997), denominado Oralitura:

O significante a Oralitura, da forma como apresento, não nos remete univocamente ao repertório de formas e procedimentos culturais da tradição verbal, mas especificamente, ao que em sua forma indica a presença de um traço residual, estilístico, mnemônico, culturalmente constituinte, inscrito na grafia do corpo em movimento e na vocalidade. Como estilete, esse traço cinético inscreve, valores, conceitos visões de mundo e estilo (Martins, 2003, p. 77).

A transmissão de nossas memórias não acontece de forma mecânica, não há um dia ou hora exata para que as histórias sejam contadas, o repasse é cotidiano e orgânico. Como nos

lembrava Bispo: nossa ciência é viva! Nosso conhecimento é vivo! Era quando mãe Paz estava na fabricação de suas louças ou quando mãe Vó estava nas pescarias; era quando faltava energia e nos reuníamos para conversar, iluminados por uma lamparina; é quando chega o inverno e todos seguem juntos para a plantação. A oralitura de nossas memórias acontece na dinâmica de nossa existência e modo de vida. Elas são acionadas, guardadas e partilhadas, a depender da situação. Vivemo-las.

As memórias são potentes porque agregam muitos elementos, é saudade e reverência a um passado presentificado, como diz tia Fátima: “É muito bom a vida passada. Eu gosto”; é o calor provocado pelos afetos inculcidos: “Mas quando ela estava contando a história, a risada dela era a coisa mais bonita que a gente podia ouvir. Ela tinha uma risada bonita e gostava de contar as histórias para a gente” (Cordeiro TN, 2023); é a compreensão da responsabilidade de repasse: “Como é que tu sabe da tua história e tua filha não sabe? porque tu não contou? Então o culpado é isso aí” (Cordeiro RF, 2023).

Por ser algo tão poderoso, é preciso decidir quando, porque e como a partilha das memórias se fará, pois elas revelam sobre quem nós somos e, portanto, são base sobre as trilhas por onde devemos percorrer e seguir. O ato de contar não é simples ou superficial, e, em se tratando de comunidades e povos tradicionais, às vezes ocultar é mais estratégico do que contar. O relato de Teonília nos dá uma maior dimensão de como o auto silenciamento é acionado para a proteção de nossas histórias:

Uma vez nós levamos uma pessoa da SDA [Secretaria do desenvolvimento Agrário do Ceará], que veio visitar a comunidade, já agora recente [...] levamos na casa dela, **da mãezinha Cunhã**. E a pessoa queria que ela reproduzisse a história e contasse para ela. A mãezinha não falou nada, disse que não sabia. Então a mãe falou para a mulher da SDA que ela não quer contar hoje, porque ela está cansada. Quando ela saiu, a mãe levou a mulher lá para fora. E depois mãezinha cunhã chamou eu e a mãe lá dentro. Aí era para pedir que parasse de contar para esse povo estranho. Nós ficávamos levando esse monte de povo estranho para contar nossa história. E ia chegar o momento que eles iam aqui com a chibata para pegar em nós (Cordeiro TN, 2024, grifo meu).

Mãezinha cunhã, no auge de seus quase 100 anos utilizou de uma antiga e eficiente estratégia que na capoeira chamamos de ginga/malícia/malandragem. Dentro da roda de capoeira essas palavras não expressam negatividade, são usadas quando, no contexto de sua vida, o capoeira consegue ler a situação, analisar e decidir o que fazer. Essa habilidade se faz necessária para não ser pego pelo oponente, pelos perigos. A malícia consiste em ver o mal sem se tornar o mal. O malandro é aquele que usa da sua inteligência para sair de situações que, a princípio, parecem sem solução. Podemos dizer que mãezinha Cunhã acionou essa prática de defesa ancestral, pois a chance de trazer de volta um passado de dor era algo que ela não estava

disposta a arriscar. E ela sabia que a história é algo poderoso. Podemos dizer que este 'outro aprendizado forte dos povos africanos, aqueles que vieram antes.

Nosso corpo/território é, por excelência, um “ambiente de memória” (Martins, 2003). Quando dançamos, festejamos, choramos, pisamos na terra, plantamos, lavamos roupa no rio, cozinhamos, rezamos, estamos celebrando as memórias e dinamizando-as. Continuamos, assim, o repasse para os que virão, pois, embora o colonialismo force uma imagem de dor e sofrimento a todos os povos que foram por ele sequestrados, nós, enquanto povos afrodiáspóricos, em confluência com os povos originários, e transfluência com os que em África ficaram, decidimos nos opor à narrativa da violência, da inferiorização, optamos por propagar a resistência, a liberdade de ser e viver segundo nossas matrizes ancestrais, nossa cosmovisão. Assumir tudo isso não significa encobrir as negociações, as recusas e criações que aconteceram e acontecerão em nossas vidas. Estamos vivas! E em movimento.

### 3.2 Somos afropindorâmicos? Narrativas fundacionais do quilombo de Batoque.

a aliança do corpo preto e do corpo indígena, ela foi tão forte, ela foi tão forte, que fez a gente está vivo até hoje, porque o plano que traçaram para gente foi para acabar com a gente, de falar para **tanto os indígenas quanto os pretos**, Olha! eu tô contigo..., vamos juntos, porque a gente precisa ir junto, porque sozinho eu não consigo [...] eu não consigo ir sabe, não é possível para mim sozinho, o caminho do Quilombo caminho, de escapar, a gente fez esse caminho junto lá atrás, entenda, a gente não o não pode esquecer de jeito nenhum que a gente tá junto (Gaia, 2022, grifo meu).

É sobre essa aliança entre os povos indígenas, donos da terra, e os africanos e afrodiáspóricos, sobre a confluência que a história do quilombo de Batoque surge e continua a existir. A partir de agora, trarei as suas narrativas fundacionais. São as vozes, memórias e lembranças dos que me antecederam que permitem essa escrita, essa pesquisa. De início, desejo contextualizar um pouco mais a respeito de onde se encontra o território quilombola a que me refiro, para o entendimento de como essa formação afropindorâmica aconteceu.

Como mencionado anteriormente, o território ancestral do qual faço parte se estende por sobre o limite de dois municípios cearenses, Pacujá e Mucambo. Ao pesquisar sobre a história de ambos, deparei-me com narrativas oficiais que negam, de forma total ou parcial, a existência de povos pretos e indígenas. No site da Prefeitura de Pacujá, encontra-se o seguinte resumo a respeito da “origem” da cidade:

O terreno para construção de Pacujá foi doado por Dona Maria Rodrigues Nepomuceno, conhecida com Maria dos Tinguins, tendo sido construído primeiramente a casa de pedra, onde atualmente funciona a capela São Vicente de Paulo, da Família Rodrigues Nepomuceno, existe seus descendentes representados pela família Côtí. Padre Vicente

Jorge é considerado o fundador da Vila, onde foi o primeiro vigário, vinha de Sobral e ficava na casa de pedra (Prefeitura Municipal de Pacujá, s.d.).

Já no site da Prefeitura de Mucambo há a seguinte descrição sobre a história local:

Mucambo tornou-se sede de distrito em 3 de agosto de 1893, por meio da lei municipal nº 10 promulgada na mesma data. Durante a primeira década do século XX, o local contava com algumas moradias dispersas nas proximidades da lagoa de Mucambo, formando um núcleo que já demandava atenção espiritual. Em 8 de setembro de 1907, o padre Joaquim Severiano, vigário em Ibiapina, celebrou a primeira missa na residência de Lourenço Pereira, dando início, no mesmo ano, com o auxílio de Lourenço Pereira e Serafim Pereira, personalidades influentes, à construção de uma capela dedicada à Senhora de Santana, Padroeira do local. A capela foi solenemente consagrada em 25 de março de 1908. No ano subsequente, nas proximidades da capela, realizou-se a primeira feira pública, mantendo-se no mesmo local até 1915, quando foi transferida para um novo ponto, onde posteriormente foi erguido o Mercado Público, que teve como primeira professora D. Maria Sophia de Matos (Prefeitura Municipal de Mucambo, s.d.).

Diante dessas narrativas tidas como oficiais, trago alguns pontos que considero relevantes. O primeiro deles é que a história de Mucambo e Pacujá, segundo esses trechos, começa somente a partir de uma oficialização pelo Estado, ou seja, a partir da elevação à categoria de município ou vila. É uma história contada em uma temporalidade recente, se consideramos que ambas as cidades existem há menos de 100 anos. Porém, o território de Batoque possui mais de 250 anos de existência, segundo os relatos dos nossos, ou seja, a temporalidade do quilombo não segue a institucionalidade das cidades em que está localizado, e sim o tempo dos acontecimentos (vinda dos antepassados, idade dos mais velhos, momento dos acontecimentos familiares).

O segundo ponto que trago sobre essa questão é a presença da religião como instrumento para adentrar territórios a fim de constituí-los: é a doação de terreno para construção de capelas, é a necessidade de uma “demanda espiritual” ou de quaisquer outros subterfúgios empregados neste território, bem como em todo o Brasil, para viabilizar as ações dos invasores. Tais métodos são utilizados até os dias atuais, em diferentes âmbitos, como, por exemplo, nas letras de hinos oficiais. O de Pacujá fala “Nossas preces à Deus tão clemente / Elevemos por teu fundador / A memória do Pe. Vicente / Grande amigo herói bem feito”, enquanto, no de Mucambo temos os versos: “Não nos falte a paz nem nos chegue a dor / Que Santa’Ana e sua benção nos venha velar / Caminhamos seguros na força do amor / Com no imo do peito a altivez de te ama”. Essas imposições colonialistas são características do que Bispo (2015) denominou de povo eurocristão monoteísta. Além disso, são parte de um léxico muito específico e datado: aquele do início das invasões coloniais que mobilizavam fabulações de domínio baseadas em noções de “descobertas”, “terras virgens” e muitas outras invenções perigosíssimas.

O último elemento é a origem do nome das duas cidades. Pacujá é uma palavra da língua tupi que significa fruto da pacova ou folha de enrolar. Mucambo (Mocambo) é um termo de origem africana que, no Brasil, tornou-se sinônimo de quilombo, ou seja, diretamente associado a grupos ou comunidades majoritariamente negras. Apesar do significado dos nomes, a presença dos povos negros e indígenas dificilmente aparece nas histórias celebradas, por exemplo, no aniversário das cidades. Ainda assim, pistas da presença dessas populações aparecem, principalmente em relatos orais, como nesse trecho sobre Pacujá:

Essa região era tudo terra de índio e nós tamo tudo acostumado com brabeza do tempo, pode nota ali... era tudo mata fechada discambando pro serrote da bananeira, hoje nós faz o plantio do milho, feijão, naquela lombada é terra boa de arroz. Plantar pra nós é um divertimento, aqui é sossegado... nós paga renda com a produção que nós colhe. Essa terra que nós mora é do Coronel Aristides Barreto (Amasio *apud* Brito, 2004, p. 45).

Sobre a presença negra ainda é possível encontrar, inclusive, formas organizativas como as irmandades, a exemplo da Irmandade do Rosário da Lapa, localidade próxima a Pacujá que, segundo os relatos dos mais velhos de Batoque, era frequentado por um nosso ancestral ainda na condição de escravizado. Sobre tal instituição, sabemos, ainda:

A existência desta irmandade do Rosário na localidade de Lapa enfatiza a presença de muitos espaços de sociabilidade, elencando a participação de cativos e libertos na organização de todo o festejo. Soma-se a isto o fato de que Nossa senhora do Rosário era protetora dos homens cativos e libertos (Silva, 2015, p. 10).

É interessante também lembrar que Pacujá e Mucambo inicialmente estavam subordinadas às cidades de Ibiapina, São Benedito e Sobral, todas elas com registros potentes da presença negra e indígena. Porém, mesmos com esses registros, o estado do Ceará ainda trata de forma contraditória a memória dessas populações: por um lado, mantém uma narrativa majoritária que as invisibiliza, por outro, exibe o título de “terra da luz”, arrogando-se de protagonismo na abolição da escravatura, e também exalta a lenda da indígena Iracema, figura folclorizada cuja existência só passa a ser reconhecida ao se relacionar com um homem branco, o escritor José de Alencar. Alex Ratts comenta sobre essas camadas de invisibilidade vivenciadas no Ceará:

Há um silêncio de cem anos e mais a respeito da trajetória de grupos indígenas e negros no Estado. Por todo esse tempo, falava-se, no máximo, na existência de "caboclos", de nomenclatura atribuída aos mestiços de origem indígena. Estudava-se também a contribuição dos índios ao folclore, como o Torém, e à cultura cearense como a rede, o artesanato em palha, etc. Falava-se e fala-se ainda nos "morenos" em referência àqueles que apresentam traços negros (Ratts, 2009, p. 18).

Mesmo diante dessas sucessivas tentativas de apagamento, os povos negros organizados nos quilombos ou em quaisquer grupos, como nas periferias urbanas, e os povos indígenas em suas mais diversas nomeações, tremebés, genipapo, tapeba, kanidé, pitaguary, kariri, anacé, entre outros, continuam, ao longo de todos esses anos, rompendo com o discurso de invisibilização, que implica diretamente na negação de direitos. Não é possível que continuem a ignorar nossa presença/existência no território que ocupamos no passado e onde continuamos a viver.

Dando seguimento, desejo agora apresentar a história de como meu povo surgiu e se tornou o quilombo de Batoque. Como já dito, as nossas memórias foram passadas pelos mais velhos a cada geração, sendo assim, trago o relato de Teonilia do Nascimento Cordeiro, representante de nossa geração neta sobre como isso se deu:

Eu soube da história contada pelo pessoal mais velho. Soube da história contada quando eu era criança, porque eu vivia muito com os mais velhos. Então, eu ouvi de pessoas diferentes. Mas com quem eu mais conversei foi com a mãezinha Cunhã. Conversei com a mãe. Com quem eu queria ouvir, conversei com a mãe. Depois que fui pesquisar pra escrever. Aí, eu acabei ouvindo um monte de gente hoje. Eu ouvi do Inácio Joana, eu ouvi do Inácio Luiz, que antigamente nós sentávamos numa roda de conversa. Não tinha energia, então as atividades eram... tá reunido na casa um do outro. Então, nós iamos pra casa do Inácio Luiz. E lá rolava as histórias das brincadeiras. As histórias das... Infância do pessoal mais velho [...] Eu gostava de conversar com a mãezinha Cunha, ela ia contar as histórias daqui. E ela era uma pessoa muito dura na hora de dar bronca na gente, na hora de falar. Mas quando ela tava contando a história, a risada dela era a coisa mais bonita que a gente podia ouvir. Ela tinha uma risada bonita e gostava de contar as histórias para gente. Quando era para os de fora, não, ela não gostava muito não. Ela contava a história com a maior facilidade pra gente. Quando a gente chegava na mãezinha, como foi que você surgiu? Aí ela dizia, com o maior orgulho do mundo, ela dizia, meu pai era um escravo. Acabou que tinha profissão. E ele era marceneiro, era muito importante. Tinha sido comprado caríssimo. E quando ela dizia isso parecia estar muito orgulhosa que o pai dela, apesar de ser um escravo, ele era um escravo importante. Era um escravo que tinha sido comprado caro. E ela quem me contou da parte de como surgiu o Batoque, a comunidade que vive hoje em si, como viemos para cá, trazido para cá porque vieram acompanhado do filho do senhor que tinha comprado o bisavô (Cordeiro TN, 2023).

A mãezinha Cunhã mencionada acima é Maria Rodrigues de Nazaré, uma das idosas mais longevas da comunidade, que viveu até seus 104 anos. Antes de seu encantamento, contou a história de Batoque para toda a família, inclusive para as netas, como menciona Teonilia. Tive a sorte e o prazer de conviver com ela, guardo muitas lembranças suas, principalmente quando a encontrava na barragem já bem idosa tomando banho e penteando os cabelos. Gabava-se de conseguia atravessar a água a nado, sempre tentava apostar comigo e eu nunca aceitava o desafio, talvez por receio dela se afogar devido a idade, ou talvez por receio de perder a competição para ela.

Figura 09 – Documento de Identificação de Maria Rodrigues de Nazaré



Fonte: Acervo da Família.

Ela executava muitas funções dentro do quilombo, exercia o ofício de parteira, muitos batoqueiros chegaram a esse mundo por suas mãos, e suas habilidades eram reconhecidas para além do território quilombola. Mãezinha também possuía o poder das rezas, valia-se delas para curas e adivinhações. Seus dons eram usados tanto para situações complexas, como a cura e o cuidado dos enfermos, quanto para coisas simples (porém, importantes para o quilombo), como as partidas de futebol – suas habilidades nesse quesito serão melhor exemplificadas no capítulo três a seguir.

O pai de mãezinha Cunha é nosso ancestral fundador (meu bisavô). Seu nome era Joaquim Rodrigues Cordeiro, nossa história, até onde conhecemos, começa com ele, homem negro escravizado que morava na fazenda Boa Fé, localizada na região da atual cidade de Mucambo. A chegada dele em Batoque ocorreu por que meu bisavô foi “dado”, junto com sua esposa, a também escravizada Mariana, para Domingos Pedro de Alcantara, filho de um dos maiores donos de terra da época. Domingos Pedro mudou-se para a fazenda Batoque, onde hoje fica a cidade de Pacujá, e trouxe consigo Joaquim e Mariana.

Uma questão que chama atenção nos relatos sobre nosso ancestral diz respeito à sua habilidade com marcenaria “ele era importante. Ele fazia móveis que ninguém mais daqui fazia. Ninguém da região” (Cordeiro TN, 2023). Por praticar essa atividade, bisavô Joaquim enquadra-se no que convencionalmente foi denominado escravizado de ofício, indivíduos que se dedicavam a funções específicas que demandavam certo conhecimento ou habilidade. O caso dele não é isolado, no Brasil outros escravizados também desempenhavam ofícios, aprendidos

aqui ou provindos do continente africano. Sobre tais atividades, o texto *Ofícios e corporações no Brasil escravocrata (2012)* nos fornece maiores elementos:

Entre os diversos ofícios, os negros destacaram-se em pelo menos três atividades: ourives, ferreiros e barbeiros. A ourivesaria foi o ofício que concentrou o maior número de oficiais de origem negra. Os conhecimentos trazidos do continente africano, aliados à alta demanda por joias e adornos, tornou lucrativo o aluguel de escravos oficiais de ourivesaria. As joias crioulas que ornamentavam os pulsos, colos e orelhas das negras das irmandades baianas e mineiras atestam a presença do artífice negro nas corporações de ourives (Museu Afro Brasil, 2012).

Acredito ser importante frisar, com essas informações, as habilidades dos povos pretos, para desmistificar o discurso de objetificação que os categoriza como inferiores, incivilizados, ainda que nossos ancestrais tenham sido retirados de um continente que já dominava técnicas que os próprios europeus ainda estavam por aprender. Sempre foi difícil para os colonizadores assumir que a própria colonização é, em grande parte, uma empresa cujas técnicas são majoritariamente dominadas pelos povos indígenas e africanos. Classificar os povos africanos e seus descendentes como inaptos, inferiores, e ignorar, propositalmente, a história e as realizações tecnológicas, culturais, científicas e religiosas de civilizações antigas como a egípcia, o Império Cartaginês, o Império de Gana, o Império do Mali, o Império da Etiópia, o Reino do Congo, o Reino de Zulus etc., considerando unicamente o processo de tráfico e escravização ao longo de 300 anos da era moderna, é uma falácia, para dizer o mínimo.

Quando mãezinha Cunhã afirma ter orgulho de seu pai marceneiro ela não está o exaltando em prejuízo de outros que se encontravam na mesma condição de escravizados, ela está vendo e afirmando as habilidades dele para além da condição de cativo, habilidades essas fundamentais para a sobrevivência de nossa família e para a manutenção do nosso território.

Após a mudança, Joaquim passou a trabalhar na fazenda Batoque. Algum tempo depois, Mariana faleceu e, mais tarde, ele conheceu uma nova companheira, a senhora Maria Joaquina do Espírito Santo, que ficou conhecida por mãe Paz. Era filha de escravizados, porém nascida na Lei do Ventre Livre, que tornava “livres” todos os nascidos a partir do ano de sua promulgação, em 1871. Gostaria de ressaltar aqui um aspecto cruel da referida lei, que, na prática, continuava a manter cativos os que dela se beneficiaram. As crianças conseguiam o *status* de não escravizadas, mas, como uma pessoa pode ser livre se seus pais não são? Não há liberdade no esfacelamento da família. Embora mãe Paz fosse livre segundo a lei, ainda assim ela não o era, afinal casou-se com Joaquim, cuidou dos filhos do primeiro casamento do marido e gerou outras crianças que tiveram de viver, ainda por anos, na situação de servidão. Todos eram obrigados a trabalhar na fazenda para o proprietário, Domingos Pedro de Alcântara.

Os trabalhos executados por Joaquim e sua família consistiam em cuidar da casa, tratar dos animais, do plantio e de quaisquer outras demandas que surgissem. A situação deles não difere da de tantos outros no Ceará, à época, quando a mão de obra cativa teve maior serventia nas fazendas, em trabalhos domésticos ou na lida do gado, diferentemente do que acontecia em outros estados onde os escravizados eram utilizados nos grandes engenhos de cana-de-açúcar, nas lavouras de café e na mineração. Isso não significa que os escravizados das fazendas tivessem uma vida mais branda ou livre de castigos e maus tratos. No próprio contexto de Batoque, foram relatados castigos infligidos a escravizados nas fazendas vizinhas. Independentemente do sexo, tanto homens quanto mulheres eram submetidos a castigos horrendos, que iam desde a tirar pele de pessoas ainda vivas até jogar água quente sobre elas.

Não há relatos que a família de meus antepassados tenha sofrido agressões físicas. Os chamados “esquecimentos estratégicos” são também parte da memória. Como povos conscientes do poder da orientação do passado, precisamos saber que memória não trata apenas da lembrança, mas do gerenciamento dela. O que se percebe são manobras de negociação dentro da condição a que estavam submetidos. Por exemplo, o meu bisavô podia participar de eventos na irmandade Nossa Senhora do Rosário da Lapa, pôde casar uma segunda vez, mas, ao mesmo tempo, o seu senhor “afirmava” que a liberdade nunca aconteceria, ser escravo era-lhe uma condição permanente.

Mesmo assim, meus antepassados não deixaram de acreditar e de encontrar maneiras de vivenciar suas existências para além do que o processo de escravatura impunha. Entre as “brechas” do cotidiano, havia a fabricação de bonecas de pano, ensinada inicialmente por Mariana, depois ensinada por suas filhas a mãe Paz, que deu continuidade ensinando e fabricando para suas filhas e netas. Também havia brincadeiras com peteca feita com sabugo de milho, rodas e cantigas. Algumas das cantigas foram repassadas até a geração que hoje está no quilombo, tia Fatima fala um pouco a respeito:

Nós brincava de roda, quem ensinava brincar de roda foi a mãe Paz, mãe Paz e a mamãe porque a mamãe sempre tava por perto, nós tava brincando de roda era a mãe que ensinava, laranja lima, ela ensinava, três laranja menina, oh, que cor são elas? Elas são verde, amarela, vira fulano esquerda para ela, aí a gente virava a direita era bonita, ai ficava todo mundo virado as costas pro outro (Cordeiro MFN, 2023).

Outras cantigas que sobreviveram ao tempo e chegaram como herança para mim e tantas outras gerações foram “Escravos de Jó / Jogavam caxangá / Tira, põe, deixa ficar / Guerreiros com guerreiros / Fazem zigue-zigue-zá” e “Cai no poço, jacaré / Espim furou meu pé / Andei de bombutão laranjeira / Debaxo da pitombeira sabão”. Esses momentos que iam para além do trabalho, do sofrimento, e dos maus tratos, levam-nos novamente ao encontro da

Paz Quilombola, momento em que os quilombos vivenciam suas relações sociais e criam laços entre os seus. Para pensar o quilombo para além dos momentos de insurreições e conflitos, aprofundando esse conceito, temos a palavra de Beatriz Nascimento:

o Quilombo é um momento histórico brasileiro de longa duração e isto graças a esse espaço de tempo que chamamos de ‘paz’, embora muitas vezes ela não surja na literatura existente. Creio que se o escravo negro brasileiro tivesse podido deixar um relato escrito, com certeza, teríamos mais fontes da ‘paz’ quilombola do que de guerra (Nascimento, 2018, p.76).

Essa dinâmica de vida perdurou antes e depois de Joaquim alcançar sua liberdade, ocorrida com a promulgação da Lei Áurea, em 1888. Como para boa parte dos novos sujeitos livres, a abolição da escravatura não se fez acompanhar da viabilização de meios para sua subsistência. Sendo assim, a família inteira continuou a trabalhar na fazenda, mas meu bisavô passou a receber uma quantia de dinheiro por seus serviços e, depois de alguns anos, conseguiu comprar um terreno para ele e a família.

Além de ter uma casa, eles podiam plantar para o sustento da família, fabricavam louças e criavam alguns animais. Depois veio uma lei de demarcação de terra, pela qual só teria direito à propriedade quem pagasse pelo registro dela o valor de “um conto de réis” (Nascimento IR, 2023). Nossa família não possuía a quantia, os antigos “donos” de meu bisavô pagaram e ficaram com a terra para si, obrigando a família à condição de moradores, já que, por lei, escravizados não poderiam voltar a ser. Joaquim Rodrigues Cordeiro faleceu em 1921, como homem livre, porém com seu direito ao território usurpado, deixando para mãe Paz e seus descendentes a missão de cuidar e recuperar nosso lar.

Com o falecimento de Joaquim, a matriarca mãe Paz decide continuar a viver, preservar e cuidar da família/território diante da nova figura que surgia, o senhor que dava lugar ao proprietário/patrão. Foi no período em que ela estava à frente do quilombo que um dos momentos mais importantes de nossa história aconteceu. Após cinco anos de encantamento de seu esposo, chega ao território de Batoque, de forma inesperada, uma família composta de uma mulher e seus filhos. Há muitas narrativas sobre sua chegada, transcreverei aqui uma das mais completas que ouvi:

A mãezinha Cunhã contou que num determinado tempo, quando ela tinha treze anos, quando cuidou que não, chegou uma mulher toda desgrenhada correndo, assombrada. Aí ela chegou aqui, corrida, correndo mesmo. Ela dizia que parecia um animal brabo. Aí quando ela chegou aqui, parou cansada, com sede, com fome. Aí o pessoal daqui foram tentar ajudar ela pra dar água, pra dar as coisas. E ela brava, arisca. Mas ela estava com três meninos, eu me recordo que ela me disse que tinha um no colo, dois no rabo da saia. Mas tinha mais dois que chegaram logo em seguida. Não chegaram junto com ela, mas chegaram. E são dela também. Aí ela disse que ela passou uma semana que ninguém encostava [...] sem ela confiar de verdade. E aí, acho que ela se sentia segura

aqui [...] quando deram comida, água, ela deve, de alguma forma, ter se sentido segura. Porque de verdade, ela escolheu com quem se relacionar (Cordeiro TN, 2023)

A mulher que chegou com sua família era Maria Madalena do Nascimento, depois conhecida no quilombo como Dona Maria Rosa e, por seus netos, como mãe Vó. Sua chegada se configura como um dos momentos mais importantes de nossa história, não somente pelo espanto que causou, mas também porque, dali por diante, os moradores passaram a conviver com novos hábitos. Segundo os mais velhos, mãe Vó era uma espécie de andarilha. Seu neto mais velho, conhecido na comunidade com mestre Chico Leão, nos conta um pouco mais:

Ela dizia que era da serra, né? Mas andava por todo lado. Quando era nova, acho que não... num ficava muito tempo num local, não, né? Aí chegavam por esses lados daqui. Aí pelo final do finado João de Mel. Aí dali...Passava pouco tempo, ia pra Sobral. Aí de Sobral, eu acho que a ia pra Meruoca. Da Meruoca, voltava. Aí chegava desse jeito, né? Aí veio parar mesmo de verdade quando chegou por aqui, por isso. Ali, onde morava ali em baixo. Aí pronto, ficou até morrer, né? (Sousa FR, 2023).

Outro ponto que chamava atenção nos recém chegados era sua aparência, todos possuíam cabelos longos e lisos e seus rostos também apresentavam diferenças em comparação aos quilombolas de Batoque. Essas características e outras que foram percebidas no cotidiano fizeram com que os batoqueiros deduzissem que se tratava de uma família indígena, porém isso nunca foi confirmado por mãe Vó, tampouco era necessário. Ela tinha decidido ser parte do quilombo e era só o que importava. E o quilombo a acolheu. Sobre essa identidade indígena, uma preocupação mais minha, é o que parece, mestre Chico volta a revelar outras informações:

Eu acho, fazer como dizer, num sei se era a avó dela, que disse que era pura, **pura como?** Índia, a vó da mãe Vó, dela ela falava pouca coisa assim, porque naquele tempo a gente não tinha muita conversa, eu acho que tinha, lá como diz, lá por onde eles moravam, essa vó dela, era vó era índia de verdade, ela que dizia assim (Sousa FR, 2023, grifo meu).

É difícil dizer com precisão como mãe Vó entendia o termo “índia pura”. Podemos supor que se referia a povos indígenas que ocupavam seus territórios sem a presença de outros grupos, ou a indígenas que não tinham se relacionado com não indígenas. Maicon Xavier de Oliveira (2010), em seu trabalho *Caboclos são os brancos: dinâmicas das relações socioculturais dos índios do termo da Vila Viçosa Real – Século XIX*, discute sobre os povos indígenas que habitavam a Serra da Ibiapaba e sobre como os colonizadores, com o intuito de usurpar seus territórios, lançaram mão de inúmeras estratégias, incluindo a deslegitimação do “índio” através de batismos e de casamentos com brancos, e a atribuição do termo caboclo. Tais artimanhas tinham por objetivo fomentar o discurso de que não existiam mais indígenas, pois os mesmos já haviam sido “misturados” aos súditos do Reino.

Infelizmente esse discurso sobre “pureza” até os dias atuais é usado de forma a descredibilizar os povos indígenas e suas lutas. Não é possível “exigir” que, depois de 500 anos de embates colonialistas, os povos originários continuem cristalizados segundo certas idealizações criadas, em boa medida, pela literatura branca. Foi preciso que nós, povos contracolonizadores, editássemos a nós mesmo como estratégica de defesa de quem somos e dos nossos.

À medida que mãe Vó e seus filhos iam se inserindo no quilombo, outros de seus costumes se tornavam mais evidentes, como nos conta tio Inácio Joana:

aqui ela... ela junto com eles lá, cantava as cantigas lá da aldeia. Cantiga de roda. E assim, se lá ia outra pessoa, do outro lado, ela trancava o bico, não fazia aquilo nem para ganhar muito dinheiro [...] cantava as músicas e talvez até dançasse (Nascimento IR, 2023).

Também gostaria de destacar a personalidade de mãe Vó. Ela tinha seu próprio tempo, decidia quando queria interagir ou não com as outras pessoas; não se tratava de gostar ou não, ela simplesmente decidia quando e onde as coisas aconteceriam. Mesmo depois de anos no quilombo isso não mudou, inclusive quando era procurada para tratar doenças: “tinha gente que ia para ela rezar e ela dizia, vou rezar hoje não, e podia ir-se embora, que ela num rezava não” (Sousa FR, 2023).

Com o passar dos anos, duas das filhas que chegaram com mãe Vó, Raimunda Maria de Sousa e Rosa Maria de Sousa, casaram-se com Raimundo André e Felix Raimundo de Sousa, ambos irmãos quilombolas de Batoque. O Senhor Raimundo André, conhecido no quilombo por sua coragem, por não ter medo de absolutamente nada, nem no plano terreno nem no espiritual, ganhou o apelido de Leão. Depois do casamento, todo o quilombo passou a chamar os membros da família de mãe Vó, que agora também eram parte direta da nossa família, pelo sobrenome atribuído de Leão, como são conhecidos até hoje Cicero Leão, Raimunda Leão, Antônio Leão, Nazaré Leão etc. Essa união aproximou os dois grupos, que, além de conviverem, passaram a confluenciar ainda mais seus modos de vida.

Confluência define exatamente a relação que se criou no passado entre nossas famílias e que permanece até hoje. Essa palavra “plantada” por Bispo (2015) traduz o entendimento que se deu, não somente no quilombo de Batoque, mas em tantos outros, como, por exemplo, o quilombo de Alto Alegre (CE), cuja narrativa fundacional conta sobre escravizado Nego Cazuzá que, após fugir de seus captores “embrenhando-se em meio à mata onde encontrou uma aldeia indígena, a dos paiaçus em Buriti – Pacajus/CE. Lá, casou-se com uma índia que “deu vida” a Alto Alegre – no sentido da formação dos primeiros troncos familiares” (Ferreira, 2017, p. 39).

Outro exemplo que trago é o quilombo de Conceição das Crioulas, localizado em Pernambuco. A pesquisadora Givânia Maria da Silva (2016) em seu trabalho *Educação e luta: política no quilombo de Conceição das Crioulas*, fala dessa relação;

Havia na região outros habitantes, com quem fizeram contato: o povo atukum. A história oral conta que nunca houve enfrentamento entre crioulas e indígenas. Os dois grupos dividiam não só parte do espaço físico, mas também construíram relações sanguíneas e laços de parentesco muito fortes, fato até hoje existente (Silva, 2016, p. 42).

A partir dessas experiências e de outras que, por ora, não serão aqui narradas, é possível entender o que Bispo quis traduzir ao falar do termo confluência. Trago aqui suas palavras, deixadas como herança para toda uma geração neta:

Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e a outra gente - a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida (Santos, 2023, p. 15).

Enquanto povos “compartilhantes” (Santos, 2023, p. 39), nossa premissa parte do respeitar e entender os modos de ser de cada povo. Sendo assim, nós e a família Leão nos tornamos mais e rendemos, sem deixar de ser nós mesmo. Por exemplo, graças a eles aprendemos as habilidades de pesca e caça, introduzimos na nossa alimentação animais como tejo, peixes variados, camaleão, caçote. Em contrapartida, no quilombo mãe Vó e sua família passaram a plantar e encontram um lugar para ser seu, entre outras aprendizagens que certamente foram trocadas. Quilombos são grandes laboratórios de criação; de refinamento de tecnologias ancestrais de prosperidade, afirmações e belezas.

Posso inferir que conosco, eles partilharam que não era necessário guardar, acumular, quando algo faltasse bastava ir à mata ou ao rio pegar. Como eles, trocamos aceitação, uma nova família para pertencer, um lugar seguro para viver, pessoas em quem confiar. Eles partilharam que a fartura está em ofertar o melhor à criança e ao adulto:

Eles pescam e dão um peixinho grande a cada pessoa que tinha na casa dele. Não importa o tamanho, cozinha tudo na panela. E, na hora do almoço, tanto faz ser uma criança de 2 como uma pessoa de 40, vai ganhar um peixe grande, isso era uma novidade para mim, culturalmente nós repartimos comida que é para não faltar (Cordeiro TN, 2023).

Essa aliança afropindorâmica que surgiu no passado ainda se mantém nas gerações atuais, continuamos mais conectados uns aos outros, nos unimos sem nos anularmos, reconhecendo-nos como uma única família que possui aspectos distintos, porém, essenciais para o nosso modo de vida.

Organizados dentro do território, sendo território, nos acolhemos enquanto família porque, de fato, é o que nós somos. Sobre isso acho importante o relato de Teonilia, que nos conta a respeito de quando a comunidade decidiu fazer o cadastramento das famílias quilombolas. Na época, a associação preparava a documentação para emissão da autodeclaração junto à Fundação Palmares. Era necessário conversar com todos e perguntar se aceitavam ou não fazer parte da declaração, o processo consistia em afirmar ou não sua identidade enquanto quilombola, Teonilia narra o que aconteceu;

Quando a gente chegou lá, a gente conversou com ela, que é a matriarca da família Leão, e aí a gente explicou a razão da visita. E aqui no Batoque todo mundo tem eles como se fosse família de indígenas. Todo mundo cresce e, historicamente, dentro do Batoque, eles são conhecidos como se fossem os índios do Batoque. Foi assim que a gente foi ensinada ao longo da nossa história. Quando eu estava conversando com ela, e aí ela disse, “Teté, eu quero ser quilombola”, ela nem acertou para dizer quilombola. Eu quero fazer parte sim, porque aqui é o lugar que me acolheu, é o lugar que eu vivi a vida toda, então eu quero sim. Eu quero que a minha família inteira seja reconhecida mais vocês. Foi um dos pontos, para mim, na época, dos mais emocionantes. (Cordeiro TN, 2023)

No final do ano de 2023, tia Raimunda Leão, matriarca da família, encantou-se. Ela era a última das filhas vindas com mãe Vó para o quilombo ainda viva, todos os outros parentes que lá estão são sua descendência, nascidos no quilombo, filhas e filhos do quilombo. A passagem dela para a ancestralidade, embora esperada, causou tristeza. Nas últimas vezes em que a visitei, seu corpo estava frágil, mas sua voz era forte como sempre, rindo, inclusive quando falei que a levaria para tomar banho de rio. Mesmo não tendo nascido no quilombo, tia Raimunda se tornou parte dele, minha geração neta sempre saudará essa avó e todos o que vieram antes e depois dela. Salve tia Raimunda, salve o Batoque pindorâmico, salve a circularidade que nunca encontrará fim!

#### 4. BATOQUEIROS/AS: SOBERANIAS E RESISTÊNCIAS

Como são pretensos, acreditando que são os únicos que pensam  
 Como são simplórios, se auto intitulado civilizatórios  
 Como são infelizes, tentando abocanhar tudo o que no mundo existe  
 Colonialistas! Colonialistas! Colonialistas!  
 Trago uma notícia para dar, com os batuques do meu povo venho anunciar  
 Seu desenvolvimento nunca será páreo para o nosso encantamento  
 Sua estória, nunca apagará a nossa Memória  
 Nossas soberanias são atemporais  
 Saudamos, celebramos nossos intelectuais, ancestrais  
 Porque somos, em essência, RESISTÊNCIA!

(Joseli Nascimento Cordeiro, 2024)

A História reproduziu uma extensa e grave *fake news*<sup>43</sup> representada pela narrativa de que todos os povos não brancos seriam inferiores e desprovidos de conhecimento e habilidades. Essa ideia, obviamente, não se divulgou de forma inocente e despreziosa, ela foi e ainda é usada como justificativa (que não justifica nada) para o processo de dominação colonialista, a saber que:

Fatos como esse foram e são encobertos por uma historiografia que ajudou a instaurar no imaginário ocidental uma ideia de exceção branca, calcada na narrativa de que teriam sido os povos europeus os descobridores, abridores de mares e detentores de um modelo civilizatório ao qual todos os povos do mundo deveriam se submeter. Nessa história, a colonização é vista como uma experiência de encontro de povos que teriam nos brancos um fio condutor de expectativas de assimilação e de inclusão aos seus projetos de sociedades (Jesus; Cruz; Lemos, 2020, p. 235).

Quiseram nos relegar a um papel secundário, exercido a partir da história do outro, do encontro, da “descoberta” de algo que supostamente precisávamos. Ao reconhecer, minimamente, nossa presença em sua historiografia, colocam-nos no que Bulhões (2020) chama de *Paradigma da Contribuição*, segundo o qual, “Este paradigma presume que apenas os povos brancos foram responsáveis por todas as estruturas relevantes das sociedades

---

<sup>43</sup> Termo em inglês que, em tradução literal, significa notícias falsas. Essa ação consiste em espalhar notícias inverídicas sobre determinado fato ou assunto, com o propósito de desinformar. Com o advento da internet e das mídias sociais, essa prática se tornou mais comum, devido à velocidade de compartilhamento. Durante a pandemia de covid-19, o número de *fake news* foi tal o que resultou negativamente no processo para controle e tratamento da doença, ocasionando um total de 711.249 óbitos, somente no Brasil (Coronavírus Brasil, 2024).

colonizadas e que os outros povos apenas “contribuíram” com comidinhas, dancinhas e palavras (Bulhões, 2018, p. 29).

Porém, nossa pratica desde África até as atuais gerações que dela descendem é viver e lutar por nossos territórios, prova irrefutável de que nosso povo contracolonizador é detentor de tecnologias e soberanias capazes de assegurar nossas existência e modo de vida. Minhas palavras seguintes serão um convite a conhecer as soberanias que fizeram e fazem do quilombo de Batoque um espaço de autonomia, resistência e reelaboração de práticas e tradições. Para melhor entendimento, decido ir trilhando pelos seguintes tópicos: *soberanias do ser e fazer e soberanias do cuidar e curar*.

*As soberanias do ser*, em Batoque, principiam em *ser Batoque*; ser quilombola é algo intrínseco a todos que nascem no quilombo, somos nutridos, desde o seio de nossa mãe, de tantas mães, com o conhecimento sobre nós mesmos, garantindo o crescimento forte e saudável das crianças que partilham desse leite e desse amor. Ser quilombola de Batoque é saber sobre família, é entender-se enquanto território, é pertencer a uma ancestralidade, é defender e ser defendido, é amar o lugar de onde se é, como nos relata tio Inácio, 88 anos: quando questionado se gostava de morar no Batoque, respondeu que:

Muito, porque a terra onde a gente nasce e se cria, não existe um outro lugar melhor do que o da gente. Por isso eu adoro aqui. Gosto muito. O pessoal gosta de mim, graças a Deus. Eu gosto de todo mundo, num tenho inimigo. Então, para que lugar melhor de que aqui? Só se for no céu (Nascimento IR, 2023).

À fala de tio Inácio, acrescento a de Maria Stephany Christine, 18 anos. Ela, que já pertencente à atual geração neta, diz-nos, com um vocabulário direto e expressivo, o que pensa sobre o que é ser quilombola de Batoque:

Ser quilombola pra mim é fazer parte de um pertencimento, ser herdeira de um povo que lutou por sua liberdade, que lutou pra ganhar seu lugar de direito. Eu me orgulho muito de ser quilombola por toda a história, por toda minha herança histórica, minha cultura e minha família, basicamente. Eu quero que meus filhos saibam que são quilombolas, quem são os antepassados deles e que eles têm orgulho de ser (Cordeiro MSC, 2023).

Entre Stephany e tio Inácio há, extremante, 70 anos de diferença. Mesmo assim, ambos partilham da soberania do ser, que tem como um dos seus aspetos principais a consciência de quem se é, de orgulhar-se de si e de onde vem, de gostar do território equiparando-o ao Céu/Paraiso. Outro elemento que considero muito importante para o entendimento dessa soberania é trazido a seguir:

o Batoque é unido, eu acho a comunidade mais unida é a daqui. Porque na hora da precisão eles estão juntos. Quando, assim, a gente faz parte de uma comunidade que

está junto nas precisões, são unidos, é na doença, é em tudo! São juntos [...] Então, quando a união faz a força, quando a gente não se separa e nunca se separaram, desde que eu era menina, quando era pra um era pra dez, quando era pra um, era pra outro. Não tem diferença. Eu não acho diferença até agora. Quando eu vejo, assim, acontece uma coisa que todo mundo tá junto, eu volto pro passado. Porque é o que acontecia. Se fosse uma brincadeira, tava todo mundo junto, que nós brincávamos de esquerda. Se mexer hoje, mexer com o Batoque, com alguém do Batoque, num sendo do Batoque, você pode ficar na certeza de acontecer a mesma coisa que vi no passado (Cordeiro MFN, 2023).

O sentimento de grupo, de comunidade, de família, de união, afirmado nesse relato é crucial em um quilombo, não somente para a proteção, mas para o fortalecimento dos afetos. Somos um povo de afeto, afetamos a nós mesmos e a todos os seres vivos que estão em nossa volta, que se envolvem, isso é o cerne do ser quilombola, porque o nosso ser está intimamente ligado ao território que nos fez Nós em vez de EU. É esse território que nos molda, nos une, que conta e recria nossa história, que autora Mariléa de Almeida contempla quando diz:

Quando relaciono a valor afetivo que atravessa os territórios quilombolas aos ataques sofridos por aqueles que nele vivem, podemos dizer que o direito a topofilia, tal qual passada por Bachelard, é também algo pelo qual se luta. Nas experiências quilombolas, o território tem valor simbólico, afetivo, histórico e existencial. Por isso, a perda dos laços comunitários é o primeiro passo para o enfraquecimento do grupo. Torna-se assim, fundamental a manutenção de espaços de troca para que determinados modos de viver e determinados afetos sejam partilhados (Almeida, 2022, p. 292).

Não desejo aqui romantizar a experiência do ser quilombola com o algo utópico, no sentido de inexistência de conflito ou desentendimentos, pelo contrário, nos quilombos os sentimentos de desacordos e divergências acontecem, afinal, somos dinâmicos, diferentes. Porém, o que prevalece é o sentimento de pertencimento ao grupo, a família, o bem-estar de todas e todos, o respeito à nossa história e memória, aos que vieram antes e aos que virão.

Agora sigo para o que entendo como *soberanias do fazer*: aqui englobo as práticas do passado e do presente do quilombo de Batoque que foram essenciais para a garantia do seu sustento no território, tais como as apresentadas a seguir:

Jojó, agora, é diferente do passado. Aqui no Batoque, tudo enquanto era feito aqui no Batoque. Porquê, olha, o surrão<sup>44</sup> ninguém comprava, porque todo mundo fazia trança [...] o papai fazia trança. Os mais velhos, tudo sabe fazer trança de surrão. Aí, fazia o surrão para usar aqui no Batoque. A mamãe sempre fazia louça, a mãe Paz é quem fazia a louça também, as duas faziam, porque a mãe Paz foi que ensinou a mamãe a fazer (Cordeiro MFN, 2023).

---

<sup>44</sup> Sacola ou bernal de couro/palha que serve para carregar objetos como sementes. Os que eram produzidos no quilombo de Batoque não eram feitos de couro, e sim de palha de camaúba trançada, tipo de árvore muito presente no quilombo, tendo sido algumas espécies plantadas por nossos antepassados.

Antes de discorrer sobre as duas atividades mencionadas, gostaria de me deter primeiramente no início da fala de tia Fátima “Jojo, agora é diferente do passado, aqui no Batoque, tudo enquanto era feito no Batoque”. Sua fala expressa a saudade de um passado que, no seu ponto de vista, apesar das dificuldades da época, era também cheio de autonomia pois os quilombolas sabiam se utilizar de inúmeras técnicas para lidar com as situações cotidianas, técnicas que podem parecer arcaicas e ultrapassadas frente a uma economia imediatista que se preocupa somente com o produto final, e não com o caminho percorrido para fazê-lo. Não se trata de não reconhecer as melhorias de vida no que se refere a políticas e programas sociais, mas o saudosismo na fala também é um aviso para nós, enquanto geração neta, não esquecermos de que no quilombo tudo podia ser feito, que nossas praticas ancestralmente adquiridas devem continuar presentes, mesmo que de forma atualizada. afinal “a gente vivia sem precisar de comprar surrão, como agora, comprar capanga. Não comprava. Porque por aqui mesmo tem quem sabe fazer” (Cordeiro MFN, 2023).

A primeira prática mencionada é a confecção de surrão, que, em Batoque, tinha como matéria prima principal a palha de carnaúba. Boa parte dessas palmeiras, que se encontram em quantidade em nosso território, foi plantada por nossos antepassados. Até os dias atuais, o artesanato com essa planta ainda é praticado na comunidade, na produção de chapéus. As artesãs são maioria, mas ainda há alguns homens que também participam do processo, que vai desde riscar a palha até os entrançamentos “carreiras” que dão formato ao chapéu. Com a palha não utilizada na preparação do chapéu, é possível fazer vassouras. Essa produção serve tanto para o uso local quanto para a venda, o que auxilia na renda familiar.

Porém, nos últimos anos uma parte considerável do território onde se localizam os carnaubais foi apropriada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), sob a justificativa de que seria uma área sob risco de cheia do açude Taquara. Ou seja, nosso acesso a algo que nos pertence foi interrompido, dificultando uma prática que foi passada de geração em geração. Segundo a cartilha entregue pelo DNOCS, o acesso só seria viável mediante contrato de arrendamento, o que desrespeita as nossas especificidades e direito ao território. A comunidade ainda tentou seguir pelo caminho do contrato, mas isso não foi bem sucedido, o que é uma contradição, para dizer o mínimo, afinal, quem precisa pedir ou pagar para entrar na própria casa? O Estado por meio de suas inúmeras ramificações sempre tenta cercear nosso modo de vida. Ele quer nosso território que, para eles, é produto/ bem/capital.

A segunda prática mencionada é a produção de louças feitas de barro. No passado, os copos, pratos, potes eram feitos dessa forma. Da argila/barro também eram produzidos telhas e tijolos, no território até já existiu uma olaria. Era posse de um dos autointitulados proprietários e

muitos quilombolas trabalharam lá, porém, poucos puderam confeccionar para si telhas e paredes de suas casas. Somente as gerações mais recentes, leia-se aqui, dos últimos 70 anos, puderam utilizar essa habilidade em benefício próprio, na construção de suas habitações. Na história do quilombo, um dos mais famosos oleiros foi Mestre Pedro, filho de Joaquim e mãe Paz.

Dando continuidade às práticas *do fazer*, vejamos um exemplo de como eram tingidas as roupas com aroeira:

Ela tirava um bocado de folha de aroeira e cozinhava a aroeira<sup>45</sup> com a roupa de qualquer cor. Não importava a cor, se era estampada ou vermelha, de qualquer cor a roupa. Aí, ela botava, quando tirava aquela roupa, ela ficava mexendo a roupa dentro do cozimento. Cozinhando a roupa dentro da coisa de aroeira, aí ela deixava, ela cozinhava num dia e deixava de noite. Quando era de manhã, a gente vinha para uma lagoinha que tinha perto de casa, com lama normal mesmo, aí, ela ia e botava lama na roupa todinha. Aí, ficava secando. Aí, quando secava, ela tirava, a roupa já estava quase preta. Aí, ela tornava a fazer o mesmo procedimento, e botava outra vez, aí ficava preta de verdade porque, antigamente, todo mundo que quando morria um parente, eles botavam luto. Aí, era muito... muita gente que morria, aí era muita roupa que chegava lá em casa, para a mamãe tingir [...] Na primeira vez, se fosse a estampada, se a roupa fosse azul, não precisava botar, porque já ficava preta. [...] Agora, homem usava era um laço no bolso. Laço preto no bolso para final de luto. E era assim que a mãe fazia. E era quase todo tempo, porque morria muita gente também e botava, todo mundo de luto, a mãe sempre fazia, ela sempre tingia a roupa desse jeito (Cordeiro MFN, 2023).

O trecho acima, além de nos falar de algo relacionado ao tingimento de roupas, também aponta os comportamentos relacionados ao momento de luto. No Batoque de hoje, a vivência do luto não se rege pelo uso da roupa preta, a partida/encantamento de um de nós ainda se configura como um momento muito triste e complexo, mas, em nossos rituais de despedida, o preto não é a cor que fala sobre isso, usamos uniformes de time e abadás de capoeira entre outros símbolos que fazem lembrar tudo em que a pessoa fazia parte quando estava neste plano, tudo o que ela gostava de fazer. Sofremos juntos e nos alegamos também.

Pensando ainda no universo de roupas, destaco aqui a produção de sabão, que, nos tempos de mãe Paz, era feito com sebo e potassa, e que, atualmente, é feito com uma mistura de potassa e qualquer gordura animal, de preferência reutilizando óleo de cozinha. Mas o que realmente chama atenção na produção de sabão é a ritualística necessária. Segundo a tradição, nem todo mundo tem a mão boa para fazer sabão, e é preciso ficar em um lugar silencioso e não haver interrupções durante seu fabrico. Outras pessoas não podem chegar perto, nem falar próximo ao sabão, para que não estrague. Por isso, as mulheres preferem fazê-lo à noite, quando todos estão dormindo; se decidem fazer durante o dia, toda a casa fica de sobreaviso para que ninguém se aproxime ou fale alto.

---

<sup>45</sup> Árvore com propriedades medicinais.

A confecção de objetos para pesca também é algo que permanece, mesmo que em menor escala, em Batoque. Temos os mestres Chico Leão, Cicero leão, Claudio Leão ainda confeccionando landuás e tarrafas. Como os próprios nomes indicam, eles são parte da família batoqueira que tem ascendência indígena, sendo assim, suas habilidades tanto na produção quanto no uso desses objetos são reconhecidas em toda comunidade.

O último exemplo que desejo dar no que compete à soberania *do fazer* são as práticas dos mutirões, já mencionadas nesta dissertação. Reforço tal questão enquanto uma soberania, uma vez que os mutirões se configuram como uma das nossas ferramentas de auto gestão dentro do quilombo. Os mutirões funcionam para tudo, para o plantio do roçado, para a construção de casas, para a limpeza da comunidade, para organizar e executar nossas atividades de diversão. Eles incluem homens, mulheres, jovens, crianças, a depender da demanda. Nos mutirões, há o compartilhamento da comida, a merenda é coletiva, cada um traz um pouco, e quem não tem come do mesmo jeito, afinal, é partilha e não troca. A comida é sagrada, a comida junta, festeja.

Figura 10 – Mutirão no roçado



Fonte: Acervo da ARCQUILOMB

Figura 11 – Mutirão para construir casa



Fonte: Acervo da ARCQUILOMB

Agora me deterei a falar sobre as *soberanias do cuidar e curar*. Considero-as entre as mais potentes soberanias, não só em Batoque, mas em outros quilombos e povos indígenas com os quais estabeleci relações de confluência e transfluência. Essas soberanias são a junção precisa de corpo, da dimensão espiritual e do território, trabalhados de forma conjunta e indissociável, pois a cura vem tanto dos remédios colhidos no mato quanto das orações proferidas. Um novo bebê não é fruto unicamente do útero da mãe que o carrega, mas de toda a rede que inclui a parteira que o ajuda a vir ao mundo, as mulheres que compartilham seu leite para nutri-lo, os idosos que lhe contam histórias, as outras crianças que se tornam sua companhia de brincadeiras, os jovens que são irmãos e irmãs mais velhas, o quilombo, que recebe, acolhe e ama.

Inicialmente, falo de figuras de muita importância, as parteiras. No Quilombo de Batoque as primeiras mais conhecidas foram mãe Paz e sua filha, mãe Cunhã. Ambas aprenderam esse ofício como mãe Raimunda, uma das filhas do casamento de nossos ancestrais Joaquim e Mariana. Muitas das batoqueiras que vivem no quilombo chegaram ao mundo pelas mãos de parteiras, essas mulheres que carregavam conhecimentos que iam da prevenção de doenças até o alívio e cura dos males. Suas habilidades com o nascimento as faziam figuras essenciais para a comunidade. Tia Cunhã ainda é lembrada em Batoque como uma das melhores parteiras da região, sua filha nos conta um pouco a respeito:

Quando perguntavam à grávida, quem vai pegar teu menino? Ora, é a tia Cunhã! Vou mandar pegar, chamar a comadre Cunhã. A comadre Liduina **dizia**: Deus defenda de ninguém pegar se não for a tia Cunhã, por aqui tudim, pela vaca seca, pegou os meninos tudim [...] eles vinham buscar ela qualquer hora da noite, com chuva (Cordeiro MFN, 2023, grifo meu).

As habilidades de tia Cunhã são reconhecidas e contadas por todos os batoqueiros, principalmente pelas mães que tiveram seu auxílio para trazer filhos ao mundo. Seu conhecimento enquanto parteira causavam encantamento e respeito de todos que a conheceram, na citação a seguir é possível vislumbrar como eram os seus dons:

A mãe descobria até o que era o menino, como era o menino. Se o menino tava sentado ou não, se ela pegasse a barriga, ela conhecia a mulher grávida [...] Ela pegou na minha barriga. Ela pegava e dizia... Eita, que menina grande! É Menina, essa aqui é nutri da! Ela era mais que um ultrassom, ela chegou a pegar na barriga da minha filha. Ela ainda chegou a fazer isso. E disse que ela tinha muita água na barriga. E era verdade. Até porque a menina, ela tinha até uma bolsa rota. Tinha que ter cuidado com ela. Porque ela pode ter a bolsa rota. E o que é isso? Derrama antes da menina nascer. E não é bom. O que é que pode acontecer? O que é que pode acontecer? O menino não pode ficar. É como quem está dentro de um açude. Ele está dentro da água. Ele não pode ficar, senão ele fica sem respiração. Aí agora é oxigênio, né? Mas sem poder respirar. Porque a água... Ou ela pode pegar, beber a água sem querer. Tomar no nariz. Nunca durante a vida uma mulher morreu de parto nos poder da mamãe (Cordeiro MFN, 2024).

De fato, ao longo da história do quilombo de Batoque nenhuma mulher morreu de parto ou por complicações decorrentes de uma gravidez. As parteiras que exerceram sua profissão dentro do território se utilizavam de vários mecanismos físicos e espirituais para garantir a segurança tanto da criança quanto da mãe, e esses cuidados não terminavam com o nascer do bebê, como bem pontua a autora Ana Célia Barbosa Guedes (2020) em seu trabalho *Mulheres e parteiras: saberes e cuidados num quilombo da Amazônia*, em que diz:

As parteiras não se preocupam apenas com o momento do parto, mas também com o período posterior, o puerpério. Elas acompanham as parturientes por várias semanas, por saberem da importância de se cumprir os quarenta dias de repouso (o resguardo), fundamentais para a recuperação completa da mulher (Guedes, 2022).

As recomendações das parteiras de Batoque para o período de resguardo consistiam em não comer comida reimosa, como carne de porco, cumatã e cajá, não tomar sustos, não praticar atividades sexuais, domésticas ou agrícolas que necessitassem de muito esforço físico. A mãe da criança deveria comer bem, de preferência feijão e carne de galinha. Era costume, inclusive, criar capões<sup>46</sup> para o período de alimentação das paridas, para ficarem fortes e produzirem leite.

Todo cuidado era essencial nesse período tão delicado, porque “resguardo quebrado não pode ser remendado” (Cordeiro MFN, 2023). Esse quebrar acarreta muitos malefícios para as mulheres, como dores de cabeça, calafrios e instabilidade psíquica e emocional. “Os saberes das parteiras são resultados das práticas cotidianas, derivados de aprendizagem intergeracionais [...] Mas também é fruto do desafio dessas mulheres diante da vida e da morte, já que muitos partos eram/são bastante complicados” (Guedes, 2022).

A última parteira a exercer a profissão em Batoque foi tia Cunhã, e a última criança que contou com seus trabalhos está com 25 anos de idade. Tal realidade gera inquietação, pois o fato de nenhuma mulher dar continuidade a essa função levanta inúmeros porquês. Ademais, esse não é um fenômeno restrito ao Batoque, e sua ocorrência muito provavelmente se relaciona a mudanças no panorama do serviço de saúde brasileiro, o que me faz questionar: há ligação com o crescente número de partos cesáreos no país (segundo o Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF –, o Brasil ocupa o segundo lugar mundial na realização desse tipo de parto<sup>47</sup>)? É possível que o menosprezo por uma medicina dita “não oficial” também corrobore para isso? Como essa realidade afeta o modo de vida de povos e comunidades tradicionais? Como pensar estratégias para que as mulheres quilombolas se apropriem desse conhecimento que nos é tão caro e essencial?

As mulheres do quilombo de Batoque vivem na dualidade de realidades durante suas gestações: à medida que fazem o pré-natal com médicos e cumprem as recomendações solicitadas, como exames, ingestão de ácido fólico, dieta etc., também continuam a aplicar os conhecimentos e advertências deixados pelas parteiras com relação à comida e aos cuidados para antes e depois do parto. Embora a figura da parteira já não seja corporificada em alguma quilombola, seus saberes e ensinamentos alcançam todas as mulheres da comunidade, porque existe uma rede de solidariedade e afeto feminino (mães, tias, netas, primas, avós, irmãs) que tornam o ato de gestar/parir uma ação coletiva.

---

<sup>46</sup> Ave masculina (pinto) criada com o propósito de ganhar peso para alimentar, não era usados para reprodução.

<sup>47</sup> UNICEF, 2021.

O segundo aspeto sobre o qual gostaria de falar no que concerne à *soberania de cuidar e curar* são as rezas e, por conseguinte, os rezadores/benedores. Esse ofício é muito presente e fundamental dentro do quilombo, pois mesmo as doenças do corpo podem ter uma causa espiritual. Na cultura da benzeção, o corpo não se separa do espírito, portanto, as doenças físicas são tratadas como males espirituais (Mendes; Cavas, 2017).

As rezas servem para situações mais comuns, como os casos de quebrantes, vento/espinhela caída e torções, e também para questões mais graves ou complexas, como fogo selvagem, hemorragia e adivinhação. Adivinhações eram as orações destinadas a saber se algo ia ou não acontecer, fosse uma viagem, um parto, ou o resultado de uma partida de futebol. A oração tinha por objetivo saber se daria certo ou não, se seria fácil, se seria seguro. Em Batoque essa reza era utilizada por mãezinha Cunhã para saber principalmente sobre o resultado das partidas de futebol. Antes de seu falecimento ensinou para sua filha, que a compartilha abaixo:

É o rosário de Cristo. Você reza quinta-feira. Digamos, os meninos vão jogar domingo. Quinta-feira, ela rezava os rosários de Cristo. Elas rezam as quintas-feiras. Ela reza hoje para domingo. Para saber se o menino iam ganhar ou não. Se o menino fosse ganhar ou fosse acontecer qualquer coisa, ela dizia. Chegou a acontecer aqui mesmo. Eu fui até sem quinta-feira. Porque os meninos foram atrás de mim. Para pedir que eu pedisse a mamãe. Mandar reza a oração para ver se nós ganhamos. Porque era decisão [...] Aí quando foi pertinho do jogo eu fui lá. Fiquei lá, arrudiano, querendo perguntar, [...] Eu falei, mãe, você não chegou a rezar o terço não? Eu rezei, vai ter uma atrapalhadinha. Muito pouca, mas eles vão ganhar. E teve. Neste dia, teve um jogador daqui que deu uns tabefes no juízo. Aí quando eles chegaram (do jogo) Ela perguntou: Ganharam? Ganharam. Aconteceu alguma coisa (perguntou novamente)? Sim, o juiz estava roubando (Cordeiro MFN, 2023).

Qualquer que fosse a finalidade, as rezas necessitavam de um processo de ritualização que deveria ser respeitado e seguido, seja na escolha do dia da semana, na quantidade de vezes que a oração devia ser proferida ou no uso de folhas para o benzimento, como as folhas de pião roxo usadas, principalmente, nas rezas contra quebrante em crianças.

As frases e versos entoados evocam, em sua maioria, santos e nomes ligados ao catolicismo, porém, os outros elementos como as folhas, o uso de animais e o objetivo (adivinhação por exemplo), destoam, conflitam e até são hostilizados por essa religião cristã. Mendes e Cavas (2010) ao pesquisarem sobre *Benedeiras e benedeiros quilombolas – construindo identidades culturais*, concluíram que uma das possíveis explicações para tal é:

Às práticas tradicionais empregadas pelas benedeiras e benedeiros quilombolas na promoção da cura e proteção, alia-se uma religiosidade sincrética pelas influências culturais das matrizes africanas, católicas e indígenas, produto dos contextos históricos específicos que marcam o povo brasileiro. O sincretismo religioso atribuído às mulheres e aos homens benedeiros quilombolas, não se dá na mesma medida para todas e todos, mas as primeiras observações do campo revelaram que maioria delas e deles se declara pertencente à religião católica, embora suas práticas, as imagens dos

santos canonizados ou não, além das representações de outras divindades mantidas em seus âmbitos domésticos, demonstrem a convivência pacífica entre elementos de proveniências religiosas diversas. (Mendes; Cavas, 2017, p. 4).

Concordo em parte com o que foi dito acima. Concordo no que se refere à influência/confluência com outros povos, no entanto, o que está caracterizado como sincretismo eu analiso enquanto estratégia de subversão ao sistema religioso imputado. Embora nosso povo “oficialmente” se declare católico, o nosso fazer espiritual não se restringe a uma dimensão de fé única e cosmo-fóbica, que teme todas as outras vidas, que se hierarquiza diante dos outros seres e forças. Em Batoque há quatro rezadores, duas mulheres, Fransquinha Rosa e tia Quinora, e dois homens, Mauro e mestre Chico Leão. Elas e eles estão comprometidos com o bem-estar e o cuidado da comunidade, recebem, acolhem e rezam em todos os que buscam o seu auxílio.

Concluo a apresentação das soberanias de *curar e cuidar* com os remédios caseiros ou remédios do mato. Ao longo dos anos, o território propiciou toda a matéria prima necessária para produção desses remédios, cabia aos nossos antepassados aprender sobre seus usos. Algumas das receitas de remédios de que dispomos hoje remontam a um passado quando eram a única e eficiente alternativa para o alívio de dores, a cura de gripes, o trato de inflamações. Era/é primordial ter em sua casa, no quilombo, os ingredientes para se fazer as medicações, como nos mostra o relato a seguir:

A casca de mufumbo não faltava lá em casa, a casca de aroeira não faltava, a casca de jatobá não faltava, a casca de cajueiro não faltava, a casca de ameixa não faltava [...] Todo tipo de casca. E ela amarrava (mãe) com palha com um nó diferente para saber qual era o tipo da casca. Porque aroeira e ameixa se parecem a casca. E ela amarrava. As cascas de jatobá eram para a gente extrair o dente se tivesse que sair muito sangue, aí um bocado a gente botava na boca e tomava um pouco com água, para tomar mesmo, ele bebia. E fazia um cozimento para parar de sair sangue junto com a casa de aroeira (Cordeiro MFN, 2023).

Era importante ter uma variedade dessas cascas/plantas em de casa, elas serviam para chás, cozimentos, lambedores, garrafadas. As formas de transformar essas meterias primas em remédios diferentes procedimentos, como neste caso:

a mãe fazia um remédio para mulher de casca de mufumbo, porque ela tirava a casca, raspava, botava dentro de um litro e enchia de água e enterrava lá no muturo, aí passava três dias, aquela garrafa enterrada, aí com uns três dias ela tirava, só que ela vinha escumando, aquela coisa [...] ai era feito para mulher [...] ela disse casca de mufumbo para mulher que tiver com inflamação, com qualquer coisa pode tomar a casca de mufumbo, que ela cura tudo, agora quando a mulher é mais idosa ela não pode tomara aroeira, só pode tomar a casaca de mufumbo que é boa para todo tipo de inflamação, sara tudo e eu acredito que sara mesmo, porque quando a gente se cortava, ela raspava a rapa de mufumbo e botava em cima do corte e amarrava (Cordeiro MFN, 2023).

Havia também outras formas de cuidar e aliviar doenças crônicas, como explicado no depoimento abaixo:

Quando eu tava parida a coisa que eu mais me lembro é quando eu tinha dor nas minhas canelas, que a mãe passava cinza morna nas minhas pernas. Melhorava porque, segundo eles, era dorreumática que eu tinha nas minhas pernas, né? A maioria das vezes era por causa da frieza. Aí ela levantava e ia pegar cinza no fogo, né? No burrai chamado. O que eles chamavam era o burrai. Que já era umas horas da noite e a cinza estava só morna. Aí elas estragaram as minhas pernas e enrolaram um pano que aliviava, pelo menos (Nascimento MC, 2023).

As mulheres<sup>48</sup> são as principais responsáveis por fabricar remédios e também acabam sendo as que mais fazem uso deles: é o banho com cozimento de casca de aroeira no período do resguardo, garrafada de mufumbo e chá de unha-de-gato para inflamação, purga de batata para regular a menstruação. Esses conhecimentos transmitidos no universo feminino são denominados, por Ana Maria Eugenio da Silva e Larissa Oliveira (2020), de *saberes ancestrais matrilineares*, conceito que busca visibilizar a importância e a potência das mulheres quilombolas em seus territórios, seja nas atividades de cura, no repasse das memórias, na autogestão etc.

Muitas das mulheres de Batoque ainda conservam em seus quintais pequenos canteiros com capim-santo, alfavaca, hortelã, romã, matruz, vassourinha, babosa, quebra-pedra, entre outras consideradas plantas de uso cotidiano, para serem consumidas principalmente em forma de chá e mel (ou lambedor). Ter esse pequeno “laboratório” medicinal é uma segurança para todas, pois, a qualquer momento, alguém pode precisar de um chá para acalmar os nervos depois de receber uma notícia ruim, ou para servir em um velório, a vizinha pode estar com sua criança doente de cólica e pedir umas folhinhas de hortelã, a avó necessita de um mel de romã e babosa para combater a tosse. Esses quintais representam essa ação de compartilhamento e sociabilidade do quilombo, pois o cuidado é, acima de tudo, o exercício da coletividade.

Os remédios caseiros também podem ser feitos a partir de origem animal. As banhas de cobra, galinha e tejo são ótimas para curar e desinflamar garganta, o mel de abelha contra a gripe, a carne de juriti combate enjoos. Ao passo que esses animais servem de fonte para produção de medicamentos, são também beneficiários de seu uso:

O papai nunca vacinou um porco, ele era capador de porco, de tudo, mas eles nunca vacinaram, aqui tirava batata-de-pulga no mato e quandué e cabeça de nego que é um pau também. É um pau que é enterrado no chão e parece uma cabeça mesmo, aí essas coisas botava dentro de um caldo de feijão e botava pros porcos comerem, era a

---

<sup>48</sup> É inegável o papel e a importância das mulheres quilombolas para manutenção e proteção dos modos vidas do/no território, sendo assim, pensando e pesquisando nessa dimensão do gênero eu e a Professora Dra Marcelle de Carvalho elaboramos o artigo intitulado “Narrativas de vida sob a epistemologia do feminismo negro: Análises comparativas para pesquisa em História das Américas” que encontra-se em fase de prelo.

vacina, tinha nenhum porco que tivesse verme, nem morria, também era bom demais. (Cordeiro MFN, 2023).

Embora nesse texto tenha optado metodologicamente por falar desses elementos em separado, todas eles estão conectas pelo território, pois a existência das soberanias de SER, FAZER, CUIDAR e CURAR está implicitamente relacionado ao local que pertencemos, tanto que nossas soberanias não são exercidas em plenitude justamente porque a garantia ao nosso território está constantemente sob ameaças. Essa realidade não é exclusividade nossa enquanto batoqueiros, mas se reflete por todo o país, a negação ao que nos é de direito afeta negativamente nossas existências. Existir em soberania é uma luta antiga! E, infelizmente, não tem descanso! A violência contra nossos corpos territórios nada mais é do que a tentativa de nos deslegitimar enquanto povo detentores de sabedorias e intelectualidades.

Primeiro tentam nos vencer pela narrativa, nos condicionado à imagem dos “coitados”, “empobrecidos”, “incapazes” para, logo em seguida, justificarem sua invasão ao nosso corpo/território, utilizando-se do disfarce de salvação e desenvolvimento. No entanto, continuaremos a combater, ou melhor dizendo, contracolonizar, pois os “povos negros e indígenas civilizaram este país e não são responsáveis por ‘contribuições’ na sociedade brasileira como de uma maneira geral está inscrito na memória nacional” (Bulhões, 2018 p. 23). Enquanto uma mulher quilombola, uma batoqueira, geração neta, pertencente a uma herança circular e ancestral eu vos afirmo (aviso) continuaremos a ser/exercer/defender nosso modo de vida cosmológico.

#### **4.1 Contracolonizar é preciso: permanências, vestígios e ressignificações no quilombo de Batoque**

Eu vim da mãe África, eu vim do quilombo  
 Já fizeram tanto pra eu tombar, mas eu não tombo  
 Eu vim da mãe África, eu vim do quilombo  
 Já fizeram tanto pra eu tombar, mas eu não tombo  
 Se eu me for agora, vem meu filho atrás  
 Vem por todo lado, de lá o meu povo é muito mais  
 Tenho em mim virtudes, tenho sangue guerreiro  
 Eu propago a paz e a paz eu aconselho.

(Quilombo, Grupo Samba de Dandara)

O verbo tombar tem alguns significados, entre os quais, derrubar, fazer cair, curvar. Para mim, na letra da música acima, tombar se relaciona ao que o colonialismo tenta fazer com

os outros povos, através de seu projeto de colonização, esta entendida conforme a definição criada por Nêgo Bispo (2021), que diz:

Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. (Santos, 2021, p. 35).

Bispo também analisa esses colonizadores a partir de sua matriz cultural. No que concerne à religiosidade, classifica-os como eurocristãos monoteístas, que acreditam em um Deus “onisciente e onipresente, portanto único, intangível, desterritorializado, acima de tudo e todos, tende a se organizar de maneira exclusiva, vertical e/ou linear” (Santos, 2021, p. 29). Essa relação hierarquizada com seu Deus concorre para que os colonialistas vejam a terra como uma maldição, lugar de trabalho árduo e castigo. Assim, eles disseminam entre si e nas regiões por eles invadidas a *cosmofobia* que “é o medo, é uma doença que não tem cura, apenas imunidade” (Santos, 2023, p. 19).

Felizmente a imunidade contra a cosmofobia existe, sendo ela a contracolonização, obviamente exercida pelos povos contracolonizadores. Foi com a pensadora quilombola Givânia Maria da Silva, de Conceição das Crioulas que aprendi o seguinte: “a colônia ameaça o quilombo. Mas, o quilombo ameaça a colônia”. Bispo chega ao entendimento de que a contracolonização são “todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contracolonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (Santos, 2021, p. 35).

Ele também analisa os povos contracolonizadores através de uma matriz cultural, atribuindo-lhes, nesse aspeto, características de pagãos politeístas, ou seja, são grupos que acreditam e reverenciam vários deuses e deusas, sobre os quais o autor comenta:

Pluripotentes, pluricientes e pluripresentes, materializados através dos elementos da natureza que formam o universo, é dizer, por terem deusas e deuses territorializados, tendem a se organizar de forma circular e/ou horizontal, porque conseguem olhar para suas deusas e deuses em todas as direções. Por terem deusas e deuses tendem a construir comunidades heterogenias, onde o matriarcado e/ou patriarcado se desenvolvem de acordo com os contextos históricos (Santos, 2021, p. 30).

Ao contrário dos colonialistas, os povos contracolonizadores possuem uma relação íntima e profunda com a terra pois ela “era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com a necessidade de cada um, só sendo permitido acumulação em prol da coletividade” (Santos, 2021, p. 35-36). As divindades em que acreditam e cultuam eram/são partes integrantes da natureza que os cerca, são os mares, as árvores, os rios, o vento. Esses grupos vivenciam o mundo através de uma

cosmovisão, “uma linguagem universal, compartilhada e entendida por todos os viventes – pessoas, gado, plantas” (Bispo, 2023).

Ao longo da história os povos colonizadores e contracolonizadoras aparecem em diferentes contextos de luta, os colonizadores em seu processo de dominação e os contracolonizadores na defesa e garantia de seus modos de vida. Um exemplo importante é o processo de exploração por portugueses, espanhóis, holandeses, ingleses, franceses e tantos outros europeus de *Abya Yala*<sup>49</sup>. No caso mais específico de *Pindorama*<sup>50</sup>, depois apelidada de Brasil, usarei os portugueses enquanto representantes dos colonizadores (embora saiba que não são os únicos) e, como representantes dos povos contracolonizadores, os povos originários e africanos (afropindorâmicos).

Os portugueses, usando estratégias colonialistas, fizeram uso de uma das suas principais ferramentas: nomear para domesticar. Por exemplo, os colonizadores nomearam “índios” a toda diversidade de povos que aqui viviam, com o objetivo de homogeneizá-los e enfraquecê-los. No entanto, como forma de contracolonizar, os povos que descendem desses mesmos grupos nos dias de hoje optaram por abolir o termo índio e se autodeterminarem enquanto indígenas ou povos originários. Outro exemplo, que trago diz respeito aos negros trazidos de África. Os colonizadores nomearam eles e elas de escravos, no intuito de coisificá-los e inferiorizá-los. Valendo-se também da contracolonização, as negras e os negros adotaram o termo escravizado em vez de escravo, e afrodiáspórico no lugar de traficados. Obviamente, a luta entre colonização e contracolonização não se resume à esfera semântica, porém é inegável o papel das palavras nas “guerras das denominações” (Santos, 2021, p. 41).

A guerra de denominações ainda está em curso, mesmo contados já 524 anos de invasão europeia na América, lembrando-se que a história dos povos originários e dos sequestrados de África é muito mais antiga do que essa data. Para Bispo, as denominações mudam tanto no nível do sujeito quanta na esfera da organização social. Colonizadores: portugueses, império ultramarino, república, estado de direito. Contracolonizadores: quilombos, agrupamentos messiânicos, comunidades tradicionais. A oposição entre os propósitos desses grupos ainda se mantém, especialmente no que diz respeito à terra que, para

---

<sup>49</sup> Palavra de origem Kuna, povo originário do Panamá e Colômbia, cuja tradução seria “terra madura”, “terra viva”, “terra que floresce”. Sinônimo de América, *Abya Yala* é o termo que as organizações e instituições de povos indígenas adotaram para se referir ao continente americano, de acordo com o documento Povos Indígenas nas Américas (*Abya Yala*), publicado em 2017 pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), (National Geographic, 2023).

<sup>50</sup> Palavra de origem tupi-guarani que, em português, significa “terra das palmeiras” ou “terra livre”. Esse era um dos nomes utilizados para denominar o território que hoje é conhecido como Brasil (Vortexmag, 2024).

os colonizadores, nada mais é do que uma mercadoria a ser invadida, explorada, poluída, e que, para os contracolonizadores, é sagrada, fonte de vida, necessária para existência do coletivo.

Apresentarei, a seguir, elementos e eventos do quilombo de Batoque que considero formas de contracolonização, entendendo que contracolonizar abrange muitos aspectos da vida em um quilombo: práticas cotidianas, expressões culturais e embates físicos para a defesa do território. Ou seja, são todos os momentos em que asseguramos o nosso modo de vida. No tópico anterior já descrevi práticas de soberanias que também convergem para estratégias contracolonizadoras, agora me dedicarei em outros pontos que convergem de forma mais direta ao que proponho neste momento.

O primeiro exemplo que trago de contracolonização é a prática de futebol no quilombo. Compreendo que, a princípio, essa prática cultural teve mais relação com os povos colonizadores, tanto por sua origem europeia quanto por suas “regras estáticas e pré-estabelecidas” (Santos, 2021, p. 32). No entanto, o futebol praticado no Batoque passou por um processo de reedição, já não segue a fórmula nem aos moldes que inicialmente foram incutidos. A respeito de como começou essa atividade na comunidade, tio João Chico nos conta:

O time daqui é antigo, desde os mais velhos, desde os mais velhos que já se foram, todos que já foram, todos, eu posso dizer que já foram eles todos, o derradeiro que tinha era o compadre João Mariano, que eu sei, do tempo mais velho, já se foi embora também. O time daqui é antigo, ele bolou sempre na comunidade daqui até a vaca seca, da vaca (Cordeiro JF, 2023).

O jogo de futebol em Batoque remonta a cerca de 100 anos, um intervalo de tempo considerável, ainda que não seja tão antigo quanto a prática do luruá (prática que envolve dança e defesa pessoal, utilizando-se de cacetes de madeiras, na maioria das vezes, da árvore jucá; os participantes formam uma roda e entoam canções, à medida que atacam e se defendem uns dos outros com as varas de madeira). A reedição do futebol em nosso território tem as seguintes características: lá, todos jogam, mulheres, homens, crianças, jovens, veteranos, não há exclusão de nenhum grupo, do mesmo jeito que é importante para a criança também será para o idoso, assim como as mulheres brincam também os jovens se divertem. Nossos campos ocupam diferentes espaços do território, às vezes mais para dentro do mato, às vezes mais próximos das casas.

Figura 12 – Botafogo de Batoque, década de 1990



Fonte: Acervo pessoal.

Quanto há jogos fora do quilombo, toda a comunidade vai junto para apoiar, torcer e defender nosso(s) time(s), não importa se são os homens, as mulheres, os mirins ou veteranos em campo, todas as famílias estarão apoiando. O quilombo precisa estar junto, em partidas assim há sempre muita rivalidade por parte dos times da cidade de Pacujá, que, historicamente, nos enxergam de forma inferiorizada, como explica o relato abaixo:

Eles não querem perder pra cá, eles não querem ser menos do que os daqui, e nenhum daqui quer ser menos do que os de lá. É os únicos negro que têm essa coragem de dizer como vocês sabem [...] Acho que ele não gosta daqui é porque a gente não se rebaixa a eles. É só por causa da gente ser negro mesmo, achar que tem que ser mais ruim do que eles. Não é que lá no time deles não tenha negro, mas é da cidade. Olha, torcida é uma das partes boas. Qual é a vantagem que nós temos ali? Além da gente jogar com vontade pra vencer, nós temos uma torcida guerreira (Cordeiro JF, 2023).

Assim, o futebol, quando praticado dentro do quilombo, é um momento de brincadeira e fortalecimento de laços intergeracionais; quando é praticado fora, é uma forma de afirmação de uma identidade negra, quilombola, que não se envergonha, que não recua, não se trata de onze jogadores em campo, é toda uma comunidade em posição de luta e autoafirmação.

Figura 13 – Time Feminino de Batoque (2023)



Fonte: Acervo pessoal.

Reginaldo Cordeiro, veterano, recorda um dos momentos mais marcantes que envolveram uma partida. Na época, o time de Batoque foi campeão municipal a despeito de todas as dificuldades e do descontentamento dos moradores da cidade que estavam torcendo contra. Quando o jogo terminou, toda a comunidade saiu comemorando nas ruas da cidade, correndo, gritando e cantando. Eis abaixo o relato do mesmo:

E aí a importância de ganhar e comemorar e gritar na rua do Pacujá, eu acho que até hoje ainda escutam esses gritos, eles não esqueceram até hoje, nunca esquecerão. Aí isso aí é muito importante pra nós e principalmente pra eles lá que aí se tocaram “ah, alguma coisa mudou naquele lado lá, alguma coisa mudou”, “ ah tem alguém gritando ali mais alto que nós”. E aí de fato de alguma coisa mudou mesmo que de lá pra cá além do respeito conquistado individualmente por nêgo do Batoque, foi conquistado no geral porque lá começou a espalhar. Aí o Botafogo, que antigamente falava se só em Belmonte antigamente, tô dizendo antigamente mas nesse tempo aí, mas quando nós começamos que deram esse grito eu só me lembro do grito do Zumbi ou de alguém mais lá atrás que se libertou de vez e aí espalhou pro outro nêgo e aí outro nêgo espalhou pro outro, pro outro, pro outro aí pronto (Cordeiro RF, 2023).

É interessante como nessa memória dois cenários de presente e futuro se entrelaçam com a ideia de liberdade. É compreensível porque, para nós, povos pretos afropindorâmicos, a liberdade, assim como a de nossos antepassados, precisa ser constantemente adquirida e assegurada. Tenho ciência de que, em outros lugares, a prática do futebol associa-se a uma postura racista e individualista. Situações envolvendo jogadores negros, grandes clubes e torcidas são quase que diariamente divulgadas na grande mídia. A espetacularização das nossas dores continuamente aguça o fetiche de uma elite que adota conceitos como “racismo estrutural” sem de fato se importar com seu significado, implicações ou mesmo os passos reais para superações e enfrentamentos.

Trago, como mais um exemplo de contracolonização, a capoeira. Essa prática tem matriz afro-brasileira, o que, por si só, já nos conecta com a nossa ancestralidade. João Fagner, graduado na capoeira como professor Burrego, fala sobre a chegada dela no quilombo de Batoque:

A capoeira surgiu aqui através de um professor de capoeira chamado Siskim. Isso lá em 2007, 2007 para 2008, se não me falha a memória. Ele estava dando aula no Pacujá e aí começou a ter uma aula aqui, no Batoque, e aí, através daí, ele passou um a dois anos dando aula. E aí, ele teve que ir embora, porque eu não era daqui da região. Daí, ele foi embora e deixou eu e meu irmão responsável pela capoeira. E aí, então, a gente começou a treinar e dar aula com os meninos. E aí, não parou mais, graças a Deus. a capoeira nossa aqui sempre foi tratada de uma forma diferente. A gente sempre viu pela facilidade de aprendizado dos meninos e não só a nossa, mas dos meninos, a gente via que a capoeira já era da gente. A capoeira estava lá todo o tempo. E aí, ela já entrou aqui na comunidade de uma forma diferente (Cordeiro JFA, 2023).

Alguns pontos chamam atenção na fala de Burrego, o primeiro deles é o momento da chegada da capoeira, entre 2007 a 2008. É interessante ressaltar que, quando os meninos mais novos começaram a jogar e executar o jogo da capoeira, muitos dos mais velhos do quilombo reconheceram os movimentos como algo que eles já faziam, porém não conheciam pelo nome de capoeira. Essa “coincidência” nos dá indícios de que a capoeira pode ter sido umas das práticas que os mais antigos utilizaram, independentemente do contexto (brincadeiras ou brigas), e que, por alguma razão, ficou adormecida. Isso é de uma beleza extraordinária!

O segundo ponto que destaco diz respeito à reivindicação da capoeira enquanto nossa, como parte de nossa cultura, herança de nossos antepassados, herança que passa pelo reconhecimento do corpo, que aprende/recria os movimentos. A fala de Burrego nos traz o sentimento de que as práticas relacionadas ao nosso povo sempre darão um jeito de nos reencontrar.

Assim como no futebol, na capoeira há a presença de muitos quilombolas, independente de idade e gênero. Na comunidade, essa prática fortaleceu ainda mais nossa identidade quilombola, pois constitui uma forma de reverenciar nossos ancestrais, de falar sobre nossa história, de contra narrar a partir das letras de suas músicas; o som do berimbau convoca ao encantamento que é mergulhar e reviver a partir das trajetórias ancestrais:

Sou Guerreiro do quilombo, quilombola / Lêlêlê / Eu sou Negro dos Bantos de Angola / Negro nagô [...] / Mas olha um dia / Pro quilombo eu fugi / Com muita luta e muita garra / Me tornei um guerreiro de Zumbi / Ao passar do tempo / Pra fazenda eu retornei / Soltei todos os escravos / E as senzalas eu queimei / A liberdade / Não tava escrita em papel / Nem foi dada por princesa / Cujo nome Isabel / A liberdade / Foi feita com sangue e muita dor / Muitas lutas e batalhas / Foi o que nos despertou

(Guerreiro do quilombola, mestre Barão).

A Capoeira nos conta que nossos passos vêm de longe, que nossa ligação com os que em África permaneceram transfluíram e nos encontrou aqui, pois “quando eu venho de Luanda

eu não venho só” (Quando eu venho de Luanda, mestre Tony Vargas). Na roda, celebramos a dimensão do povo que somos;

Que venho daquela raça, que lutou pra se libertar / Que criou o maculêlê / E acredita no candomblé / E que tem o sorriso no rosto / A ginga no corpo e o samba no pé / Que fez surgir de uma dança / Luta que pode matar / Capoeira arma poderosa / Luta de libertação (Às vezes me chamam de negro, mestre Luís Renato).

Embora a Capoeira seja, fundamentalmente, uma manifestação contracolonzadora e, em Batoque, seja vivenciada de forma plena a partir de nossas matrizes ancestrais, isso nem sempre se confirma quando ela é prática em outros contextos: “a capoeira em si, fora do quilombo, é algo muito comercial. Isso aí é algo que é rentável. As pessoas vendem muita capoeira” (Cordeiro JFA, 2023). Há uma mercantilização de nossos saberes, nossos modos de vida pelo colonialismo (Bispo, 2023).

Dentro dessa mística que é proporcionada pela capoeira aos batoqueiros, gostaria de registrar o momento específico da “roda de escravos”. Essa roda acontece anualmente, no dia 20 de novembro, à noite, no campo de futebol, um espaço ao ar livre iluminado por enormes fogueiras e pela lua. É um momento que necessita de várias mãos, dos que saem na mata para buscar a lenha, dos que procuram as cabaças para confecção dos berimbaus, da organização dos instrumentos que serão tocados, berimbau, atabaque, agogô, reco-reco, pandeiro, caxixi. É um momento que, embora aconteça todos os anos, torna-se único, nenhuma roda é sentida e vivida do mesmo jeito.

Quando você está na roda, você olha em volta. Está todo mundo batendo palma. Todo mundo achando graça. É tipicamente uma roda de escravo. Porque não, nem todos os escravos jogavam capoeira. Mas todos participavam naquele momento de liberdade. Porque a capoeira é isso, né? É liberdade. Você pode não jogar, mas toca. Ou você pode não tocar, mas bate palma. Você pode não tocar, mas canta. E você pode não fazer nenhum desses itens, mas você sente. E aí pronto (Cordeiro JFA, 2023).

Ao fim da roda, serve-se aos presentes feijoada e, às vezes, vatapá. Dançamos, catamos, conversamos, nos abraçamos, rimos, trocamos afetos, “Nós não somos de paz, somos de festa!” (Santos, 2023); “as nossas festas são instrumentos de defesa das nossas práticas alimentares, pois a festa é mais forte do que a lei, o Estado não consegue quebrar os modos de vida quando eles estão envolvidos nas festas” (Santos, 2023, p. 44).

Figura 14 – Roda de escravos



Fonte: Arquivo pessoal.

Para finalizar esse tópico, trago uma experiência de organização para defesa do território ocorrida na comunidade no ano de 2012, que teve, como estopim, as eleições municipais de Pacujá. Antes que relate o ocorrido, é necessário que contextualize algumas questões.

A primeira delas é a postura que a comunidade tem perante representantes políticos ou “autoridades” locais. A comunidade dialogou seguindo o que chamarei aqui de “parâmetro da fronteira” que, em síntese, resume-se a negociar, porém, sem atravessar. O quilombo conversa, escuta e seleciona o que é ou não interessante para seu território, e isso não gera nenhuma relação de submissão ou devoção para com os candidatos ou autoridades que se apresentem, até porque os quilombolas são cientes de que nunca houve de fato um interesse real dessas pessoas em entender e contribuir com nosso grupo.

Consciente de tudo isso, a comunidade sempre se propôs a estar e atuar em espaços que julgava relevantes para a luta, e isso também se refere à escolha de quem apoiaria nas eleições municipais. Não importava se toda a cidade decidisse pelo lado A, se, para o quilombo, o que mais se aproximasse de seus propósitos fosse o candidato B, seria ele que majoritariamente teria o apoio.

Ao longo da nossa trajetória, já foram eleitos um candidato e uma candidata batoqueiros. O primeiro foi Inácio Raimundo do Nascimento, mandato de 1989 a 1992. Tio Inácio passou por um processo de campanha desafiador, principalmente se considerarmos o período em questão; à época, ele tinha até mesmo poucas roupas para vestir, e saía com ajuda de uma bicicleta para pedir voto e falar de sua campanha. Esses desafios não cessaram quando foi eleito para o mandato, com o ele mesmo narra:

Mas passei quatro anos lá, na Câmara, como um preso, prisioneiro. Porque, na realidade, lá o candidato, o vereador que quisesse ter mais uma voz ativa, assim, tinha que ser, estar lá com o prefeito, fazer o que ele quisesse, fazer o que ele mandasse, não era o prefeito administrador, era o prefeito ditador, como até hoje é. E eu, no decorrer do tempo, e vendo aquilo, aquele pessoal que votou em mim, deu voto de confiança e eu não pude fazer nada, fiz requerimento, vários requerimentos para a minha comunidade, como fiz com o telefone naquela época, que não tinha o orelhão, que não tinha outra espécie para se falar, fiz requerimento para um posto, um mini posto aqui de saúde para atender o povo nas horas da noite, quando precisasse (Nascimento IR, 2024).

Trinta e um anos depois dessa primeira candidatura, nas eleições municipais de 2020, conseguimos eleger a primeira mulher quilombola ao cargo de vereadora no estado do Ceará, Ana Lucia de Abreu, mandato 2020 a 2024. Ao trazer tais candidaturas e mandatos, desejo dar visibilidade ao fato de que o quilombo, seja na posição de eleitor ou de candidato, nunca se absteve de disputar o espaço da política, pois, mesmo sabedores dos entraves dentro dessa estrutura, utilizamos dela quando necessário para garantir nosso modo de ser e viver. Negociações e posicionamentos são estratégias ancestrais necessárias.

Sendo assim, no ano de 2012 a comunidade apoiou quase que unanimemente um dos candidatos, porém o mesmo não obteve êxito na campanha. Como forma de represália, o grupo vencedor decidiu ir às comunidades onde fora preterido, vandalizar as casas e destruir objetos. Depois de provocarem essa destruição em muitas comunidades, enviaram um aviso para o Batoque “Aí, quando a gente recebe o recado, **afinal** quem avisa a amigo é né?! Aí se juntaram todo mundo [...] Quando eles mandou o recado, **a gente** disse, pode vir” (Cordeiro MFN, 2023, grifo meu).

Quando o aviso se espalhou pela comunidade, a mesma começou a se movimentar, um dos mais velhos de Batoque, tio Inácio Joana, foi consultado sobre o que devia ser feito e o mesmo respondeu simplesmente “se eles vieram invadir, nós não deixa” (Cordeiro MFN, 2023). A partir dessa fala começa todo um processo de mobilização para defesa, envolvendo homens e mulheres que deveriam proteger o quilombo em toda a sua extensão (tanto a parte localizada em Pacujá quanto a de Mucambo). A espera pela invasão anunciada/ameaçada durou o dia e a noite, a tensão se instaurou dentro do quilombo, porém o objetivo estava explícito, proteger era regra primordial.

Durante o dia, alguns policiais, percebendo o movimento e cientes das invasões em outras comunidades devido ao resultado das eleições, vieram à comunidade observar se estava acontecendo algo, não no intuito de nos salvaguardar de ataques, mas de averiguar se seríamos nós a estar fazendo algo errado, criminoso. Como não obtiveram as respostas desejadas e nem

conseguiram decifrar nossas estratégias, foram embora. Nossa segurança não era uma prioridade, sob o olhar deles, nunca foi.

A polícia não nos protege, ela é uma das representações do Estado conivente, que, por vezes, atua diretamente ou indiretamente nosso extermínio. Suas balas sempre tentam alcançar nossos corpos, encontraram mãe Bernadete e seu filho Binho, ambos do quilombo Pitanga dos Palmares, José Alberto Moreno Mendes (Doka) do quilombo Jaibara, Gustavo Silva da Conceição, indígena pataxó, Firmino Praxede Guajajara e Raimundo Belnício Guajajara, entre tantos outros. A lista é longa: segundo levantamento realizado pela Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) e pela Terra de Direitos, entre os anos de 2018 e 2022, trinta e dois quilombolas foram assassinados<sup>51</sup>. Os números de 2023, ainda não consolidados, já se mostram aterrorizantes, tendo em vista a execução da própria mãe Bernadete. Mesmo sendo uma lista longa, é preciso ir em busca de seus nomes e trazer seus territórios, justamente porque o Estado insiste em transformá-los apenas em números.

Voltando ao episódio de Batoque, no final das contas não houve invasão, a própria polícia avisou aos invasores que não fossem, pois seria perigoso para eles. Quanto a nós, cumprimos nosso objetivo, protegemos o quilombo, e, mais uma vez, mandamos um recado para todos os colonialistas, ouçam o seguinte “Eu vim da mãe África, eu vim do quilombo, já fizeram tanto pra eu tombar, mas eu não tombo”.

Os exemplos de contracolônização aqui levantados são um espectro pequeno diante de todas as estratégias que ocorrem dentro do território e que às vezes se mostram explícitas, às vezes se ocultam. Ao longo de todos esses séculos, nós povos contracolônizadores, Palmares, Canudos, Caldeirão, Pau de colher, povos e comunidades tradicionais, juntamo-nos e rendemos, aprendemos, confluímos com próximos e transfluímos com os distantes. Preparem-se vocês, colonizadores, porque nossas armas de defesa, a memória, a oralidade, as narrativas, as lutas, a cosmologia, os saberes etc., estão em riste.

---

<sup>51</sup> Esses dados constam em uma pesquisa denominada *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*, realizada pela CONAQ e pela Terra por direitos; as informações aqui utilizadas correspondem à segunda edição da pesquisa (CONAQ; Terra de Direitos, 2023).

## 5. CONSIDERAÇÕES CONTÍNUAS

Durante a escrita desta dissertação, encontrei muitos autores e autoras com quem pude aquilombar. Com uma delas, Ana Claudia Matos da Silva, do quilombo Mumbuca, no Tocantins, entendi que *considerações finais* não contemplam os povos da circularidade. Como poderia eu dar um fim a algo, quando sou constituída de começo, meio e começo? minha ancestralidade não permite encerramentos, ela nos dá encruzilhadas, possibilidades para decidir.

Anseio que tudo que aqui foi posto, cada linha e palavra “plantadas”, desperte curiosidade, reflexão, mas, principalmente desconforto e inquietação, afinal, como posso eu não pautar uma escrita contracolonizadora sendo o Brasil ainda um país com um chicote na mão, como bem nos alertava mãezinha Cunhã? Ouvir as mais velhas é tecnologia ancestral!

Este país nutre, século após século, um ressentimento por todos os povos contracolonizadores, que resistem ao processo de dominação através de diferentes estratégias; nas rezas, nos quilombos, na capoeira, na oralidade, na ressignificação das palavras, nas aldeias, na luta pelo território, na manutenção das práticas de cura, nós persistimos, não há como prever nossos movimentos; como já dizia Bispo “todo quilombo é único”.

Na trajetória dessa dissertação, alguns conceitos tornaram-se relevantes para pensar o quilombo, entre os quais destaco a compreensão da memória atrelada a formas de resistência. A aplicação dessa premissa durante a pesquisa ajudou a revelar que as estratégias de memória não se vinculam somente à preservação de um passado, mas servem como ferramentas de lutas no presente. Os quilombolas de Batoque demonstram estar cientes dessas estratégias; durante os momentos de entrevistas/conversas, por vezes foi possível perceber como essas memórias contadas tinham objetivo, finalidade. Eles e elas, mesmo sabendo que sou também uma quilombola, entendiam que minha (nossa) escrita não ficaria somente restrita ao quilombo, que ela pretende alcançar outros espaços (universidades, governos, instituições, ONGs etc.), pois já falamos de nós para nós, e continuaremos a fazê-lo, mas, agora, é momento de nos fazer ouvir/ler por outros.

Também destaco o conceito de soberanias, colocadas aqui enquanto elemento qualificador dos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais. Essa abordagem se contrapõe à visão limitante que reduz esses povos a uma condição inferior, primitiva, ultrapassada, quando não os categoriza como exóticos ou místicos, sempre desacreditando toda a ciência própria a suas práticas de soberania. O trabalho das parteiras de Batoque, por exemplo, requer anos de intenso estudo e aprendizado baseado na observação, análise, coleta de dados, experimentação e conclusões sobre as complexas etapas de uma gestação, do nascimento e do cuidado com a mãe e o bebê.

Essas não são as mesmas etapas de um trabalho acadêmico ou de uma pesquisa vinculada a instituições, empresas? Se todos seguem o mesmo protocolo (ainda que usando outras nomenclaturas e com diferentes bases epistêmicas) por que caberia a apenas este ou aquele grupo a denominação de soberania? Compreendendo esse fenômeno, conseguimos elencar vários exemplos de soberanias de Batoque, dando-lhes visibilidade e possibilitando que mais pesquisadores venham a se debruçar sobre elas, bem como estudar e conhecer outras que se lhes assemelhem, a fim de produzir conteúdos sólidos, eficazes e, principalmente, não hierarquizados sobre os conhecimentos que essas soberanias encerram.

Este texto também provou que é possível trabalhar conceitos já amplamente conhecidos, como o de quilombo, a partir de uma perspectiva não eurocentrada, e que já importantes autoras e autores que extrapolam o círculo limitado daqueles que, por tanto tempo, se convencionou a chamar de intelectuais, restritos a certa cor, certa etnia, certo gênero. A escrita aqui defendida se propôs e trabalhou majoritariamente com autores e autoras não brancos, intelectuais negros, indígenas, quilombolas, mulheres, todos fortemente capacitados para o debate proposto, detentores de conceitos e pesquisas precisas e necessárias para o debate historiográfico feito.

A discussão sobre o quilombo de Batoque em uma perspectiva afropindorâmica feita nesta dissertação não pretende esgotar hipóteses ou dar respostas definitivas. O que fizemos aqui foi abrir um diálogo – digo “fizemos” porque essa escrita foi feita a muitas mãos, cada batoqueira e batoqueiro é responsável por ela; falo isso de um lugar concreto, ciente que nada seria possível se elas e eles não estivessem envolvidos de forma decisiva e empenhada na conclusão deste texto. Ir em busca do título de mestre pela Universalidade Federal do Ceará não foi uma decisão impensada. É muito mais do que uma resolução individual, o desejo de estar aqui atrela-se ao fortalecimento da luta do meu povo, pois ocupar espaços estratégicos para a luta é um objetivo nosso.

As universidades, historicamente, são conhecidas como espaços de poder. Colocadas nesta posição de superioridade, viram, por muito tempo, a nós quilombolas, indígenas, ribeirinhos, mulheres, ciganos, população LGBTQIAPN+, como objetos de estudo para suas pesquisas, passíveis de servir à coleta de informações para alimentar discussões em seus auditórios, onde não seríamos convidados a participar.

Mas seria injusto não reconhecer que, nas últimas décadas, esse cenário esteja mudando. Muitos iguais a mim estão adentrando os muros, seja pelo sistema de cotas, bolsas, auxílios ou quaisquer outras estratégias que habilmente os movimentos sociais criaram e pressionaram para serem executadas, porque, de fato

Não é exagero dizer que as universidades precisam muito mais desses sujeitos historicamente excluídos do que o contrário, considerando que os espaços de produção, circulação e consumo de conhecimento são plurais, não se restringindo apenas aos rituais formais consagrados nessa instituição (Santana; Jesus, 2023, p. 174).

Traduzi a oralidade/oralitura do meu povo nestas páginas a fim de que alguns elementos possam ser compreendidos com a seriedade e a urgência que demandam. Principalmente no que diz respeito ao nosso território, a celeridade na demarcação do que é nosso precisa acontecer, é irrisória a quantidade de terras indígenas e quilombolas demarcadas/titularizadas. Precisamos que o Estado brasileiro pare de “gotejar” reforma agrária e faça chover, caso contrário, nós seremos a tempestade a assolar suas casas. Como diz nossa griô Conceição Evaristo “nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonos injustos” (Evaristo, 2021).

As vozes de minhas ancestrais me conduzem para esse não fechamento, sigo nesse caminho esperando encontrar muitos outros. As histórias, soberanias e saberes de Batoque também serão contadas mais vezes, por outros quilombolas de Batoque, saber disso me causa uma enorme sensação de felicidade. Um dia me tornar geração vó e poder cuidar da geração neta, tal como foi comigo, será uma honra imensurável, que meus ancestrais me permitirão.

Dentro de mim não cabem mais silêncios  
 Por mim, pelas minhas, continuo a gritar, cantar, pesquisar  
 Nasci menina livre, que vive  
 Como poderia aceitar menos do que isso?  
 Pra mim, para os nossos, para tantos  
 Não colaboro com os engodos da escravidão  
 Afinal, quem eles pensam que são?!  
 Nos prender, acorrentar, matar  
 Não foi o suficiente para nossa história calar  
 Feitos de Natureza somos  
 Vocês não entendem isso  
 Vivem em um mundo mono  
 Somos a água que não seca  
 Somos o vento que não se prende  
 Somos o fogo que não se apaga  
 Somos o QUILOMBO!

(Joseli Nascimento Cordeiro, 2024)

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Mariléa de. **Territórios de Afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do rio de janeiro**. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 302f, 2018.
- ALVES, Mayk. **Oiticica é planta brasileira que possui inúmeros benefícios**. [s.l.]: Agro20, 20 fev. 2019. Disponível em: Oiticica é planta brasileira que possui inúmeros benefícios (agro20.com.br).
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; NOVELLINO, Maria Salet. **Alfabetização por raça e sexo no Brasil : evolução no período 1940-2000**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002. Disponível em: Microsoft Word - textos para discuss.o ENCE 012002 colorido Agradecimentos . (ibge.gov.br)
- BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRITO, Débora. **Menos de 7% das áreas quilombolas no Brasil foram tituladas**. Brasília: Agência Brasil, 29 maio 2018. Disponível em Menos de 7% das áreas quilombolas no Brasil foram tituladas | Agência Brasil (ebc.com.br).
- BRITO, Maria Lucielma Oliveira. **Ocupação e povoamento de Pacujá: história e memória – 1833-1933** Monografia (Graduação em História)-Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), 2004.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **O nascimento da CPT**. 5 fev. 2010. Disponível em: Comissão Pastoral da Terra - Histórico (cptnacional.org.br)
- COMPANHEIRO É SUSPEITO DE MATAR MULHER A PAULADAS EM PACUJÁ, NO CEARÁ. G1, 14 de dezembro de 2019. Disponível em: Companheiro é suspeito de matar mulher a pauladas em Pacujá, no Ceará | Ceará | G1 (globo.com).
- COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ); TERRA DE DIREITOS. **Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil – 2ª edição (2018-2022)**. Curitiba: 2023. Disponível em: Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil - 2ª edição - Terra de Direitos.
- CORDEIRO FR, Francisco Reginaldo. **Francisco Reginaldo Cordeiro: depoimento** [nov. 2023]. Entrevistadora: J. do N. Cordeiro. Batoque: 2023. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.
- CORDEIRO JF, João Francisco. **João Francisco Cordeiro: depoimento** [nov. 2023]. Entrevistadora: J. do N. Cordeiro. Batoque: 2023. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

CORDEIRO JFA, João Fagner. **João Fagner Cordeiro**: depoimento [nov. 2023]. Entrevistadora: J. do N. Cordeiro. Batoque: 2023. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

CORDEIRO MFN, Maria de Fatima do Nascimento. **Maria de Fatima do Nascimento Cordeiro**: depoimento [set. 2022]. Entrevistadores: J. do N. Cordeiro e L. C. do Nascimento. Batoque: 2022. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

CORDEIRO MFN, Maria de Fatima do Nascimento. **Maria de Fatima do Nascimento Cordeiro**: depoimento [nov. 2023]. Entrevistadora: J. do N. Cordeiro. Batoque: 2023. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

CORDEIRO MFN, Maria de Fatima do Nascimento: **Maria de Fatima do Nascimento Cordeiro**: depoimento [nov. 2023]. Entrevistadora: J. do N. Cordeiro. Batoque: 2023. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

CORDEIRO MSC, Maria Stephany Christine. **Maria Stephany Christine Cordeiro**: depoimento [nov. 2023]. Entrevistadora: J. do N. Cordeiro. Batoque: 2023. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

CORDEIRO RF, Reginaldo. **Reginaldo Francisco Cordeiro**: depoimento [nov. 2023]. Entrevistadora: J. do N. Cordeiro. Batoque: 2023. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

CORDEIRO TN, Teonilia do Nascimento. **Teonilia do Nascimento Cordeiro**: depoimento [nov. 2023]. Entrevistadora: J. do N. Cordeiro. Batoque: 2023. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

CORDEIRO TN, Teonilia do Nascimento. **Teonilia do Nascimento Cordeiro**: depoimento [?. 2024]. Entrevistadora: J. do N. Cordeiro. Batoque: 2024. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

CORONAVÍRUS BRASIL. **Painel coronavírus**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.

CRUZ, Felipe S M; LEMOS, Guilherme O; JESUS, Leandro S B de. **“Contra Colonizações, Soberanias intelectuais de povos indígenas, negros e quilombolas”**. in **Tecendo redes antirracistas II: contracolônização e soberania intelectual/ Leandro Santos Bulhões de Jesus, Miguel de Barros e Renísia Cristina Garcia Filice (organizadores)**. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.2.242 KB.: il. ; PDF. (Estudos da Pós-Graduação). Disponível em: 2020\_liv\_lsjesus.pdf (ufc.br).

CRUZ, Felipe S. M. **Letalidade branca: negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio**. Tese (Doutorado)-Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 219f, 2022.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Uma abordagem sobre a história da educação dos negros**. In: ROMÃO, Jeruse (*org.*). História da educação dos negros e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 200. p. 21-34.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Diferença entre Ingarana e árvores-futos**. c2006-2024. Disponível em: Ingarana ou árvores-frutos (dicionarioinformal.com.br).

DOMELES, Dandara Rodrigues. **Palavras Germinantes: Entrevistas com Negô Bispo**, identidade | São Leopoldo | v. 26, n. 1 e 2 | p. 14-26 | Jan./Dez. 2021 | ISSN 2178-437X. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/identidade> .

ENFOC. **ENFOC 16 anos: liberdade para lutar! educação para transformar!** 15 ago. 2022. Disponível em: <https://enfoc.org.br/noticias/detail/883#:~:text=A%20ENFOC%20celebra%20seus%2016,de%20Educadores%20e%20Educadoras%20Populares!> .

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Antônio Jeovane da S. Identidade quilombola e territorialidade na comunidade de Alto Alegre (CE). **Novos Debates**, v. 3, p. 37-42, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17<sup>o</sup>.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em: [Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf](#).

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola**. Brasília: 22/03/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA (UNICEF). **Estudo a OMS revela que número de cesarianas aumenta, mas desigualdade no acesso persiste**. Brasília: 17 junho 2021. Disponível em: [Estudo a OMS revela que número de cesarianas aumenta, mas desigualdade no acesso persiste | As Nações Unidas no Brasil](#).

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (*org.*). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 29-47.

GUEDES, Ana Celia Barbosa. Mulheres e parteiras: **saberes e cuidados num quilombo da amazônia. saberes e cuidados num quilombo da Amazônia**. Portal Geledés, 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-e-parteiras-saberes-e-cuidados-num-quilombo-da-amazonia/>.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v.16.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mucambo: panorama**. Brasília, DF: IBGE, c2023a. Disponível em: [IBGE | Cidades@ | Ceará | Mucambo | Panorama](#).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pacujá: história & fatos**. Brasília, DF: IBGE, c2023b. Disponível em: [IBGE | Cidades@ | Ceará | Pacujá | História & Fotos](#).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pacujá: panorama**. Brasília, DF: IBGE, c2023c. Disponível em: [IBGE | Cidades@ | Ceará | Pacujá | Panorama](#).

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (IPEAFRO). Personalidades: **Abdias Nascimento**. Rio de Janeiro: [s.d.]. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/personalidades/abdias-nascimento/>.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MATO GROSSO DO SUL. **Em hidrografia, o que é cabeceira?** Mato Grosso do Sul: [s.d.]. Disponível em: Instituto MS ([ihgms.org.br](http://ihgms.org.br)).

JESUS JM, Joaquina Maria de. **Joaquina Maria de Jesus**: depoimento [set. 2022]. Entrevistadores: J. do N. Cordeiro e L. C. do Nascimento. Batoque: 2022. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

JESUS, Leandro S B de; MARQUES, Patrícia de Barros. Conhecimentos tradicionais, ensino de História e desenvolvimento: Educação escolar quilombola em debate. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [s.l.], v. 9, p. 250-271, dez. 2017. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/587>.

JESUS, Leandro S. B. de. **Imagens em Angola, Imagens da memória**: cinemas, marcas e descobertas (tempos das lutas anticoloniais, tempos das independências). Tese (Doutorado) Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 333f. 2013.

JESUS, Leandro S. B. de; CRUZ, Felipe S. M.; LEMOS, G. O. **Contracolonização e soberanias intelectuais de povos indígenas, negros e quilombolas**. In: JESUS; Leandro S. B.; BARROS, Miguel de; FILICE, Renísia C. G. (Org.). Tecendo redes antirracistas: contracolonização e soberania intelectual. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020, v. 1, p. 234-257.

JESUS, Leandro S. B. de; MARQUES, P. Conhecimentos tradicionais, ensino de história e desenvolvimento: educação escolar quilombola em debate. **Revista ABPN**, v. 9, p. 250-271, 2017.

JESUS, Leandro S. B. de; SANTANA, Elisângela O. História da África, diáspora e perspectivas emancipatórias: pesquisa, ensino e movimentos sociais no Brasil e na África do Sul. **Revista História Hoje**, v. 12, p. 39-64, 2023.

JESUS, Leandro S. B. de; SANTANA, Elisângela O. Universidades, ações afirmativas e descolonização dos currículos. In: JESUS, Leandro S. B. de; RIBARD, Franck Pierre Gilbert (org.). **Nós na universidade**: negros, indígenas e quilombolas entre negociações, afirmações e disputas. 1ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2023, p. 165-178.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LETRAS. **Nina Oliveira**. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: Nina Oliveira - LETRAS.MUS.BR.

MAGALHÃES, Nancy Alessio. Narradores: vozes e poderes de pensadores. In COSTA, Cléria Botelho da; MAGALHÃES, Nancy Alessio (Org.). **Contar história, fazer história** – história, cultura e memória. Brasília: PPGHIS/UnB; Paralelo 15, 2001, p.85-107.

MAPA CULTURAL DO CEARÁ. **Patrícia Adjokè**. Fortaleza: 2023. Disponível em: Mapa Cultural do Ceará-Patrícia Adjokè-Mapa Cultural do Ceará ( [Secult.ce.gov.br](http://Secult.ce.gov.br)) [↗](#).

MARQUES, Raquel de Abreu. **Memórias do Rosário da Lapa**. Monografia (Graduação em História)-Curso de História, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 52f, 2009.

MARTINS, Leda **Afrografias da Memória**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 25, p. 55-71, 2003.

MAYER, Joviano Gabriel Maia. **De pé na encruzilhada**: por uma cartografia contracolonalista. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU), Belo Horizonte, 350f, 2020.

MBEMBE, Achille. **Sair da Grande Noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Tradução Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. 256 p.

MENDES, Dulce Santoro; CAVAS, Claudio São Thiago. Benzedeiros e benzedoras quilombolas – construindo identidades culturais. **Interações (Campo Grande)**, [s.l.], p. 3-14, 16 fev. 2018. Universidade Católica Dom Bosco.

MORAIS, Oriel Rodrigues de; SILVA, Liana Amin Lima da. “Racismo ambiental, colonialismo e Necropolítica: Direitos territoriais quilombolas subjugados no Brasil”. In **Ensaio sobre Racismos. Pensamento de fronteira**/Emanuel Fonseca Lima, Fernanda Fernandes dos Santos, Henry Albert Yukionasakashima, Losandro Antonio Tedeschi (organizadores). Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul/Uems. 2019. Disponível em: [Racismo\\_ambiental\\_colonialismos\\_e\\_necrop \(2\).pdf](#).

MORGANIGUZZO. **Conceição Evaristo: a escrivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira**. Revista Catarinas., 2021 Disponível em: <https://catarinas.info/conceicao-evaristo-a-escrevencia-das-mulheres-negras-reconstroi-a-historia-brasileira/>.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte:, Oficina de Livros, 1990.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2014.

MULHER É MORTA A PAULADAS EM PACUJÁ. **CETV 2ª Edição**, Fortaleza: TV Verdes Mares, 14 de dezembro de 2019. Programa de TV. Disponível em: [CETV 2ª Edição | Mulher é morta a pauladas em Pacujá | Globoplay](#).

MUSEU AFRO BRASIL EMANOEL ARAÚJO. **Ofícios e corporações no Brasil escravocrata: ofícios e corporações no Brasil escravocrata**. São Paulo, Museu Afro Brasil, nov. 2012. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/indice-biografico/instituicoes-artisticas/of%C3%ADcios-e-corpora%C3%A7%C3%B5es-no-brasil-escravocrata>.

NASCIMENTO IR, Inácio R. **Inácio R. Nascimento**: depoimento [nov. 2024). Entrevistadora: J. do N. Cordeiro. Batoque: 2024. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

NASCIMENTO IR, Inácio R. **Inácio R. Nascimento**: depoimento [nov. 2023). Entrevistadora: J. do N. Cordeiro. Batoque: 2023. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

NASCIMENTO IR, Inácio R. **Inácio R. Nascimento**: depoimento [set. 2022). Entrevistadores: J. do N. Cordeiro e L. C. do Nascimento. Batoque: 2022. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

NASCIMENTO MC, Maria Cerli. **Maria Cerli do Cerli Nascimento**: depoimento [set. 2023). Entrevistadora: J. do N. Cordeiro. Batoque: 2023. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

NASCIMENTO MC, Maria Cerli. **Maria Cerli do Nascimento**: depoimento [set. 2022). Entrevistadores: J. do N. Cordeiro e L. C. do Nascimento. Batoque: 2022. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias de destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTI, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial; Kuanza, 1974a, p. 117-126.

NASCIMENTO, João Luís Joventino do. **Processos educativos**: as lutas das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 119f, 2014.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **O que é Abya Yala, o nome dado ao continente americano?** [s.l.]: 9 ago. 2023. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/08/o-que-e-abya-yala-o-nome-dado-ao-continente-americano>

Nêgo Bispo – Trajetórias. **Itaú Cultural**, Youtube, 20 fev. 2024. Disponível em: Nego Bispo – Trajetórias (youtube.com).

Nêgo Bispo: vida, memória e aprendizado quilombola. **Itaú cultural**, Youtube, 15 mar. 2021. Disponível em: Nêgo Bispo: vida, memória e aprendizado quilombola (youtube.com)

OUTRASMÍDIAS DESCOLONIZAÇÕES (org.). Nêgo Bispo: **um guerreiro dos saberes ancestrais**. Revista Revestres, 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/nego-bispo-um-guerreiro-dos-saberes-ancestrais>.

PAZ, Francisco Phelipe Cunha. Memória, a flecha que rasura o tempo: Reflexões contracoloniais desde uma filosofia africana e a recuperação das memórias usurpadas pelo colonialismo. **Problemata**: R. Intern. Fil. V. 10. n. 2 (2019), p. 147-166.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo; PAZ, Francisco Phelipe Cunha; SARAIVA, Luís Augusto Ferreira. **Na travessia o negro se desfaz: vida, morte e memÓria: possíveis leituras a partir**

**de uma filosofia africana e afrodiaspórica.** Voluntas: Revista Internacional de Filosofia, Santa Maria, v. 10, p. 110-127, 10 set. 2019. Fluxo Continuo. ISSN 2179-3786.

PORTAL DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA (LITERAFRO). Ensaístas/pensadores: **Clóvis Moura.** Minas Gerais: [s.d]. Disponível em: < <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1381-clovis-moura> .

PORTAL DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA (LITERAFRO). Ensaístas/pensadores: **Beatriz Nascimento** Minas Gerais: [s.d] disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1422-beatriz-nascimento> .

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO. **Histórico.** Macambo, [s.d.]. Disponível em: <https://mucambo.ce.gov.br/historico/>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ. **Dados do município: origem.** Pacujá, [s.d.]. Disponível em: <https://www.pacuja.ce.gov.br/omunicipio.php>.

PRETA SIMOA. **Instagram,** Fortaleza, 6 de julho de 2021. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CQ-UkY4DKMg/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/CQ-UkY4DKMg/?img_index=1).

RATTS, Alex .Negros e índios no Ceará: os povos considerados invisíveis. In: RATTS, Alex. **Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas.** Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2009. 123p.: (Coleção Outras Histórias, 56).

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez:** retratos do Brasil negro. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociações e conflito;** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SACRAMENTO, Eleonice Conceição. **Da diáspora negra ao território das águas:** ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília,187f, 2019.

SAMPAIO, Amanda; VIDAL, Joana. **Comunidades tradicionais no Ceará sofrem perseguição em conflito pela terra.** Fortaleza: Brasil de Fato, 26 de dez. 2016. Disponível em: [Comunidades tradicionais no Ceará sofrem | Direitos Humanos \(brasildefato.com.br\)](https://www.brasildefato.com.br/comunidades-tradicionais-no-ceara-sofrem-direitos-humanos).

SANTOS, Ana Paula. **Projeto Político-Pedagógico das Escolas Quilombolas:** princípios formativos e orientações [recurso eletrônico] / Ana Paula Santos. – Fortaleza: Seduc, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In: CHAVES, M.; GARCIA, R.; NASCIMENTO, W.; OLIVA, A. (*org.*). **Tecendo redes antirracistas:** Áfricas, Brasis, Portugal. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Somos da terra**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018. Disponível em: Somos da terra - Piseagrama.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Somos Terra**. In CARNEVALLI, F; REGALDO, F; LOBATO, P; MARQUES, R; CANÇADO, W (org.). Terra: antologia afro-indígena. São Paulo: Ubu editora; Piseagrama, 2023.

SILVA, Ana Cláudia Matos da. **Uma escrita contra colonialista do Quilombo Mumbuca, Jalapão-TO**. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 107f.2019.

SILVA, Ana Maria Eugênio da. **As Quilombolas do Sítio Veiga e a dança de São Gonçalo em Quixadá-CE**. Dissertação (Mestrado)-Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, 159f, 2021.

SILVA, Francisco Eliomar Brito E. **Memória e Educação informal na Comunidade quilombola de Batoque**. Monografia (Graduação em História)-Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), Sobral, 55f, 2018.

SILVA, Gilvânia Maria da. **Educação e luta política no quilombo de Conceição das Crioulas**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2016.

SIMON, Carolina Russo. **Resenha: Dororidade, de Vilma Piedade**. Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, v. 12, n. 1, p. 246-250, 2021.

SOUSA FR, Francisco Raimundo de. **Francisco Raimundo de Sousa, Batoque**: depoimento [nov. 2023]. Entrevistadora: J. do N. Cordeiro. Batoque: 2023. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

SOUSA IL, Inácio Luís. **Inácio Luís de Sousa**: depoimento [set. 2022]. Entrevistadores: J. do N. Cordeiro e L. C. do Nascimento. Batoque: 2022. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

SOUSA LC, Lais Cordeiro do Nascimento. **Lais Cordeiro do Nascimento Sousa**: depoimento [set. 2022]. Entrevistadores: J. do N. Cordeiro e L. C. do Nascimento. Batoque: 2022. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado da entrevistadora.

SOUSA MF, Maria Francisca de. **Maria Francisca de Sousa**: depoimento [set. 2022]. Entrevistadores: J. do N. Cordeiro e L. C. do Nascimento. Batoque: 2022. Entrevista concedida para a Pesquisa de Mestrado da entrevistadora.

TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL. **Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú**. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú | Terras Indígenas no Brasil (terrasindigenas.org.br).

VORTEXMAG. **Pindorama: o verdadeiro nome do Brasil antes de chegarem os portugueses**. [s.l.]: 25 mar. 2024. Disponível em: <https://www.vortexmag.net/pindorama-o-verdadeiro-nome-do-brasil-antes-de-chegarem-os-portugueses/>.